

PLANO DE GOVERNO



P R E F E I T O
DR. PESSOA
VICE: ROBERT RIOS

drpessoaleal 
dr.pessoa 
drpessoa 
dr.pessoa 



TERESINA - PI

2021-2024

Soluções para uma Teresina Melhor



Coordenação Geral

João Henrique de Almeida Sousa

Coordenação Executiva

Kárita Allen Pereira dos Santos

Agradecimento

Admilson Brasil Lustosa Filho

André Mauricio de Oliveira Nogueira

Douglas Rodrigues de Sousa

Eliana Campelo Lago

Euller Martins Paiva

Francisco Nixon Lopes Frota

James Guerra Júnior

Jefferson Clerke Lopes Campelo

José Fortes

Júlio Rodrigues de Brito Filho

Norbelino Lira de Carvalho

Santilha Maria Sampaio e Silva

Simão Teles Bacelar

Vitor Hugo Saraiva de Almeida



APRESENTAÇÃO

A gestão de um município com os problemas e a complexidade administrativa como Teresina requer compromisso, responsabilidade e ação coordenada para atender às demandas de seus cidadãos. Segundo a ONU, em 2050, 66% da população mundial viverá em áreas urbanas e isso trará desafios sem precedentes para os gestores públicos no que concerne à prestação de serviços básicos para manutenção da sustentabilidade social, econômica e ambiental dessas cidades. Além disso, a realidade que os governos encontrarão nos próximos anos é de muita dificuldade em virtude do legado deixado pela pandemia do vírus Sars-CoV-2, que obrigará novas formas de pensar a administração pública e agir para maximizar a aplicação dos recursos com eficiência e resolutividade. O mundo terá de se reinventar, de adaptar-se e se tornar mais sustentável.

Assim, precisaremos de planejamento, de tecnologia e de estratégia para fazer uso de dados, de informações para entender nossos problemas de maneira holística, melhorando o controle de nossos processos e aplicação dos recursos disponíveis. Precisaremos TRANSFORMAR TERESINA EM UMA CIDADE INTELIGENTE.

Frente aos desafios impostos aos gestores públicos, é urgente a integração, racionalização e uso de ferramentas que otimizam a vida das pessoas desde as atividades mais simples às mais sofisticadas. Nesse sentido, é essencial o DIÁLOGO, a capacidade de ESCUTAR para realizar as análises corretas e assim, PLANEJAR e AGIR.

Precisamos nos conectar e encarar os desafios que o mundo nos impõe de forma inteligente, utilizando dos meios informacionais conhecidos e criando alternativas eficazes para enfrentar os problemas de Teresina em suas diversas especificidades. O desafio assumido e aqui descrito em forma de propostas (compromissos) visa promover o bem estar dos teresinenses, o desenvolvimento econômico, a geração de emprego e renda, a integração da cidade na economia regional e nacional, bem como, exercitar a responsabilidade social na gestão pública. Essa é a missão básica do



governo que se forma e perpassa, de forma sincrônica e sinérgica, todas as diretrizes governamentais.

Dessa forma, o que se pretende construir ao longo dos quatro anos de mandato é uma gestão pública municipal inteligente, transparente, integrada, participativa e focada no atendimento dos interesses da sociedade teresinense, pautadas na promoção do bem estar e na melhoria da qualidade de vida da população, sobretudo nos seus segmentos mais humildes sem, no entanto, perder de vista a necessidade de contribuir para um ambiente de negócios propício a atração e retenção dos empreendimentos tão necessários para o desenvolvimento econômico da cidade.

Esse é um grande desafio, dado que há muitos anos a população de Teresina sofre com problemas que parecem não ser solucionáveis, clama por mudanças e pouco tem sido efetivamente realizado para atender as reivindicações dos seus cidadãos. De certo, a próxima gestão municipal terá de resolver agendas que já deveriam ter sido superadas e administrar novas demandas que se mostram cada vez mais urgentes em virtude das transformações tecnológicas e econômicas pelas quais o mundo passa nesse momento.

Logo, é preciso estratégia, planejamento, esforço, trabalho para transformar a cidade. O foco está em solucionar as demandas das PESSOAS. Promover o desenvolvimento, a inclusão social, a geração de emprego e renda, erradicar a pobreza e realizar para Teresina o que efetivamente é o clamor de sua sociedade. Por isso, apresento-me como candidato, por entender que juntamente com o povo, poderemos construir uma cidade melhor para quem nela vive ou para aqueles que terão a oportunidade de conhecê-la.

Dr. Pessoa



RESUMO EXECUTIVO

Este documento foi construído levando em consideração a perspectiva de Teresina tornar-se nos próximos anos uma Cidade Inteligente, conectada, efetiva ao elaborar e implementar políticas públicas aderente aos anseios de sua população e comprometida com o desenvolvimento urbano sustentável frente aos desafios e experiências internacionais em cidades inteligentes. Por essa razão, este documento foi estruturado seguindo os principais eixos que devem ser observados em uma cidade inteligente, seguindo os quatro principais rankings mundiais¹:

- ✚ Para o **Eixo Mobilidade**, estão associados: 1. Transporte, Trânsito e Mobilidade e 2. Infraestrutura.
- ✚ Para o **Eixo Segurança e Saúde** estão vinculados: 3. Saúde, 4. Assistência Social, 5. Saneamento Básico e 6. Segurança Pública.
- ✚ Para o **Eixo Educação**, estão associados: 7. Educação, 8. Cultura, 9. Esporte e Lazer e 10. Inovação.
- ✚ Para o **Eixo Economia** estão vinculados: 11. Desenvolvimento Econômico, 12. Desenvolvimento Rural e 13. Juventude.
- ✚ Para o **Eixo Meio Ambiente e Governo** estão vinculados: 14. Administração Pública e 15. Meio Ambiente.

Para cada eixo, é apresentado um diagnóstico situacional atual do município de Teresina e comparações com outras capitais, quando pertinente, sustentando assim, as propostas de intervenção pública apresentadas neste documento.

¹ Disponível em: <http://ois.sebrae.com.br/publicacoes/smart-cities/>. Acesso em 26 de abril de 2020.



O FUTURO PARA TERESINA

Este Plano de Governo visa criar as condições essenciais para transformar Teresina em uma cidade inteligente, sustentável, modelo de gestão e acolhimento às demandas de seus cidadãos. No cuidado com as pessoas, a cidade mobilizará toda a infraestrutura e recursos disponíveis no atendimento ao cidadão. Assim, Teresina poderá ser reconhecida como:

- ✚ A capital com uma das melhores gestões de suas informações, integrando várias áreas e políticas públicas.
- ✚ A cidade que mais ampliará e melhorará a sua rede de saúde e de saneamento básico em relação às demais capitais do país.
- ✚ Referência nacional na gestão escolar, integrando a família, a escola e a comunidade para um ensino público de qualidade.
- ✚ Destaque em educação empreendedora e tecnológica desde os primeiros anos do ensino fundamental.
- ✚ A cidade que mais realizará políticas públicas voltadas à promoção da Cultura, Esporte e Lazer.

Quanto às iniciativas de incentivo à economia, a visão consiste em transformar Teresina em polo de atratividade de negócios conectados às suas potencialidades e capacidades de crescimento ao tecido produtivo local, alavancando a geração de emprego e renda na cidade. Dessa forma, será:

- ✚ A capital que mais gerará emprego e renda do nordeste entre 2021 e 2024.
- ✚ A capital com a melhor mobilidade urbana do norte e nordeste brasileiro.
- ✚ Referência em infraestrutura em polos industriais conectados aos setores econômicos potenciais do município.
- ✚ A cidade que mais implementará ações de incentivo à produção agropecuária voltada para abastecimento da cidade, principalmente, na sua zona rural.
- ✚ Referência em planejamento necessária à promoção do desenvolvimento econômico da cidade.



Na promoção da segurança pública e saúde, Teresina tornar-se-á referência em ações preventivas e integradoras na área da saúde e no combate à violência, à criminalidade e, conseqüentemente, contará com uma das melhores sensações de segurança do país ao concretizar a implementação das proposta inseridas no **Eixo Segurança e Saúde**.

No campo da **gestão pública**, a meta é melhorar os processos, integrando as políticas públicas e ações desenvolvidas pelos seus órgãos, monitorando e promovendo a eficiência da administração pública municipal ao integrar todas as ações de competência da Administração Pública da cidade. Com isso, nossa capital será:

- ✚ Destaque nacional em administração pública utilizando as melhores práticas de gestão voltadas para o alto desempenho.
- ✚ A cidade modelo em capacitação e valorização dos servidores públicos municipais.

Na promoção da **sustentabilidade e meio ambiente**, o respeito ao planeta, à comunidade e às gerações futuras, a cidade visa recuperar seu destaque na arborização urbana e restaurar a qualidade de suas fontes hídricas. Com isso, o município será:

- ✚ Destaque regional no controle da emissão de gases poluentes, principalmente CO².
- ✚ Reconhecida na educação ambiental realizada em sua rede de escolas municipais.
- ✚ Uma das cidades que mais incentivará o acesso às fontes alternativas de energia e a rearborização no seu meio urbano.
- ✚ Referência no cuidado com o manejo do solo para ações de saneamento e produção agrícola local.



PRINCÍPIOS, OBJETIVOS E PRIORIDADES DE GOVERNO PARA 2021-2024

Este plano tem como princípios balizadores de atuação:

- ✚ O respeito à dignidade humana.
- ✚ Inserção e integração tecnológica e informacional na gestão pública.
- ✚ O atendimento público de qualidade e humanizado, principalmente, nas áreas da saúde e assistência social.
- ✚ Gestão profissional e racional dos recursos públicos disponíveis.
- ✚ Integração dos atos da administração municipal aos demais entes federativos para atender de forma satisfatória as demandas do cidadão.
- ✚ Ações públicas planejadas de forma participativa, proba e transparente.
- ✚ Seriedade na proteção dos direitos do cidadão.
- ✚ Cuidado com o bem público.
- ✚ Compromisso com o trabalho e com o desenvolvimento sustentável.
- ✚ Criação de um ambiente saudável de governabilidade e governança.

Os objetivos deste governo são:

- ✚ Promover o bem estar social e a melhoria da qualidade de vida da população teresinense.
- ✚ Transformar Teresina em uma cidade Inteligente.
- ✚ Combater as injustiças sociais.
- ✚ Integrar o cidadão à margem das decisões políticas em agente ativo nos processos decisórios do poder público municipal.

São prioridades de um futuro governo:

- ✚ Educação.
- ✚ Saúde.
- ✚ Segurança.
- ✚ Geração de emprego e renda, todos integrados à concepção de uma cidade inteligente e sustentável.



SUMÁRIO

1. EIXO MOBILIDADE	1
1.1 TRANSPORTE, TRÂNSITO E MOBILIDADE	1
1.1.1 Diagnóstico	1
1.1.2 Propostas para Transporte, Trânsito e Mobilidade	6
1.1.3 Amparo Jurídico	12
1.2 INFRAESTRUTURA	13
1.2.1 Diagnóstico	13
1.2.2 Propostas para Infraestrutura.....	17
1.2.3 Amparo Jurídico	18
2. EIXO SEGURANÇA E SAÚDE	19
2.1 ASSISTÊNCIA SOCIAL	19
2.1.1 Diagnóstico	19
2.1.2 Propostas para Assistência Social	25
2.1.3 Amparo Jurídico	31
2.2 SANEAMENTO BÁSICO	31
2.2.1 Diagnóstico	31
2.2.2 Propostas para Saneamento Básico.....	35
2.2.3 Amparo Jurídico	38
2.3 SEGURANÇA PÚBLICA	39
2.3.1 Diagnóstico	39
2.3.2 Propostas para Segurança Pública.....	51
2.3.3 Amparo Jurídico	56
2.4 SAÚDE	57
2.4.1 Diagnóstico	57
2.4.2 Propostas para Saúde.....	69
2.4.3 Amparo Jurídico	72
3. EIXO EDUCAÇÃO	73
3.1 EDUCAÇÃO	73
3.1.1 Diagnóstico	73
3.1.2 Propostas para Educação.....	83
3.1.3 Amparo Jurídico	91
3.2 CULTURA	91
3.2.1 Diagnóstico	91

3.2.2	Propostas para Cultura	93
3.2.3	Amparo Jurídico	96
3.3	ESPORTE E LAZER	97
3.3.1	Diagnóstico	97
3.3.2	Propostas para Esporte e Lazer.....	99
3.3.3	Amparo Jurídico	100
3.4	INOVAÇÃO	101
3.4.1	Diagnóstico	101
3.4.2	Propostas para Inovação	104
3.4.3	Amparo Jurídico	106
4.	EIXO ECONOMIA	106
4.1	DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	106
4.1.1	Diagnóstico	106
4.1.2	Propostas para Desenvolvimento Econômico.....	112
4.1.3	Amparo Jurídico	116
4.2	DESENVOLVIMENTO RURAL	116
4.2.1	Diagnóstico	116
4.2.2	Propostas para Desenvolvimento Rural.....	120
4.2.3	Amparo Jurídico	122
4.3	JUVENTUDE	123
4.3.1	Diagnóstico	123
4.3.2	Propostas para Juventude	125
4.3.3	Amparo Jurídico	127
5.	EIXO MEIO AMBIENTE E GOVERNO	127
5.1	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	127
5.1.1	Diagnóstico	127
5.1.2	Propostas para Administração Pública.....	129
5.1.3	Amparo Jurídico	132
5.2	MEIO AMBIENTE	132
5.2.1	Diagnóstico	132
5.2.2	Propostas para Meio Ambiente.....	136
5.2.3	Amparo Jurídico	142
	REFERÊNCIAS	143

1. EIXO MOBILIDADE

1.1 TRANSPORTE, TRÂNSITO E MOBILIDADE

1.1.1 Diagnóstico

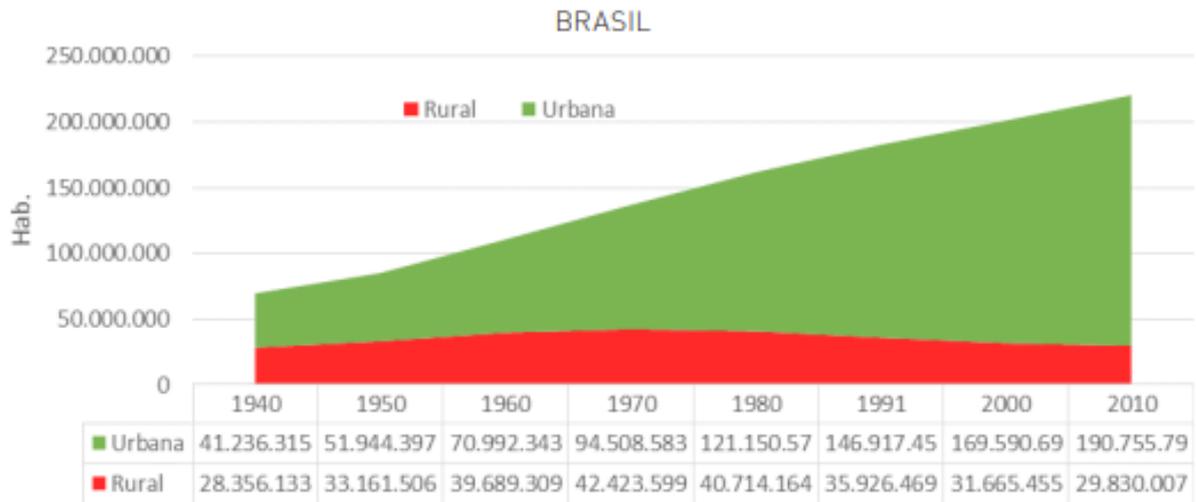
No auge dos seus 168 anos de fundação, Teresina se desenvolveu e evoluiu para se tornar uma metrópole, principalmente, quando o processo de conurbação com cidades vizinhas se concretizar, podendo agravar assim, alguns problemas de organização urbana, fluxo de pessoas e ocupação de espaços subutilizados. Nessa dinâmica, a organização das vias e estruturas de acomodação que facilitam o transporte de cargas e trânsito de pessoas criará uma ordem bem mais complexa do que a atual.

A dinâmica econômica acompanhada pelo aumento demográfico acelerou o processo de urbanização, de migrações internas e pendulares, e de infraestrutura de transporte em Teresina, principalmente, no meio urbano nos últimos 50 anos. Na zona rural, esse processo avança, mas em ritmo moderado (PTOR/2016)². Os Gráficos 1 e 2 mostram a evolução do crescimento das populações urbanas e rurais no Brasil e Teresina entre 1940 a 2010, e o Gráfico 3 e o Mapa 1 mostram a proporção da população urbana e rural de Teresina em 2015 que segundo PTOR/2016 tinha uma densidade demográfica urbana de 3.013,3 hab./Km² e na zona rural de 42,89 hab./Km².

² Plano de Transporte Operacional de Passageiros por Ônibus no Ambiente Rural do Município de Teresina/PI - PTOR/2016.

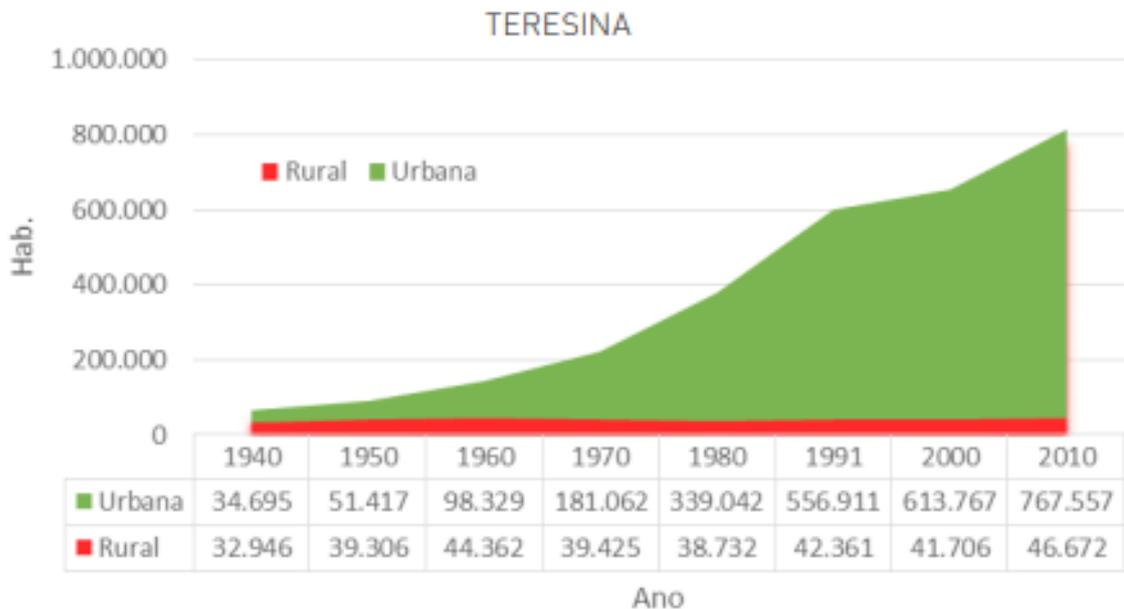


Gráfico 1: Evolução do crescimento das populações urbanas e rurais no Brasil entre 1940 a 2010.



FONTE: IBGE Censo Demográfico 1940-2010/Plano Diretor de Transporte Rural (PTOR/2016)

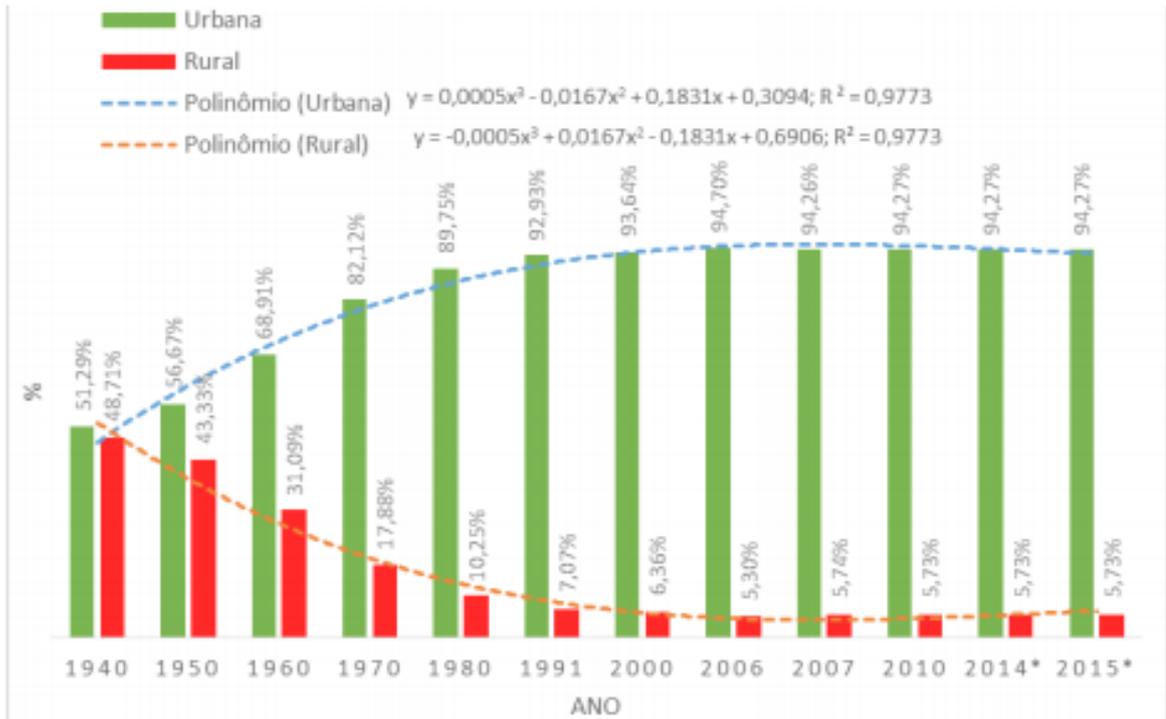
Gráfico 2: Evolução do crescimento das populações urbanas e rurais em Teresina entre 1940 a 2010.



FONTE: IBGE Censo Demográfico 1940-2010/Plano Diretor de Transporte Rural (PTOR/2016)

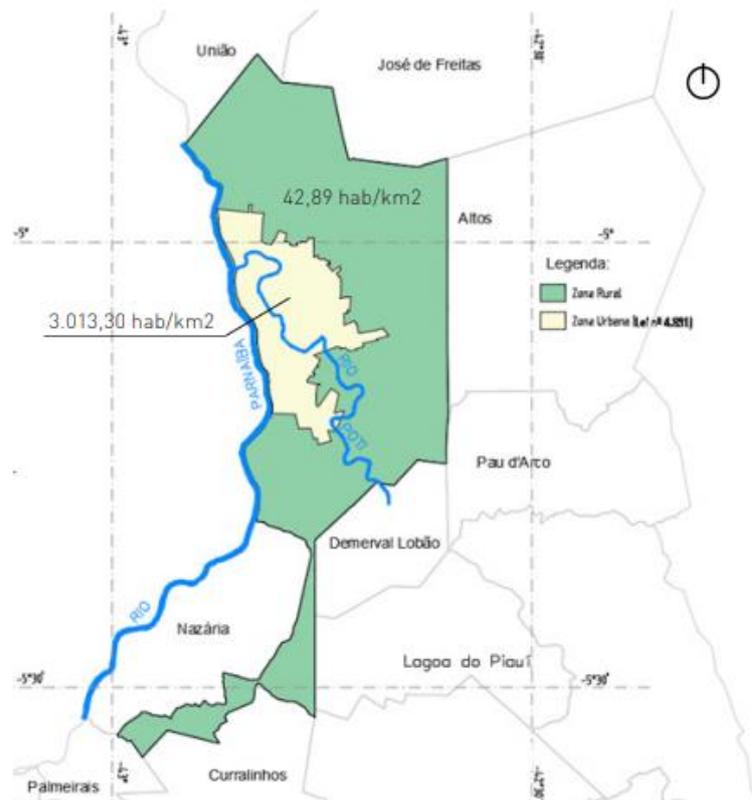


Gráfico 3: Proporção da população urbana e rural de Teresina em 2015.



FONTE: IBGE Censo Demográfico 1940-2010/Plano Diretor de Transporte Rural (PTOR/2016)

Mapa 1: Mapa da zona urbana e rural de Teresina em 2015.



FONTE: Plano Diretor de Transporte Rural (PTOR/2016)

Segundo o Diagnóstico de Teresina para a década de 2000 a 2010, inserido na agenda 2030, realizado pela Secretaria Municipal de Planejamento (SEMPPLAN/2013), Teresina é um centro dinamizador econômico importante por concentrar a oferta de bens e serviços regionais. Isso faz com que se observe uma grande movimentação de veículos na capital e níveis de poluição em geral que, no médio e longo prazos, tendem a se agravar.

Se se considerar que Teresina passa por um processo de desconcentração centro-periferia, desviando suas atividades econômicas para as regiões que mais crescem, os problemas de infraestrutura urbana tendem a ficar mais complexos e a gerar grandes transtornos para a população. Nas regiões norte, sul e leste, por exemplo, que atualmente são as que mais recebem novos empreendimentos imobiliários, os itinerários urbanos ficam prejudicados pelas condições das vias de acesso, muitas em péssimo estado e as vezes inexistentes, agravam as condições de circulação das pessoas no município.

Em relação ao movimento de cargas, tida como uma atividade indicadora da boa qualidade da mobilidade urbana, de vida e de pujança econômica, as cidades devem garantir as condições necessárias para que o direito constitucional de ir e vir sejam garantidos. Segundo o IBGE (2010), Teresina apresenta apenas 5,8% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada, ou seja, com presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio, ocupando a 5ª posição no Estado e 1763ª entre as 5570 cidades brasileiras.

Um ponto relevante, decorrente de sua posição geográfica, refere-se as poucas pontes e viadutos existentes na cidade, o que concentra o trânsito de veículos por poucas vias, muitas vezes sem estabelecimento de horários para veículos pesados, aumentando a ocorrência de congestionamentos e dificultando a realização de atividades e a vida do cidadão. Mesmo com algumas medidas, algumas delas questionáveis por parte da população como a retirada de retornos em muitas vias, muito tem-se que ser realizado em relação a planejamento urbano para contornar/resolver os problemas de transporte na cidade.



É importante ressaltar também, em relação a infraestrutura, a dificuldade no estacionamento de veículos no centro comercial da cidade e suas adjacências. Tal problema impacta na permanência de muitas atividades comerciais no centro da cidade, ameaçadas pela concorrência com shopping centers e por alguns outros fatores como: a ausência de espaços de estacionamento público, o alto custo das tarifas dos estacionamentos privados, a aglomeração de pessoas, as péssimas condições sanitárias em muitos pontos e de conforto aos consumidores que precisam ir ao centro da cidade para realizar compras.

Em relação a frota de veículos e transporte público, Teresina também vem enfrentando problemas. Segundo o IBGE (2018) a partir de informações oferecidos pelo Ministério da Infraestrutura e pelo Departamento Nacional de Trânsito (Denatran), em Teresina havia 492.946 veículos registrados na cidade. Desses, 42,5% eram automóveis, 35,4% motocicletas e 2,4% caminhões, o que representa aproximadamente 80% dos veículos que transitam nas ruas e avenidas do município.

Essas informações são relevantes, principalmente quanto as motocicletas, pois essas são os veículos que mais se envolvem em acidentes de trânsito e consomem fatia considerável do orçamento do principal hospital da cidade que atende vítimas de acidente de trânsito, o Hospital de Urgência de Teresina (HUT).

Essa frota de veículos também vem de outras cidades próximas em movimentos pendulares, principalmente de Timon. Muitos trabalhadores dessa cidade se deslocam diariamente para Teresina, aumentando sensivelmente o tráfego de carros e de ônibus coletivos sobre as pontes que interligam as duas cidades. No longo prazo, com a intensificação das relações econômicas entre Timon e Teresina, outras formas de transporte terão de ser implementados para garantir as trocas comerciais e de pessoas entre esses municípios.

Por fim, no que se refere ao transporte público em Teresina, algumas medidas foram implementadas nos últimos anos para melhorar a infraestrutura, como a aquisição de novos veículos para compor a frota de ônibus coletivos no município. Também, foram criados corredores exclusivos para ônibus e alterada a organização da malha urbana.



Criou-se o “Sistema de Transporte Público Coletivo Urbano de Passageiros” (Integra), mas muitas reclamações surgiram e questionam a eficiência dessas mudanças, principalmente, pelos seus usuários. Argumenta-se que a tarifa ficou sensivelmente mais cara, o tempo de deslocamento ficou mais longo e aumentou a insegurança nos terminais de ônibus do município.

Atrelado a esses problemas, também é observada muita confusão na sinalização de corredores de tráfego na cidade em virtude das obras e de falhas de engenharia na implantação do sistema Integra, que inclusive, já motivou muitos casos de acidentes e até mortes de pedestres.

Vale ressaltar ainda que, nos últimos anos, devido aos problemas no uso do transporte coletivo, outros meios ganharam importância e ganham espaço frente aos problemas de um sistema de transporte público ainda deficiente no município. Sobre o transporte alternativo por aplicativo, a administração municipal ainda não regulamentou a oferta desse serviço, o que inviabiliza o exercício da atividade de maneira legal e prejudica a econômica da cidade.

1.1.2 Propostas para Transporte, Trânsito e Mobilidade

TRANSPORTE COLETIVO

Descrição: Reorganizar a configuração espacial da rede de linhas de ônibus coletivos de Teresina, incluindo novas ligações, rotas, terminais e estações. Esta proposta inclui o uso de tecnologia para proporcionar mais segurança e conforto aos passageiros, permitindo, por exemplo, que ele monitore a chegada dos veículos na parada ou no terminal de ônibus por meio de aplicativo. Além disso, permitirá desconcentrar o processo de uso do solo e ampliar a competitividade do transporte coletivo sobre o individual motorizado.

Principais Beneficiários: População que faz uso do transporte coletivo e pendular diário entre Teresina e cidades circunvizinhas.

Responsável pela Execução: Superintendência Municipal de Transportes e Trânsito ou assemelhado ou Secretaria que cuide da infraestrutura de transporte do município.

Fonte dos Recursos: Próprio e/ou em parceria com demais entes federados.



Impactos Esperados: Melhoria das condições de mobilidade urbana, organização da rede de linhas de ônibus coletivos da cidade.

Prazo Estimado: Implementação a partir do segundo ano de mandato com conclusão estimada em 18 meses.

TERMINAIS RODOVIÁRIOS

Descrição: Construir dois novos Terminais Rodoviários, interligando a zona rural e zona urbana, objetivando traçar diretrizes de maneira a compatibilizar os programas de implantação de terminais para atendimento das reais demandas de passageiros e de ônibus em regiões de maior urgência e necessidade. Tudo será realizado de acordo com as plantas de zoneamento urbano, plantas do sistema rodoviário, planos de elaboração e coleta de dados sobre a demanda de transporte rodoviário de passageiros visando, assim, fornecer subsídios para orientar a Administração Municipal na escolha do local de implantação desses dois terminais.

Principais Beneficiários: População que faz transporte pendular diário entre Teresina e cidades circunvizinhas.

Responsável pela Execução: Superintendência Municipal de Transportes e Trânsito ou assemelhado ou Secretaria que cuide da infraestrutura de transporte do município.

Fonte dos Recursos: Próprio e/ou em parceria com os demais entes federados.

Impactos Esperados: Melhoria das condições de tráfego, de segurança, de organização urbana e geração de emprego e renda.

Prazo Estimado: Implementação a partir do segundo ano de mandato com conclusão estimada em 18 meses.

CORREDORES DE ÔNIBUS

Descrição: Ampliar e implantar novos corredores de ônibus (Sistema BRT), assim como, promover a integração dos transportes públicos com outros modais como ônibus rodoviários, ferrovias e ciclovias. Além de facilitar o deslocamento das pessoas e organizar o desenvolvimento urbano, os BRT's também representam segurança viária para seus usuários.

Principais Beneficiários: população que utiliza transporte público.



Responsável pela Execução: Superintendência Municipal de Transportes e Trânsito ou assemelhado ou Secretaria que cuide da infraestrutura de transporte do município e a STRANS.

Fonte dos Recursos: Em parceria com outros entes federados ou com a iniciativa privada.

Impactos Esperados: Melhoria das condições de uso do transporte público e integração com os demais modais de transporte público municipal.

Prazo Estimado: Dentro do prazo do mandato de 4 anos.

NOVOS VIADUTOS

Descrição: Construir novos viadutos e (se necessário) pontes de modo a reduzir o congestionamento nas vias de maior circulação de veículos no município, facilitando o tráfego e evitando acidentes. Essas são as principais expectativas dos motoristas que circulam nas ruas da capital e esperam ser contemplados com a elaboração de projetos para construção de novos viadutos nos cruzamentos das avenidas de maior gargalo em Teresina, bem como melhorar as vias alternativas e paralelas às principais ruas e avenidas. Em especial, pretende-se viabilizar a interseção das avenidas Frei Serafim e Miguel Rosa, o acesso entre a Av. João XXIII e a Av. Nossa Senhora de Fátima e a interseção da Av. Frei Serafim, R. Pires de Castro e R. Coelho de Resende (Projetos 1, 2 e 3 abaixo).

Principais Beneficiários: População de Teresina.

Responsável pela Execução: Superintendência Municipal de Transportes e Trânsito ou assemelhado ou Secretaria que cuide da infraestrutura de transporte do município.

Fonte dos Recursos: Próprio e/ou em parcerias com demais entes federados.

Impactos Esperados: Melhoria das condições de uso do transporte público, acessos e redução dos deslocamentos dentro da cidade.

Prazo Estimado: Dentro do prazo do mandato de 4 anos.



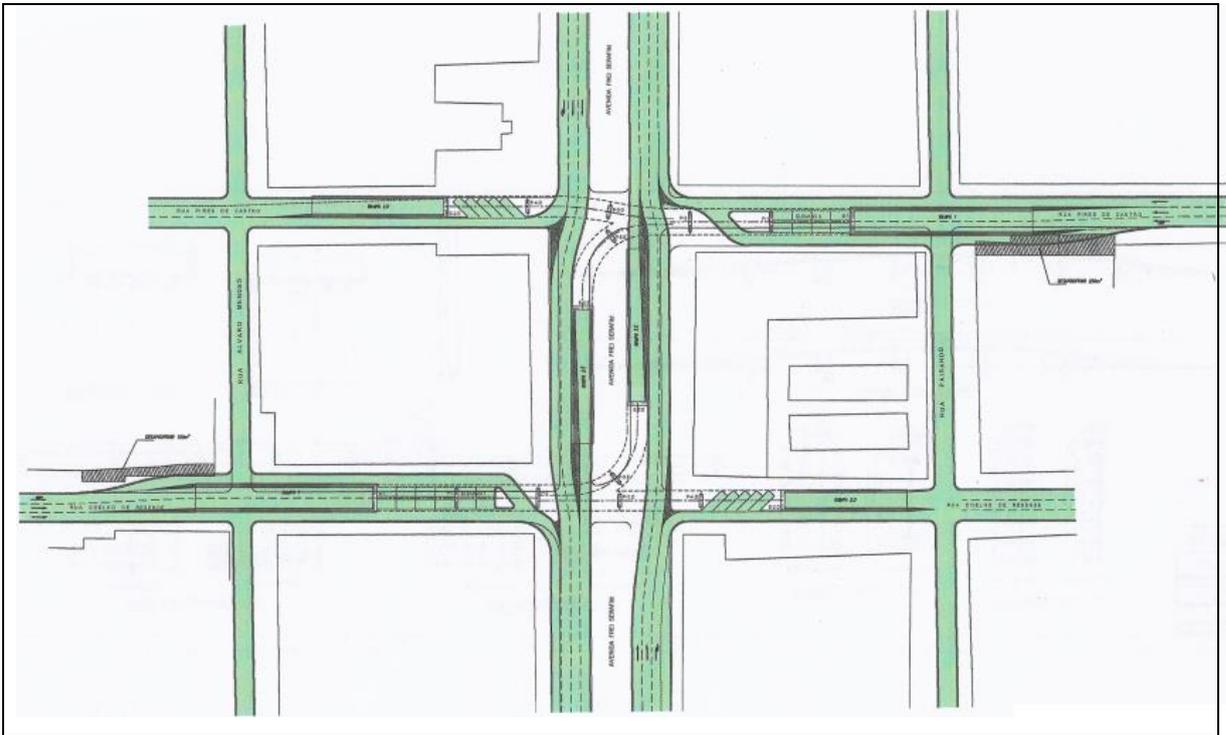
Projeto 1: Interseção da Av. Frei Serafim e Av. Miguel Rosa.



Projeto 2: Acesso da Av. João XXIII e a Av. Nossa Senhora de Fátima.



Projeto 3: Interseção da Av. Frei Serafim, R. Pires de Castro e R. Coelho de Resende.



SISTEMA DE SINALIZAÇÃO SEMAFÓRICA

Descrição: Modernizar o Sistema de Sinalização Semafórica da cidade, nos grandes corredores, com a implantação de semáforos inteligentes atuado pelo próprio volume de tráfego do cruzamento, viabilizando o fluxo veicular. Os novos semáforos, por exemplo, podem utilizar lâmpadas de LED e serem acoplados com geradores de energia a fim da não interrupção do funcionamento na falta de energia da concessionária, proporcionando uma organização contínua do fluxo, onde for possível implementar o sistema de funcionamento por energia solar, reduzindo os custos com a manutenção desses equipamentos.

Principais Beneficiários: População de Teresina.

Responsável pela Execução: Superintendência Municipal de Transportes e Trânsito ou assemelhado.

Fonte dos Recursos: Próprio e/ou em parcerias com demais entes federados.

Impactos Esperados: Melhoria condições de tráfego, de segurança e acessibilidade no trânsito de Teresina.

Prazo Estimado: Dentro do prazo do mandato de 4 anos.

SISTEMA DE SINALIZAÇÃO VERTICAL E HORIZONTAL

Descrição: Elaborar projeto de manutenção e implantação da sinalização horizontal e vertical de toda a malha viária de Teresina administrado por especialistas em um núcleo de estudos de Engenharia de Tráfego a fim de que sejam elaborados continuamente projetos viários de trânsito. Além disso, a proposta contempla a elaboração e implantação do projeto de Planejamento e Organização em Turismo (POT), viabilizando informações para orientação do turista e do teresinense que trafega na malha viária da cidade.

Principais Beneficiários: População de Teresina e turistas.

Responsável pela Execução: Superintendência Municipal de Transportes e Trânsito.

Fonte dos Recursos: Próprio.

Impactos Esperados: Melhoria das condições de tráfego, de segurança e acessibilidade no trânsito de Teresina.

Prazo Estimado: Implementação a partir do segundo ano de mandato.

PLANO DE PAVIMENTAÇÃO

Descrição: Criar um Plano de Pavimentação e integrá-lo ao planejamento ambiental e aos princípios da infraestrutura verde, que adota o uso de tecnologias que respeitam o meio ambiente com vistas a garantir a sustentabilidade do investimento.

Principais Beneficiários: População de Teresina.

Responsável pela Execução: Superintendência Municipal de Transportes e Trânsito ou assemelhado e SDU's.

Fonte dos Recursos: Próprio e/ou em parcerias com demais entes federados.

Impactos Esperados: Melhoria das condições de tráfego, de segurança, de acessibilidade e ambientais na capital.

Prazo Estimado: Dentro do prazo do mandato de 4 anos.

PLANO MUNICIPAL DE PREVENÇÃO AOS ACIDENTES DE TRÂNSITO

Descrição: Estabelecer, junto com o Estado e a União, um plano de prevenção de acidentes de trânsito, trabalhando de forma integrada com todas as pastas que são envolvidas em situações de acidentes de trânsito como, por exemplo, a saúde e a educação. Implantar o programa de educação de trânsito nas escolas municipais, execuções de blitz e eventos educativos nas principais interseções da malha viária.



Principais Beneficiários: População de Teresina.

Responsável pela Execução: Superintendência Municipal de Transportes e Trânsito ou assemelhado e STRANS.

Fonte dos Recursos: Próprio e/ou em parcerias com demais entes federados.

Impactos Esperados: Melhoria na educação e consciência no trânsito, minimização de acidentes e melhoria do trânsito na cidade, principalmente.

Prazo Estimado: A implementação será realizada a partir do segundo ano de mandato.

PROJETO CALÇADAS PARA TODOS

Descrição: Ampliar o número de construções de pisos táteis e rampas de Teresina, melhorando o padrão construtivo e as condições físicas das calçadas na cidade. A proposta contempla também a elaboração e implantação de projeto de acessibilidade com piso tátil e semáforos sonoros com botoeiras em braile, contemplando calçadas e vias no entorno do polo saúde, área central e nos principais corredores dos bairros de Teresina. Este projeto visa oferecer melhores condições de mobilidade à população e àqueles que nos visitam, assim como, promover uma maior socialização e inclusão social.

Principais Beneficiários: Pessoas com deficiências e pedestres, principalmente.

Responsável pela Execução: Superintendência Municipal de Transportes e Trânsito ou assemelhado e SDU's.

Fonte dos Recursos: Próprio e/ou em parcerias com demais entes federados.

Impactos Esperados: Melhoria condições de tráfego, de segurança e de acessibilidade em Teresina.

Prazo Estimado: Dentro do prazo do mandato de 4 anos.

1.1.3 Amparo Jurídico

As propostas em transporte, trânsito e mobilidade tem como amparo jurídico, principalmente: Lei Municipal Ordinária 4618/2014; Lei Ordinária 4483/2013; Lei Complementar Nº 141/12; Lei Municipal Nº 3.603/06; Lei Municipal Nº 3.667-07; Lei Municipal Nº 4487/2013; Lei Municipal Nº 4488/2013; Lei Municipal Nº 4489/13; Lei Municipal Nº 4556/14; Lei Municipal Nº 4569-14; Plano Diretor de Transporte e Mobilidade Urbana –



Teresina; Lei Nº 3.603/06; Plano de Requalificação Urbana – Teresina; Teresina-Agenda-2030; Lei Nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012; Código de Trânsito Brasileiro – CTB; e Lei de Mobilidade Urbana 12.587/12 dentre outros e suas alterações.

1.2 INFRAESTRUTURA

1.2.1 Diagnóstico

A infraestrutura açambarca vários serviços normalmente regulados pelo poder público como energia, saneamento básico, transporte, moradia e comunicação. Aqui, exploraremos alguns indicadores de energia e moradia em Teresina, pois os demais serviços são discutidos em outros momentos deste texto.

Em relação a oferta de energia elétrica em Teresina, as condições de prestação desse serviços ainda provocam muitas reclamações pelos teresinenses. Segundo a Resolução Normativa Nº 414/2010 da Aneel, ao município cabe a implantação e manutenção da iluminação pública. Para custear tal serviço, os municípios fazem jus a Contribuição para Custeio de Iluminação Pública (Cosip).

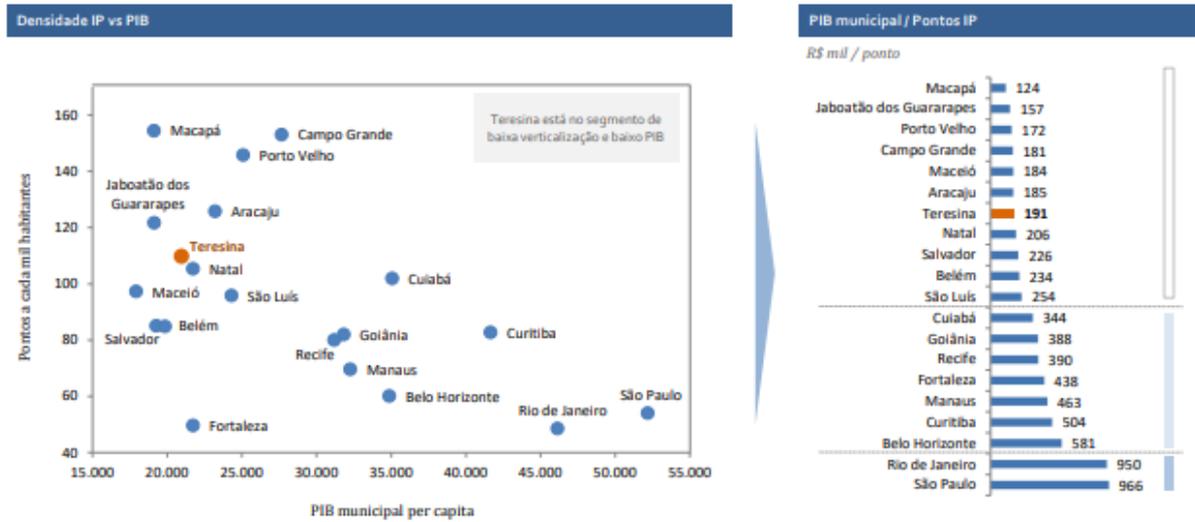
No documento “Relatório de Diagnóstico da Rede de Iluminação Pública”³ elaborado recentemente pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) junto a Secretaria Municipal de Concessões e Parcerias (SEMCOP) como parte dos estudos para realização da parceria público privada, Teresina aumentou recentemente sua alíquota da Cosip, decorrência do alto consumo de iluminação pública *per capita*, o que se reflete em uma das tarifas mais caras de iluminação entre as capitais do país, principalmente, devido à baixa verticalização dos imóveis urbanos na cidade. Recentemente, a atual administração municipal realizou o processo de parceria público privada (PPP) para melhorar a oferta de iluminação pública na cidade de Teresina, mas ainda não foram iniciados os investimentos pelo ente privado.

³ Disponível em: <http://semcop.teresina.pi.gov.br/wp-content/uploads/sites/11/2018/12/PPP-IP-Teresina-Analise-Financeira-COSIP.pdf>. Pesquisa realizada em 28 de junho de 2020.



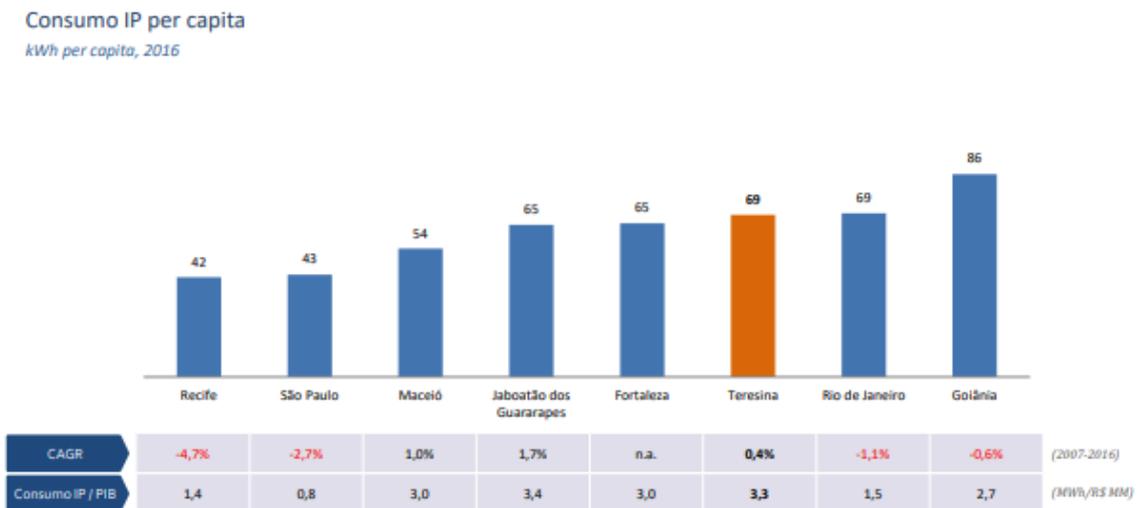
Os gráficos 4, 5 e 6 mostram, respectivamente, a densidade de iluminação pública decorrente de sua baixa verticalização, o consumo per capita em iluminação pública e a Cosip Relativa (comparativa com outras cidades).

Gráfico 4: Densidade Iluminação Pública

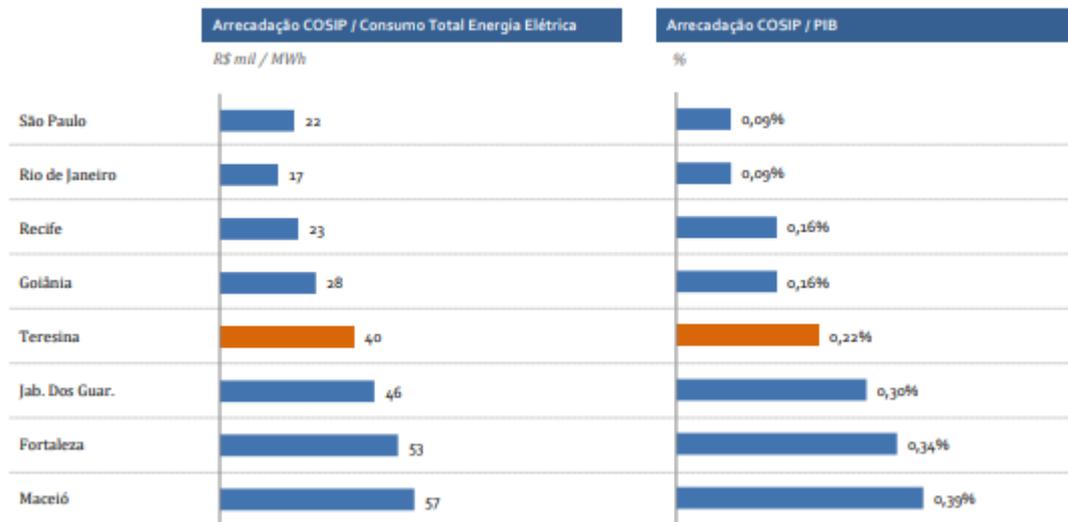


Fonte: BNDES, IBGE, Dados Energéticos/SP, PORTALGEO/RJ, BDE Pernambuco, IMB/SEGPLAN-GO, SEPLANDE/AL.

Gráfico 5: Consumo de Iluminação Pública



Fonte: BNDES, IBGE, Dados Energéticos/SP, PORTALGEO/RJ, BDE Pernambuco, IMB/SEGPLAN-GO, SEPLANDE/AL.

Gráfico 6: Consumo de Iluminação Pública

Fonte: BNDES, IBGE, Dados Energéticos/SP, PORTALGEO/RJ, BDE Pernambuco, IMB/SEGPLAN-GO, SEPLANDE/AL.

Pelos Gráficos 5 e 6 observa-se que Teresina é uma das cidades com um dos maiores consumos de energia elétrica se comparada até a cidades de maior porte e uma das que menos arrecada COSIP em relação ao PIB. Entretanto, a partir de 2020, imóveis que antes estavam sem ligação regular de energia elétrica passaram a pagar a Cosip. A estimativa é que se arrecade cerca de R\$ 5 milhões de reais, segundo a Secretaria Municipal de Finanças.

Quanto ao fornecimento de energia elétrica, 92% dos domicílios ocupados estão atendidos conforme informações do IBGE (2019). A energia que abastece a cidade é oriunda da Barragem de Boa Esperança e a distribuição é realizada pela Equatorial Piauí. Em 2010, Teresina representava 26,4% consumidores de energia elétrica do Estado que utilizam 47,3% do total consumido. Se mantida a proporção de 2010, em 2019, estamos nos referindo a um consumo da ordem de 1.571,3 GWh de energia, ou seja, quase metade do total disponível no estado.

No que se refere a infraestrutura de moradias, em 2016, Teresina contava com 112 aglomerados urbanos (vilas e favelas) em que residem mais de 130 mil pessoas, grande parte em condições precárias de habitação, saneamento, carência dos serviços básicos de saúde, de educação e de transportes. Dos 222.154 domicílios

17.423 foram adquiridos através de financiamento, sendo 93,6% localizados na zona urbana e 6,4% na zona rural (Censo/IBGE/2010). Desse total, 90,4% eram casas e 8,2% apartamentos.

Quanto as condições da ocupação, os dados do IBGE (2010) mostram que 79,6% das moradias são próprias, 13,5% alugados, 5,6% são cedidos e 1,3% sob outras formas de permanência. Apenas 57,4% dos domicílios da cidade são considerados adequados, estando o restante (42,6%) na classificação de semiadequados e inadequados. Em comparação a outras capitais do nordeste, em Teresina, o número de moradias de tijolo corresponde a 87,58% das residências, sendo que o município de João Pessoa (PB) e Natal (RN), com um mesmo número aproximado de habitantes, possuem 97,99% e 99,02% das moradias de tijolo.

Mesmo com programas federais de habitação, a demanda por moradias tende a crescer à medida que sua população cresce naturalmente ou por fatores migratórios. Segundo o censo (IBGE, 2010), havia na Região Integrada de Desenvolvimento (RIDE) da Grande Teresina um déficit habitacional de 54.037 moradias. Desse número, Teresina contribuía com um déficit de 32.243 moradias, das quais 29.644 estavam no meio urbano e 2.599 no meio rural. No Estado, o déficit total era de 129.038 moradias, sendo 78.098 na zona urbana e 50.940 na zona rural. Ou seja, o déficit de habitações de Teresina corresponde a 41,87% do total do Estado.

Concernente a todo esse cenário, além do enorme déficit habitacional, a cidade necessita de um amplo programa de regularização fundiária, pois boa parte das residências da cidade mesmo próprias, foram construídas invasões de terrenos privados e que hoje são bairros importantes da cidade. A falta de titularidade dificulta o acesso dessas famílias às políticas públicas, infraestrutura básica e a alguns serviços essenciais como água, energia e internet.



1.2.2 Propostas para Infraestrutura

PROJETO DE ENGENHARIA SOCIAL

Descrição: Promover parcerias com os conselhos regionais de Engenharia, Arquitetura (CREA/CAU) e as universidades públicas e privadas de Teresina com o intuito de promover suporte técnico para avaliação estrutural das moradias de baixa renda em áreas de risco ou em perigo estrutural nas zonas urbana e rural de Teresina.

Principais Beneficiários: Famílias em moradias vulneráveis.

Responsável pela Execução: Secretaria de Desenvolvimento Econômico, principalmente, SDU's.

Fonte dos Recursos: Próprios e/ou em parcerias com demais entes e iniciativa privada.

Impactos Esperados: Diagnóstico das moradias em situação de vulnerabilidade, para que a prefeitura se antecipe nas ações mitigadoras quanto a possíveis desastres.

Prazo Estimado: Implementação a partir do segundo ano de mandato.

PROJETO ANJOS DA MORADIA

Descrição: Criar o projeto “Anjos da moradia”, que possibilitará a reforma em moradias vulneráveis e construção de moradias novas, em regime de mutirão, em terreno de propriedade da família, a custo zero para as famílias. A proposta contemplará também a possibilidade de construir com uso de tecnologia 3D, casas para famílias que estejam morando em áreas ameaçadas e que ofereçam perigo a vida.

Principais Beneficiários: Famílias em moradias vulneráveis.

Responsável pela Execução: Secretaria de Desenvolvimento Econômico, SDU's.

Fonte dos Recursos: Próprios e/ou em parcerias com demais entes federados e iniciativa privada.

Impactos Esperados: Redução do déficit habitacional, das condições sanitárias, de saúde, ambientais e de segurança em Teresina.

Prazo Estimado: Implementação a partir do segundo ano de mandato.



REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

Descrição: Promover a regularização fundiária nas moradias já existentes, em parceria com os demais entes federados, em especial, o ente estadual na figura do Tribunal de Justiça do Piauí para desburocratizar os encaminhamento cartoriais que hoje se tornou um ponto sensível no processo de regularização fundiária em Teresina. A meta é pelo menos 40 mil famílias consigam o documento de posse da sua moradia.

Principais Beneficiários: Famílias em moradias vulneráveis.

Responsável pela Execução: Ação integrada entre a Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Econômico, de Desenvolvimento Rural e SDU's.

Fonte dos Recursos: Próprios e/ou em parcerias com demais entes federados.

Impactos Esperados: Minimização dos conflitos e litígios em relação à condição fundiária em Teresina.

Prazo Estimado: Implementação a partir do segundo ano de mandato.

1.2.3 Amparo Jurídico

As propostas em infraestrutura tem como amparo jurídico, principalmente: Lei Municipal Nº 4.310/12; Lei Municipal Nº 3.600/06; Lei Municipal Nº 3.603/06; Lei Municipal Nº 3.667/07; Lei Municipal Nº 4522/07; Lei Municipal Nº 4487/2013; Lei Municipal Nº 488/2013; Lei Municipal Nº 4489/13; Lei Municipal Nº 4556/14; Lei Municipal Nº 4569/14; Plano Diretor de Transporte e Mobilidade Urbana – Teresina; Decreto 13241/2013; Lei municipal Nº 3.558 de 2006; Lei Complementar Nº 142 de 29/12/2009; Lei Complementar Nº 4851 DE 21/12/2015; Lei Municipal Nº 4.831/15; Lei Federal Nº 10.257 de Julho de 2001; Lei Federal Nº 11.107 de 06 de Abril de 2.005; e Decreto Nº. 6.017 de 17 de janeiro de 2007 dentre outros e suas alterações.



2. EIXO SEGURANÇA E SAÚDE

2.1 ASSISTÊNCIA SOCIAL

2.1.1 Diagnóstico

Conhecer as ações e objetivos da assistência social de determinada população exige do agente público conhecimento amplo sobre que tipo de formação social e histórica produziu as condições de vulnerabilidade de seu povo, ou seja, as origens que suscitaram os problemas atuais e que norteiam as políticas públicas na área. A Assistência Social tem um olhar nas expressões da questão social que permeia todo o nosso território.

É importante salientar que a política de assistência social baseia-se na luta incansável pela diminuição da desigualdade e redução da pobreza, através de políticas efetivas de assistência, inserção e reinserção social para as pessoas mais carentes e o fomento de ações para ampliação da abrangência assistencial domiciliar. As ações na área visam garantir a universalidade dos direitos, a assistência com equidade e justiça social, objetivando sempre a redução das desigualdades sociais dando ênfase ao direito a diversidade, tratando todos os cidadãos com igualdade plena, a fim de garantir a todas as pessoas o pleno exercício da cidadania e a melhora da qualidade de vida da população.

No caso piauiense, na média, observa-se grande exclusão social e baixos índices de desenvolvimento humano. Conforme Gráfico 7, a situação de Teresina, mesmo com IDH de 0,751, considerado de alto desenvolvimento (Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil/PNUD)⁴ - influenciado pelos índices de longevidade (0,820), renda (0,731) e educação (0,707) - apresenta 37,83% de sua população vulnerável à pobreza, 16,13% de mortalidade infantil, 14,760% de mães chefes de família sem ensino fundamental e com filho menor, 49% de crianças de 0 a 5 anos fora da escola, bem como, 7,57% de crianças em famílias extremamente pobres (PNUD/2010). Em 2017, segundo o IBGE, por exemplo, o percentual de mortalidade infantil havia piorado

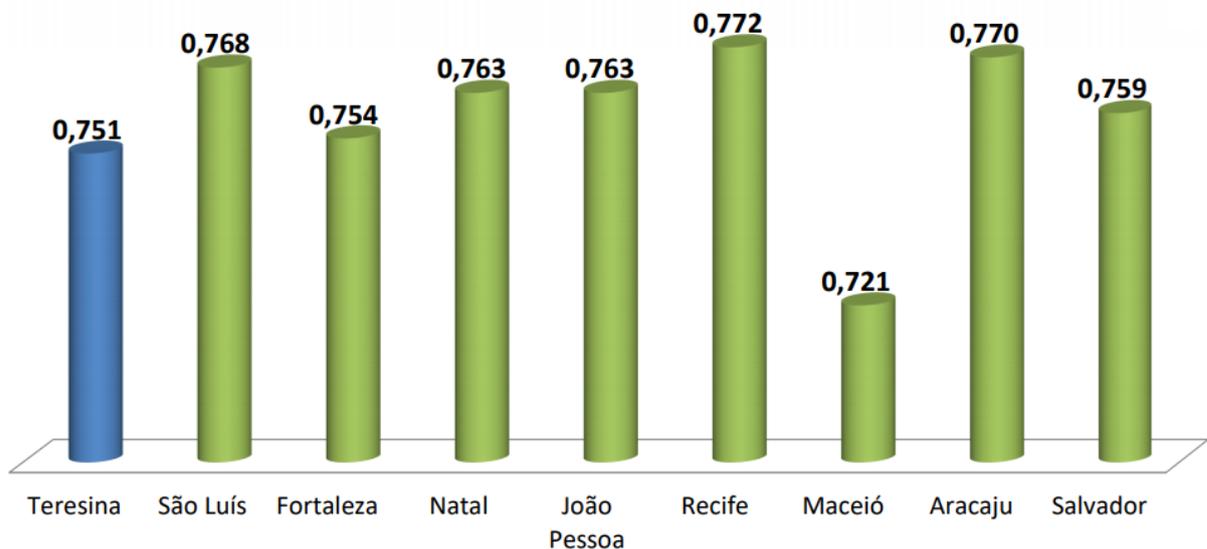
⁴ Disponível em http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/teresina_pi. Acesso em 04/07/2020.



(16,49%) no município. Em 2018, apenas 35% da população era ocupada (IBGE/2018) e a tendência é que esses indicadores piorem após pandemia de coronavírus de 2020.

No ano de 2000, o Índice de Exclusão Social – IES (privação de educação, renda, água, saneamento, coleta de lixo) em Teresina era de 28,6%, enquanto que o valor médio estadual era de 45% (IBGE). Em 2010, o IES para Teresina foi estimado em 23,1%, e valor médio estadual de 42% (IBGE).

Gráfico 7: Comparativa IDH entre capitais do Brasil



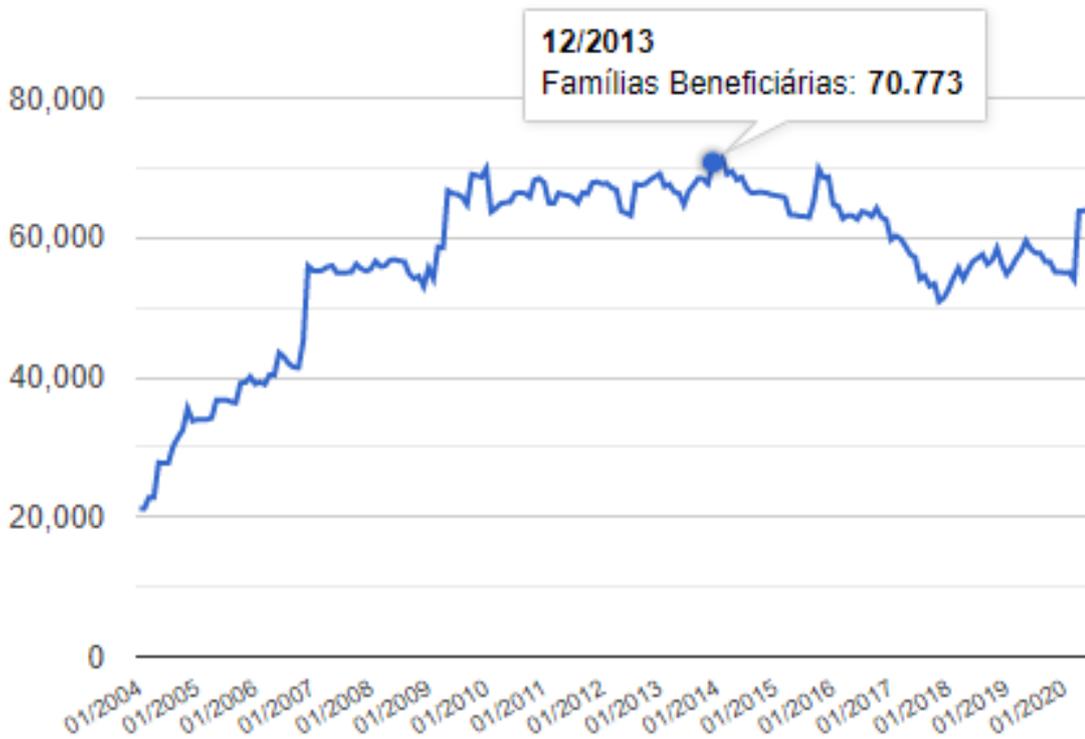
Fonte: Seplan (2018)/PNUD(2010)

Entretanto, talvez uma pauta das mais importante na área sejam as questões relacionadas a distribuição de renda como ação pública efetiva de combate à pobreza e desigualdade no país. Segundo dados de abril de 2020 do Cadastro Único que registra e acompanha a situação socioeconômica de famílias de baixa renda e que é utilizado para conceder e gerir os programas sociais do Governo Federal, entre eles o BPC, a tarifa social de energia elétrica e o Bolsa Família, Teresina tem 112.668 famílias inseridas nesse cadastro, sendo que 93.286 famílias tem renda até ½ salário mínimo e taxa de atualização cadastral (TAC) de 83,36%, acima do indicador nacional que é de 81,93% (MDS/2020), ou seja, o município está direcionado a manter essas famílias dentro do cabedal de programas e iniciativas do governo federal desenvolve

para atendimento dessas famílias vulneráveis. Nesse contexto programas como o Bolsa família e o Benefício de Prestação Continuada (BPC) se destacam.

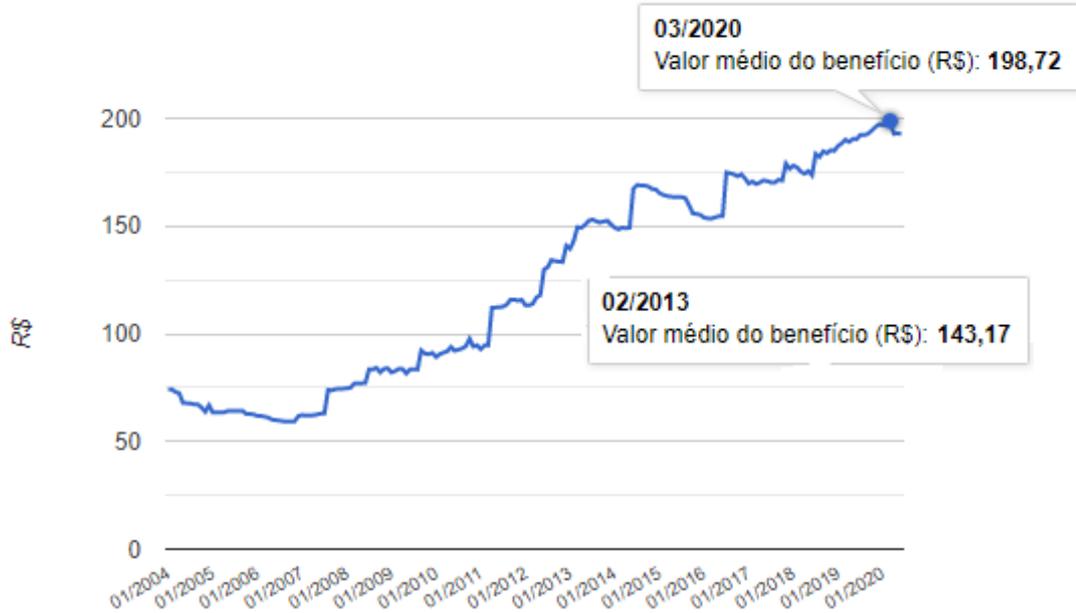
Em relação ao Programa Bolsa família, implementado em 2003, o Gráfico 8 mostra a evolução da quantidade de famílias beneficiárias na cidade de Teresina entre 2004 e 2020. Durante esse período, Teresina chegou a ter 70.773 beneficiários, ou seja, 8,4% de sua população beneficiada pelo programa em 2013 (Ministério do Desenvolvimento Social – MDS/2020). O Gráfico 9 mostra a evolução do valor de benefício médio (R\$ - valores nominais) do PBF em Teresina e o Gráfico 10 da quantidade de novas concessões do PBF na cidade de 2004 a 2020.

Gráfico 8: Evolução da quantidade de beneficiados PBF.



Fonte: Senarc/MDS/2020.

Gráfico 9: Evolução do valor de benefício médio (R\$ - valores nominais) do PBF em Teresina.



Fonte: Senarc/MDS/2020.

Gráfico 10: Evolução da quantidade de novas concessões do PBF em Teresina.



Fonte: Senarc/MDS/2020.

Dados mais recente mostram que em Teresina o Programa Bolsa Família há 63.867 famílias beneficiadas em junho de 2020, sendo 93,1% tendo mulheres como responsáveis familiares. São ao todo 185.696 pessoas diretamente beneficiadas pelo programa no município, ou seja, 21,47% (em relação a população estimada de 2019 de 864.845 pessoas segundo o IBGE) de sua população total que sem o programa estariam em condições de extrema pobreza. Segundo o MDS (2020), o município recebeu R\$ 12.310.916,00 do programa, sendo que as famílias beneficiadas receberam em média R\$ 192,76 reais.

Em relação ao BPC, destinado a idosos (acima de 65 anos) e pessoas com deficiência que tenham uma renda inferior a 1/4 do salário mínimo mensal e que comprovem condição de incapacitada para a vida independente e para o trabalho atestada pela perícia médica do INSS⁵, em julho de 2020, cerca de 25.363 benefícios foram concedidos a pessoas com deficiência e idosos na cidade de Teresina somando um total de R\$ 184.259.829,22 reais destinado para atender esse público.

Em relação a rede de Assistência Social em Teresina, o município conta hoje com 19 Centros (CRAS) que atende localidades de maior vulnerabilidade e risco social e constituem a porta de entrada do suas primeiro contato do cidadão com a rede de proteção social básica, e 04 de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) que oferecem orientação e apoio especializados de forma continuada àqueles que estão em situação de vulnerabilidade social e seus direitos violados por meio de uma equipe multidisciplinar profissional. O município conta também com um Centro Pop para atendimento dos moradores sem-teto, 15 unidades de acolhimento, um albergue, 28 Centros de Convivência, um Centro de Juventude dentre outros equipamentos que compõe a rede no município (MDA/SUAS/IBGE/2017).

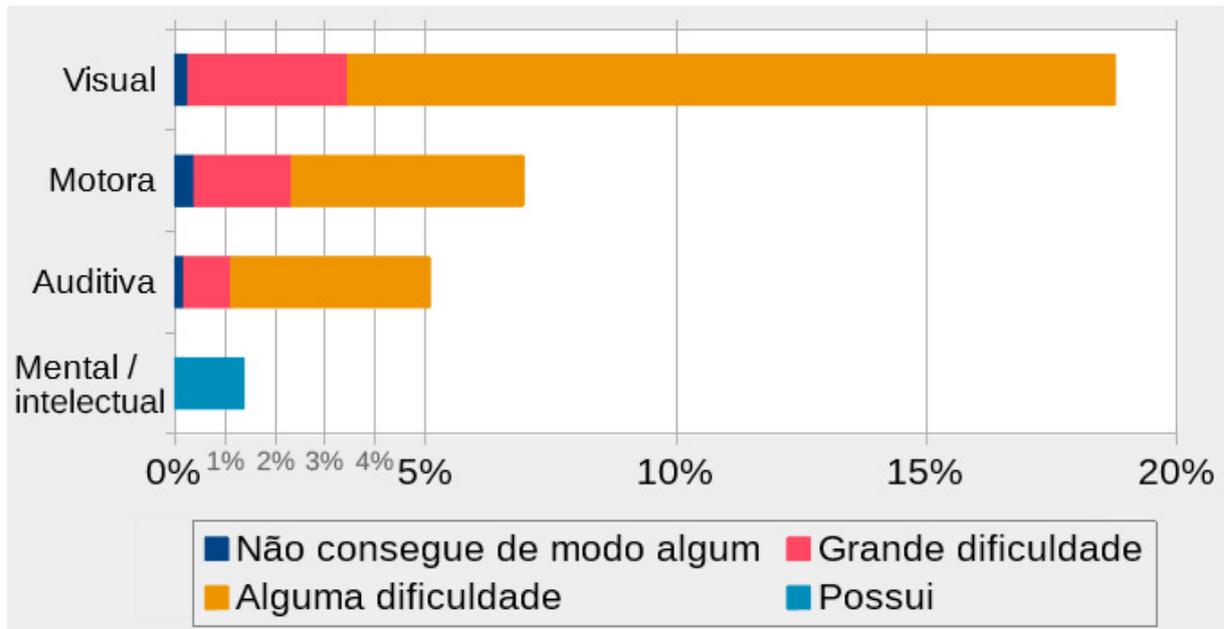
Além desses equipamentos, o trabalho da assistência social em Teresina também conta com um Centros-Dia existente voltados a pessoas que apresentam alguma deficiência ou incapacidade permanente ou temporária. Em 2010, o Censo do IBGE apontou que 24 milhões de brasileiros apresentavam algum tipo de deficiência, sendo

⁵ Disponível em: <https://guilhermetelesadv.jusbrasil.com.br/artigos/253306355/beneficio-de-prestacao-continuada-bpc-loas-requisitos-para-concessao>. Acesso em 04/07/20.



que 12,5 milhões eram incapacidades permanentes, conforme Gráfico 11⁶. Em Teresina, na mesma pesquisa, 26% dos teresinenses possuíam algum tipo de deficiência (visual, auditiva, motora ou mental/intelectual).

Gráfico 11: Porcentagem da População, por tipo e grau de dificuldade e deficiência (Brasil, 2010)



Fonte: Censo 2010 (IBGE).

Ob.: uma mesma pessoa pode ter mais de uma deficiência.

No ano de 2010, 32% dos teresinenses apresentavam alguma dificuldade ou deficiência: 19,34% visual, 4,74% auditiva, 6,53% motora, 1,39% intelectual e 68% não apresentavam nenhuma das deficiências. Assim, além de algumas ações pontuais como incremento de vagas na rede pública de ensino e dos acessos para cadeirantes e/ou pessoas com dificuldades motoras, a gestão pública deve consolidar as ações realizadas e ampliar a oferta de serviços a esses cidadãos proporcionando qualidade de vida para aqueles que vivem acometidos com algum tipo de deficiência no município.

Outro tema muito sensível no município é a questão do Trabalho Infantil, que para se combater essa prática há a necessidade de fortalecer as ações do PETI, dado que

⁶ Disponível em <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/20551-pessoas-com-deficiencia.html>. Acesso em 04/07/2020.

esse programa tem caráter intersectorial no âmbito das ações do Sistema Único de Assistência (SUAS), pois reúne um conjunto de ações com o objetivo principal de retirar crianças e adolescentes como até 16 anos do trabalho precoce, insalubre, desgastante, penoso e de exploração sexual infantil, tanto em áreas urbanas quanto rurais.

De maneira geral, a gestão da assistência social no município de Teresina-PI fica responsável em promover eficiência e eficácia na condução dos planos, programas, projetos e serviços que compete a política de assistência. A execução da Política Municipal de Assistência Social é realizada com recursos alocados pelo Governo Federal no Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS, sendo o controle social é efetuado pelo Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS.

Dados da Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação do Ministério da Cidadania apontam que o FMAS recebeu em 2019 o montante de R\$ 2.832.406,85 reais para financiar os programas da pasta e até setembro de 2020, o mesmo fundo recebeu R\$ 10.976.861,79 reais, um aumento de 288,36% em decorrência das ações extraordinárias de combate da COVID19 em Teresina. Porém, a assistência social do município sofre pela falta de recursos regulares para realização de suas ações em virtude, principalmente, da ausência de uma política pública de fomento contínuo, permanente e que assegure o planejamento anual da pasta como acontece na educação e saúde. É necessário assim, sensibilidade da Administração municipal para fortalecer a assistência social em Teresina.

2.1.2 Propostas para Assistência Social

FORTALECIMENTO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL DE TERESINA

Descrição: Reservar o percentual de até 3% do fundo de participação do município para fortalecer os programas e ações da assistência social em Teresina.

Principais Beneficiários: População vulnerável de Teresina.

Responsável pela Execução: Secretaria Municipal de Cidadania, Assistência Social e Políticas Integradas.

Fonte dos Recursos: Próprios.



Impactos Esperados: Criação de amparo orçamentário e financeiro necessários para subsidiar as políticas sociais e assistências em Teresina.

Prazo Estimado: Implementação a partir do segundo ano de mandato.

MAPA DA VULNERABILIDADE SOCIAL DE TERESINA

Descrição: Criar o Mapa da Vulnerabilidade Social de Teresina de perfil técnico, estatístico e tecnológico direcionado a balizar as políticas públicas de assistência social e outras como as ações em saúde e educação.

Principais Beneficiários: População de Teresina.

Responsável pela Execução: Secretaria Municipal de Cidadania, Assistência Social e Políticas Integradas.

Fonte dos Recursos: Próprios e/ou em parcerias com demais entes federados.

Impactos Esperados: Criação de amparo estatístico às políticas sociais e assistências em Teresina.

Prazo Estimado: Implementação a partir do segundo ano de mandato.

CRAS

Descrição: Ampliar a rede de atenção dos CRAS, distribuídos conforme a necessidade de cada região do meio urbano e rural da capital, principalmente nas regiões que apresentam maior vulnerabilidade e/ou que surgiram nos últimos cinco anos na capital.

Principais Beneficiários: Cidadãos atendidos pelos programas assistenciais e a quem dela necessitar.

Responsável pela Execução: Secretaria Municipal de Cidadania, Assistência Social e Políticas Integradas.

Fonte dos Recursos: Próprios e/ou em parcerias com demais entes federados.

Impactos Esperados: Aumento da população protegida pelos programas assistenciais em Teresina e a diminuição da vulnerabilidade social no município.

Prazo Estimado: Implementação a partir do segundo ano de mandato sendo uma ação permanente e contínua.



PROGRAMA DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS

Descrição: Criar o Programa de Medidas Socioeducativas que visa orientar e acompanhar adolescentes infratores que estão cumprindo medida de liberdade assistida, integrando-os no meio social por meio de ações educacionais e profissionalizantes.

Principais Beneficiários: Adolescentes infratores e suas famílias.

Responsável pela Execução: Secretaria Municipal de Cidadania, Assistência Social e Políticas Integradas em parceria com a rede de serviços municipais, estaduais, sistema de justiça e sociedade civil.

Fonte dos Recursos: Próprios e/ou em parcerias com demais entes federados, em especial, com a rede de serviços estaduais, sistema de justiça e sociedade civil.

Impactos Esperados: Ampliação da rede de assistência ao adolescente infrator em Teresina.

Prazo Estimado: Implementação a partir do segundo ano de mandato.

PROGRAMA TERESINA ACOLHEDORA

Descrição: Criar o programa Teresina Acolhedora, com equipes volantes para realização do atendimento assistencial a grupos em situação de vulnerabilidade social, sobretudo moradores de rua, de assentamentos irregulares e ocupações. A proposta contempla também a realização de parceria com a Defensoria Pública para atendimento jurídico à população de baixa renda nas unidades Moveis de Cidadania.

Principais Beneficiários: População inscrita no Cadastro Único.

Responsável pela Execução: Secretaria Municipal de Cidadania, Assistência Social e Políticas Integradas em parceria com a rede de serviços municipais, estaduais, sistema de justiça e sociedade civil.

Fonte dos Recursos: Próprios e/ou em parcerias com demais entes federados.

Impactos Esperados: Ampliação da rede de assistência, proteção e garantia de direitos a população em Teresina.

Prazo Estimado: Implementação a partir do segundo ano de mandato.



MUNICIPALIZAÇÃO DOS PROGRAMAS DE BENEFÍCIOS SOCIAIS

Descrição: Esta proposta visa municipalizar os programas de benefícios sociais, haja vista que hoje o Plantão Social oferta apenas urnas funerárias, enxovais e cestas básicas.

Principais Beneficiários: População vulnerável de Teresina.

Responsável pela Execução: Secretaria Municipal de Cidadania, Assistência Social e Políticas Integradas.

Fonte dos Recursos: Próprios e/ou em parcerias com demais entes federados.

Impactos Esperados: Ampliação da rede de assistência e proteção em Teresina.

Prazo Estimado: Implementação a partir do segundo ano de mandato.

CENTROS DE CONVIVÊNCIA DA TERCEIRA IDADE (“CRECHE DO IDOSO”)

Descrição: Ampliar a quantidade de Centros de Convivência da Terceira Idade na zona urbana e rural de Teresina, e disponibilizar profissionais (educadores físicos, nutricionistas entre outros) para aumentar a oferta de serviços para os usuários (idosos) na capital.

Principais Beneficiários: População vulnerável de Teresina.

Responsável pela Execução: Secretaria Municipal de Cidadania, Assistência Social e Políticas Integradas.

Fonte dos Recursos: Próprios e/ou em parcerias com demais entes federados.

Impactos Esperados: Ampliação da rede de assistência e proteção ao idoso em Teresina.

Prazo Estimado: Implementação a partir do segundo ano de mandato.

PROGRAMA MELHOR IDADE

Descrição: Potencializar políticas voltadas para o idoso, por meio de multiplicação de grupos de convivência e ações de inclusão e participação do idoso na sociedade e em suas atividades; melhorar as condições de acessibilidade dos espaços públicos, visando a inclusão dos idosos nas atividades socioeducativas, culturais e esportivas; incentivar e promover programas de atividades de lazer e turismo para a população idosa; desenvolver através de projetos específicos em parceria com o Terceiro Setor, iniciativa privada e sociedade civil, ações que garantam alternativas de moradia para pessoas idosas sem proteção familiar; estimular as habilidades cultural, artesanal e



de lazer para as pessoas idosas; propiciar ao idoso a sua valorização e conscientização familiar quanto às suas necessidades e direitos; desenvolver projetos para ação e capacitação voluntária de cuidadores de pessoas idosas.

Principais Beneficiários: População idosa do município de Teresina.

Responsável pela Execução: Secretaria Municipal de Cidadania, Assistência Social e Políticas Integradas em parceria com a rede de serviços municipais, estaduais, sistema de justiça e sociedade civil.

Fonte dos Recursos: Próprios e/ou em parcerias com demais entes federados.

Impactos Esperados: Ampliação da rede de assistência e de proteção ao idoso em Teresina.

Prazo Estimado: Implementação a partir do segundo ano de mandato.

PROGRAMA DE ATENDIMENTO A MULHER

Descrição: Ampliar, consolidar e qualificar os serviços de atendimento às mulheres vítimas de violência; desenvolver um programa que auxilie a prevenção a gravidez na adolescência; garantir o atendimento integral, humanizado e de qualidade às mulheres em situação de violência, bem como desenvolver programas que contribuam para reestruturação das mulheres vítimas de violência; ampliar as campanhas de combate à violência contra a mulher e os respectivos serviços de atendimento às vítimas; dar suporte as vítimas para garantir o entendimento referente a medidas previstas na Lei Maria da Penha; potencializar programas em parceria com a Administração Municipal, de atividades destinadas às mulheres nos equipamentos públicos municipais.

Principais Beneficiários: Mulheres de baixa renda que estejam inscritas no cadastro único.

Responsável pela Execução: Secretaria Municipal de Cidadania, Assistência Social e Políticas Integradas em parceria com a rede de serviços municipais, estaduais, sistema de justiça e sociedade civil.

Fonte dos Recursos: Próprios e/ou em parcerias com demais entes federados.

Impactos Esperados: Ampliação da rede de assistência e de proteção a mulher em Teresina.

Prazo Estimado: Implementação a partir do segundo ano de mandato.



POLÍTICAS AFIRMATIVAS

Descrição: Realizar campanhas educativas e de conscientização quanto a violência manifestada, principalmente, por condição de gênero, de cor, de opção sexual ou de origem. Esta ação visa proporcionar também apoio psicológico e jurídico às vítimas de violência que façam uso dos equipamentos públicos municipais e precisem de amparo nessas áreas, permitindo assim, o direito a diversidade e o combate a qualquer tipo de discriminação.

Principais Beneficiários: Populações vulneráveis e grupos minoritários de Teresina.

Responsável pela Execução: Secretaria Municipal de Cidadania, Assistência Social e Políticas Integradas em parceria com a rede de serviços municipais, estaduais, sistema de justiça e sociedade civil.

Fonte dos Recursos: Próprios e/ou em parcerias com demais entes federados.

Impactos Esperados: Redução da violência e do preconceito motivados por qualquer tipo de discriminação.

Prazo Estimado: Implementação a partir do segundo ano de mandato.

PROGRAMA DE INSERÇÃO SOCIAL DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Descrição: Promover projetos que contribuam para a efetiva inclusão social, laboral, educativa e cultural da pessoa com deficiência permanente ou transitória no meio social.

Principais Beneficiários: Pessoas com deficiência.

Responsável pela Execução: Secretaria Municipal de Cidadania, Assistência Social e Políticas Integradas em parceria com a rede de serviços municipais, estaduais, sistema de justiça e sociedade civil.

Fonte dos Recursos: Próprios e/ou em parcerias com demais entes federados.

Impactos Esperados: Inserção social da pessoa com deficiência em Teresina.

Prazo Estimado: Implementação a partir do segundo ano de mandato.

AÇÕES DE PROTEÇÃO ÀS CRIANÇAS E AOS ADOLESCENTES

Descrição: Fortalecer as serviços de atendimento às crianças e adolescentes vítimas de violência e maus tratos no município. Esta proposta será realizada em parceria com as unidades do Conselho Tutelar na zona urbana e rural de Teresina. A proposta



contempla também melhorar a infraestrutura de apoio às ações dos Conselhos Tutelares na capital.

Principais Beneficiários: Crianças e adolescentes vítimas de violência.

Responsável pela Execução: Secretaria Municipal de Cidadania, Assistência Social e Políticas Integradas em parceria com a rede de serviços municipais, estaduais, sistema de justiça e sociedade civil.

Fonte dos Recursos: Próprios e/ou em parcerias com demais entes federados.

Impactos Esperados: Ampliação da rede de assistência e de proteção à criança e ao adolescente vítima de violência e maus tratos na capital.

Prazo Estimado: Implementação a partir do segundo ano de mandato.

2.1.3 Amparo Jurídico

As propostas em assistência social tem como amparo jurídico, principalmente: Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 - Título VIII - Da Ordem Social; Lei Nº 12.852/13; Lei Nº 12.817/13; Lei Nº 12.435/11; Lei Nº 12.101/09; Lei Nº 11.692/08; Lei Nº 11.505/07; Lei Nº 11.433/06; Lei Nº 11.346/06; Lei Nº 11.343/06; Lei Nº 11.340/06; Lei Nº 11.259/05; Lei Nº 11.162/05; Lei Nº 11.133/05; Lei Nº 10.836/04; Protocolo de gestão integrada de serviços e benefícios – SUAS; Política nacional da assistência social – PNAS; Protocolo de gestão integrada de serviços e benefícios – SUAS; Lei Nº 8662, de 1993; Política nacional de assistência social - PNAS; Lei municipal Ordinária Nº 4408/2013; Lei municipal Ordinária Nº 4355/2012; e Lei municipal Ordinária Nº 2987/2001 dentre outros e suas alterações.

2.2 SANEAMENTO BÁSICO

2.2.1 Diagnóstico

No Brasil, o saneamento básico está regulamentado pela lei Nº 11.445/2007 e abrange um conjunto de serviços de infraestrutura e de instalações operacionais ligadas ao abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana, manejo de resíduos sólidos, drenagem e manejo das águas pluviais urbanas. Perante a lei de saneamento, ações nessa área devem envolver todos os entes federados,



permitir o controle social e garantir a universalização do serviço para a população. Por isso mesmo, até pouco tempo atrás, essa pauta mostrou-se ser um gargalo na gestão pública, principalmente, pela deficiência na integração das ações entre os entes federados e na formulação de poucos projetos de impacto para sanar as dificuldades enfrentadas pela população brasileira.

Com base nos dados do Censo (2010), do total de domicílios particulares permanentes urbanos em Teresina, 2,4% não possuía banheiro e 35,2% possuía carência de infraestrutura quando se avalia variáveis ligadas ao abastecimento de água por carro-pipa, ao esgotamento sanitário do tipo fossa rudimentar, à energia elétrica deficiente e ao destino do lixo do tipo enterrado.

Quanto ao abastecimento de água, segundo levantamento do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS) da Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental (SNSA) do Ministério das Cidades (MCID), o consumo médio *per capita* de água em Teresina, em 2013, foi de 153,6 litros/hab./dia, em Fortaleza, por exemplo, foi de 138,6 litros/hab./dia e em São Luís foi de 133,3 litros/hab./dia o que sinaliza para um eventual desperdício ou desvio de água no município. O consumo médio de água por economia, número de derivações residenciais ou comerciais originadas a partir de uma ligação de água em 2013 era de 13,6 m³/mês/econ. Quando avaliado o volume de água consumido em percentual do volume, ou seja, percentual consumido em relação à produção - volume de água produzido + volume de água tratada importado + volume de água de serviço (soma dos volumes usados para atividades operacionais e especiais, acrescido do volume de água recuperado), Teresina apresentou um percentual de 46,25%, maior índice dos 5 anos anteriores.

Com relação ao percentual de domicílios com rede de abastecimento, Teresina está coberta com 91,6%, sendo que a média nacional é de 77,6%. Esse número leva a conclusão de que o acesso ao abastecimento de água não é um problema na cidade. Porém, isso não é verdade. A população sofre com o falta de água, principalmente, as residências nas áreas mais altas da cidade e que poderiam ver esse problema sanado se fossem instalados anéis de distribuição de água nessas regiões. Em



números absolutos, 188.782 famílias tinham acesso à rede de abastecimento de água, 14.343 famílias eram abastecidas por poço/nascente e 2.975 por outros meios.

Quanto ao volume de investimentos *per capita* em abastecimento de água pelos prestadores de serviços, estados e municípios, Teresina investiu R\$ 1,25/hab. em 2013, enquanto que a média nacional foi de R\$ 21,54/hab. no mesmo ano. Por população atendida com abastecimento de água, em Teresina foi investido R\$ 1,35 por habitante atendido, enquanto a média nacional foi de R\$ 27,07 por habitante atendido.

Segundo a Agespisa, em 2010, em Teresina havia 225.047 ligações de água, sendo 91,34% do tipo residencial, 6,63% comercial, 1,3% industrial e 0,71% público. Para o IBGE, 93,4% dos domicílios eram abastecidos com água originada da rede geral, 5,9% de poço ou nascente e 0,7% advindas de outras formas.

Teresina tratou em 2013, um volume de água de aproximadamente 94.972 mil m³, desse total, 11,8% foi tratado para simples desinfecção, o restante, cerca de 88% foi tratado em Estações de Tratamento de Água. Ainda em relação do volume de água tratada, apenas 45,51% foi consumido, e 54,5% do volume de água produzido, foi consumido e faturado foi desperdiçado. Outro indicador importante é o índice de perdas por ligação. No ano de 2013, Teresina perdia no abastecimento de água 578,02 l/dia/por ligação e na distribuição, 53,75% do volume de água produzido, o que é alarmante dado o alto custo de tratar e distribuir água no país. No Ranking do Saneamento nas 100 Maiores Cidades (Trata Brasil atual)⁷, Teresina encontra-se na 85^o posição e, dentre as capitais, na 21^o posição.

Quanto ao percentual de domicílios com rede pública de esgoto, fator que impacta diretamente nos números da saúde, Teresina contava em 2013 com apenas 14,01% de cobertura, enquanto que a média nacional era de 41,93%. Naquele mesmo ano, apenas 149.513 ou 17,87% habitantes eram atendidos com serviço de esgoto

⁷ Disponível em: <http://www.tratabrasil.org.br/datafiles/estudos/perdas-de-agua/Release-Perdas-de-Agua.pdf>
<http://www.tratabrasil.org.br/datafiles/estudos/perdas-de-agua/Release-Perdas-de-Agua.pdf>.
 Acesso em 01 de setembro de 2020.



sanitário, sendo que a média brasileira era 46,88%. Em João Pessoa, por exemplo, 49,03% da população tem esgotamento sanitário. Dados de 2018 publicados em 2020 pelo IBGE apontam que 70,8% da população do município não tinha coleta de esgoto. Um problema sério que impacta diretamente na saúde da população ocasionando doenças que poderiam ser evitadas.

Conforme Censo (IBGE/2010), 92,6% do lixo de Teresina é coletado regularmente. Em 2014, foram coletados, aproximadamente, 192 mil toneladas de lixo domiciliar, 3 mil toneladas de penas e vísceras e 1,7 mil toneladas de resíduos hospitalares. A coleta seletiva também é realizada por meio de 10 pontos de entrega voluntária distribuídos na cidade que recolhe, em média por mês, 18 toneladas de lixo por dia.

Em 2020, o Ministério da Economia estima que seriam necessário ½ trilhão em investimentos para que o saneamento básico chegasse a toda população brasileira. As informações disponibilizadas apontam que metade da população não tem acesso a coleta de esgoto; 35 milhões não tem acesso a água potável (aproximadamente 16,7%); 15 mil internações das 350 mil por ano no Brasil são em decorrência da ausência de saneamento básico, o que representa 4,28% do total de internações no país e apenas 6% da rede de água e esgoto é gerida pela iniciativa privada.

Diante desse cenário desafiador, o Senado Federal aprovou o Novo Marco Legal do saneamento básico no Brasil que apresenta diversas metas. Esse novo marco tem como meta até 2033, por exemplo, que 99% da população tenha acesso a água potável e 90% a coleta e tratamento de esgoto. Além disso, prever ações para minimizar o desperdício de água; estimular os investimentos privados e o fim do direito de exploração público estadual. Com isso, segundo o Ministério da Economia, há um cenário favorável para investimentos – estimados em mais de 700 bilhões de reais – e criação de 700 mil empregos em 14 anos⁸.

⁸ Disponível em <https://aguasustentavel.org.br/publicacoes/blog/62-senado-aprova-novo-marco-legal-do-saneamento-basico-confira-os-principais-pontos>. Acesso em 04/07/20.



2.2.2 Propostas para Saneamento Básico

AMPLIAÇÃO PROGRESSIVA DO ACESSO DOS CIDADÃOS E DAS COMUNIDADES À ÁGUA POTÁVEL

Descrição: Priorizar a perfuração de poços tubulares e a implantação de caixas d'água para construção de sistemas simplificados de água em localidades periféricas e rurais. Nas regiões altas de Teresina, incentivar a empresa gestora de águas e esgotos a implantar anéis de distribuição de água para sanar o problema de falta de água em Teresina.

Principais Beneficiários: Populações moradoras de regiões periféricas e rurais, em especial.

Responsável pela Execução: Secretaria de Desenvolvimento Urbano e SDU's.

Fonte dos Recursos: Próprios e/ou em parcerias com demais entes federados e setor privado.

Impactos Esperados: Melhoria/Universalização da oferta de água no município de Teresina.

Prazo Estimado: Implementação a partir do segundo ano de mandato.

USINAS DE RECICLAGEM

Descrição: Construir usinas de reciclagem em Teresina. Atualmente, com a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), aumenta o número de prefeituras no Brasil que investem em usinas de reciclagem de entulhos, por exemplo, que além de trazer ganhos ambientais e políticos, um dos atrativos do investimento é a potencial redução de custo com aquisição de matéria-prima, já que ela passa a ser secundária, ou seja, fabricada a partir de resíduos sólidos de construção e demolição (RDC).

Principais Beneficiários: População de Teresina.

Responsável pela Execução: Secretaria de Desenvolvimento Urbano e SDU's.

Fonte dos Recursos: Próprios e/ou em parcerias com demais entes federados e setor privado.

Impactos Esperados: Melhoria do tratamento e aproveitamento dos resíduos, bem como, proporcionar a geração de emprego e renda na capital.

Prazo Estimado: Implementação a partir do segundo ano de mandato.



COLETA SELETIVA

Descrição: Ampliar o sistema de coleta seletiva, de forma gradual, além de apoiar e incentivar as organizações de catadores existentes e estimular a instalação de recicladoras; melhorar e ampliar o serviço de varrição e adotar tecnologias modernas e eficientes na capina, atendendo semanalmente as áreas residenciais e diariamente as áreas comerciais, intensificando a atividade de capina no período das chuvas; ajustar a periodicidade da coleta domiciliar, estabelecendo e divulgando o calendário com dia e intervalo de hora da coleta; adotar normas mais rigorosas para execução do serviço de coleta de penas e vísceras e de resíduos hospitalares; implantar novo aterro sanitário e adequar o existente às melhores práticas para a atividade. Tudo conforme disposto na Lei 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Principais Beneficiários: População de Teresina.

Responsável pela Execução: Secretaria de Desenvolvimento Urbano e SDU's.

Fonte dos Recursos: Próprios e/ou em parcerias com demais entes federados e setor privado.

Impactos Esperados: Melhor tratamento e aproveitamento dos resíduos que podem ser reciclados em Teresina, bem como, proporcionar a geração de emprego e renda.

Prazo Estimado: Implementação a partir do segundo ano de mandato.

MONITORAMENTO DA QUALIDADE DA ÁGUA

Descrição: Manutenção dos sistemas e monitoramento periódico da qualidade da água, conforme a Portaria 2.914/ 2011 do Ministério da Saúde. O monitoramento é o conjunto de práticas que visam o acompanhamento de determinadas características de um sistema, sempre associado a um objetivo. No monitoramento da qualidade das águas naturais, são acompanhadas as alterações nas características físicas, químicas e biológicas da água, decorrentes de atividades antrópicas e de fenômenos naturais. As práticas relacionadas ao monitoramento de qualidade de água incluem a coleta de dados e de amostras de água em locais específicos (georeferenciados), feita em intervalos regulares de tempo, de modo a gerar informações que possam ser utilizadas para a definição das condições presentes de qualidade da água. É fundamental que associado a este monitoramento seja feita a determinação da vazão, de forma a determinar a carga de poluentes afluente. O monitoramento visa, ao final,



permitir uma avaliação adequada da qualidade da água. Para tanto, podem ser utilizadas diversas configurações, em termos de localização dos pontos de monitoramento, de periodicidade e de tipo de parâmetros monitorados.

Principais Beneficiários: População de Teresina.

Responsável pela Execução: Secretaria de Desenvolvimento Urbano e SDU's em parcerias com universidades do município de Teresina.

Fonte dos Recursos: Próprios e/ou em parcerias com demais entes federados.

Impactos Esperados: Melhoria do monitoramento no uso e melhoria qualidade da água consumida em Teresina.

Prazo Estimado: Implementação a partir do segundo ano de mandato.

POSTOS DE ENTREGA VOLUNTÁRIA DE RESÍDUOS

Descrição: Implantar postos de entrega voluntária de resíduos recicláveis em pontos estratégicos e prédios públicos, conforme disposto na Lei 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Principais Beneficiários: População de Teresina.

Responsável pela Execução: Secretaria de Desenvolvimento Urbano e SDU's.

Fonte dos Recursos: Próprios e/ou em parcerias com demais entes federados e setor privado.

Impactos Esperados: Melhoria das ações de aproveitamento dos resíduos que podem ser reciclados em Teresina, bem como, incentivar a geração de emprego e renda.

Prazo Estimado: Implementação a partir do segundo ano de mandato.

CONTROLE SOCIAL

Descrição: Implementar mecanismos de controle social para fortalecer a participação da sociedade nas ações relacionadas ao saneamento básico, conforme a Lei 11.445/2007;

Principais Beneficiários: População de Teresina.

Responsável pela Execução: Secretaria de Desenvolvimento Urbano e SDU's.

Fonte dos Recursos: Próprios e/ou em parcerias com demais entes federados.

Impactos Esperados: Melhoria dos mecanismos de controle social no saneamento básico em Teresina.



Prazo Estimado: Implementação a partir do segundo ano de mandato.

FEIRA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E SANEAMENTO BÁSICO

Descrição: Criar a Feira Municipal de Meio Ambiente e Saneamento Básico, de acordo com o que é proposto na Lei 9.795/1999.

Principais Beneficiários: Crianças e jovens de Teresina.

Responsável pela Execução: Secretaria de Desenvolvimento Urbano e SDU's

Fonte dos Recursos: Próprios e/ou em parcerias com demais entes federados.

Impactos Esperados: Melhoria dos mecanismos de comunicação e educação ambiental em Teresina.

Prazo Estimado: Implementação a partir do segundo ano de mandato.

SISTEMA MUNICIPAL DE INFORMAÇÕES SOBRE SANEAMENTO BÁSICO

Descrição: Criar o Sistema Municipal de Informações sobre Saneamento Básico integrado ao Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento Básico ao Sistema Municipal de Saúde, conforme o disposto na Lei 11.445/2007.

Principais Beneficiários: População de Teresina.

Responsável pela Execução: Secretaria de Desenvolvimento Urbano e SDU's.

Fonte dos Recursos: Próprios e/ou em parcerias com demais entes federados.

Impactos Esperados: Melhoria da gestão e acompanhamento dos indicadores ligados ao saneamento básico na cidade.

Prazo Estimado: Implementação a partir do segundo ano de mandato.

2.2.3 Amparo Jurídico

As propostas em saneamento básico tem como amparo jurídico, principalmente: Lei Municipal Ordinária 4618/2014; Lei Municipal Nº 4.310-12; Lei Municipal N 3.600-06; Lei Municipal N 3.923-09; Lei Municipal N 3.924-09; Lei Municipal N 4.041-10; LEI Municipal N 4.133-11; Lei Municipal N 4.724-2015; Plano Diretor de Drenagem Urbana de Teresina; Plano Diretor de Transporte e Mobilidade Urbana – Teresina; Plano Municipal de Saneamento Básico – Teresina; Decreto 13653/2013; Decreto 13241/2013; Lei ordinária 4413/2013; Lei municipal Nº 3.558 de 2006; Lei complementar Nº 3.561, de 20 de outubro de 2006; Lei Complementar Nº 4851 de



21/12/2015; Lei Municipal Nº 4.831/15; Lei Nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997; Lei Federal Nº 11.445 de 11 de janeiro de 2007; Lei Federal Nº 12.305 de 2 de agosto de 2010; e Lei Nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007 dentre outros e suas alterações.

2.3 SEGURANÇA PÚBLICA

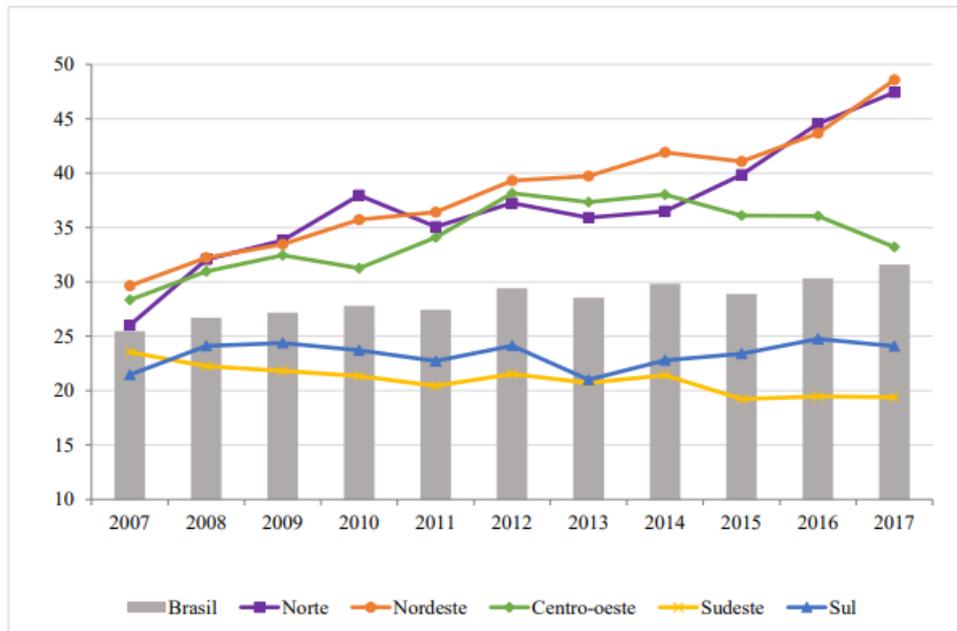
2.3.1 Diagnóstico

Segundo o Atlas da Violência no Brasil, edição 2019, documento elaborado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública a partir dos dados disponíveis no Sistema de Informações sobre Mortalidade do Ministério da Saúde (SIM/MS), o Brasil registrou 65.602 mortes homicídios em 2017, o que equivale a uma taxa de 31,6 mortes por grupo de 100 mil habitantes, considerada o maior número da história em letalidade violenta intencional, principalmente no norte e nordeste, conforme demonstrado nos Gráficos 12 e 13.

Gráfico 12: Evolução do número e da taxa de homicídio no Brasil (2007-2017)



Fonte: Atlas da Violência no Brasil (2019). IBGE/Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica e MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM. O número de homicídios na UF de residência da vítima foi obtido pela soma das seguintes CIDs 10: X85-Y09 e Y35-Y36, ou seja: óbitos causados por agressão mais intervenção legal. Elaboração Diest/Ipea e FBSP.

Gráfico 13: Taxa de homicídio no Brasil e regiões (2007-2017)

Fonte: Atlas da Violência no Brasil (2019). IBGE/Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica e MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM. O número de homicídios na Região de residência foi obtido pela soma das seguintes CIDs 10: X85-Y09 e Y35-Y36, ou seja: óbitos causados por agressão mais intervenção legal. Elaboração Diest/Ipea e FBSP.

Os números indicam também que o perfil médio do indivíduo com maior probabilidade de sofrer morte violenta intencional no Brasil é homem jovem, negro, solteiro, com até sete anos de estudo no período entre as 18h e 22h nos dias mais quentes do ano. No caso de homicídios, 59,1% dos casos, as vítimas têm idade entre 15 a 19 anos, em média. No total foram 35.783 jovens assassinados em 2017, o que equivale a uma taxa de 69,9 mortes por grupo de 100 mil jovens. Isso representa um aumento de 6,7% em relação ano de 2016 e 37,5% em relação a 2007. Os estados com piores cenários foram Rio Grande do Norte com 152,3 a cada grupo de 100 mil jovens seguidos pelo estado do Ceará (140,2), Pernambuco (133,0), Alagoas (128,6), Acre (126,3) e Sergipe (125,5). A Tabela 1 mostra a evolução da proporção de óbitos causados por homicídios, por faixa etária no país Brasil a partir de dados de 2017.

Tabela 1: Evolução da proporção de óbitos causados por homicídios, por faixa etária no Brasil (2017)

Faixa etária =>	10 a 14	15 a 19	20 a 24	25 a 29	30 a 34	35 a 39	40 a 44	45 a 49	50 a 54	55 a 59	60 a 64	65 a 69	Total
Masculino	18,4%	59,1%	55,7%	45,1%	35,3%	23,9%	14,3%	8,2%	4,5%	2,5%	1,4%	0,8%	14,7%
Feminino	7,4%	17,4%	15,5%	12,2%	8,8%	5,2%	3,0%	1,6%	1,0%	0,5%	0,3%	0,2%	2,2%
Total	14,1%	51,8%	49,4%	38,6%	28,6%	18,2%	10,5%	5,8%	3,2%	1,7%	0,9%	0,5%	10,4%

Fonte: Atlas da Violência no Brasil (2019). MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM. Os homicídios incluem agressões e intervenções legais (CID-BR-10). Não se levou em conta os óbitos com cujo sexo da vítima era ignorado. Elaboração Diest/Ipea e FBSP.

O documento aponta como possíveis explicações para o aumento dos indicadores de violência no norte e nordeste as disputas entre facções criminosas (PCC e Comando Vermelho, principalmente) em meados de 2016 por territórios de dominação com possibilidade de maiores ganhos financeiros do tráfico de drogas e que acaba tendo reflexos regionalmente entre grupos menos desarticulados, por exemplo, Família do Norte, Guardiões do Estado, Okaida, Estados Unidos e Sindicato do Crime.

Essas disputas terminam por desencadear maior sensação de insegurança pela população e força o Estado a agir desviando recursos que poderiam ser alocados em políticas públicas positivas que, no entanto, são alocadas para garantir maior segurança à população como o aumento do efetivo policial e operações de repressão ao crime. Segundo o Atlas da Violência no Brasil (2019), o custo econômico permeia desde a inibição da acumulação de capital, o desenvolvimento de alguns mercados até a arrecadação fiscal. Há uma estimativa de que o custo social da violência no país chegue a 5,9% do PIB a cada ano. A Tabela 2 mostra a memória de cálculo realizada para se estimar a relação do custo econômico da violência e o PIB no Brasil.

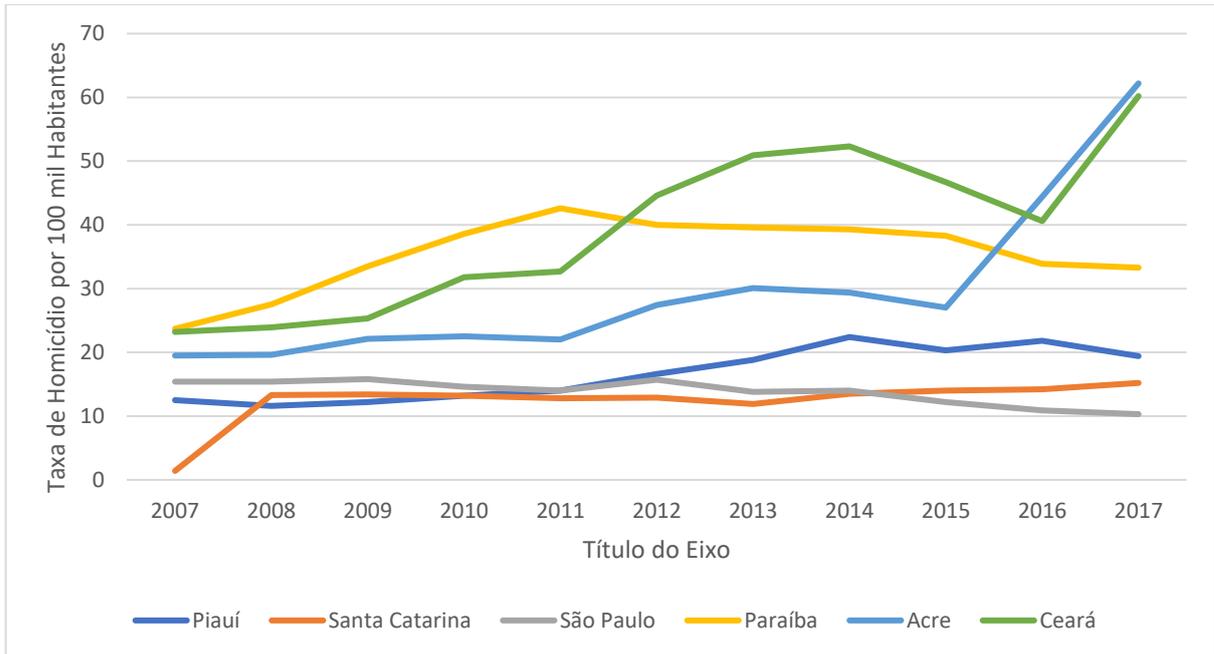
Tabela 2: O custo econômico da violência no Brasil

Componente	Ano de cálculo	Percentual do PIB	Bilhões de R\$ (PIB 2016)
Custos privados (I)		4,2%	262
Custos intangíveis com homicídios*	2012	2,5%	157
Gastos com segurança privada e seguros	2004	1,7%	105
Despesas públicas (II)		1,7%	111
Sistema de saúde	2003	0,1%	9
Segurança pública (polícia)	2015	1,4%	88
Sistema prisional**	2013	0,2%	14
Custo da violência no Brasil (I+II)		5,9%	373

Fonte: Atlas da Violência no Brasil (2019). Diest/Ipea. *Trata-se de uma aproximação com base em Cerqueira (2014) e Cerqueira et al. (2007), atualizados com base no PIB corrente de 2016.

**Consideramos os valores apurados pela CPI do sistema carcerário Brasileiro (2015, p. 67) para os estados e acrescentamos os gastos diretos da União.

Quando a análise parte para uma perspectiva estadual, a taxa de homicídios se apresenta de forma bem heterogênea. A taxa de homicídios por unidade federativa em 2017 do estado do Piauí é uma das mais baixas, de 10 a 24,9 homicídios entre jovens por grupo de 100 mil habitantes, ficando atrás somente de Santa Catarina e São Paulo. Entretanto, como as todas as taxas estão em patamares elevados, registrar uma taxa baixa se comparada a outros estados, não significa que não seja preocupante o índice de homicídios no Piauí. Observe o Gráfico 14 que mostra o comparativo entre o estado do Piauí e outras UF brasileiras.

Gráfico 14: Comparativo da taxa de homicídios entre UF (2007-2017)

Fonte: Elaboração Própria a partir da TABELA 2.1 do Atlas da Violência no Brasil (2019). IBGE/Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica e MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM. O número de homicídios na UF de residência foi obtido pela soma das seguintes CIDs 10: X85-Y09 e Y35-Y36, ou seja: óbitos causados por agressão mais intervenção legal. Elaboração Diest/Ipea e FBSP.

Essa tendência também é observada no Relatório de Criminalidade 2019 confeccionado pelo Núcleo Central de Estatísticas e Análise Criminal da Secretaria Estadual de Segurança Pública do Piauí, atendendo ao estabelecido na Portaria Nº 229, de 10 de Dezembro de 2018 que padronizou a classificação as mortes violentas intencionais (MVIS) publicitadas pelo Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais e de Rastreabilidade de Armas e Munições, de Material Genético, de Digitais e de Drogas (Sinesp). Nesse sistema, as MVIS são classificadas em homicídio doloso (inclusa por oposição à intervenção policial e feminicídio); roubo, lesão corporal e estupro seguido de morte; infanticídio e morte a esclarecer com indício de crime. Conforme observado, Teresina registro de 2014 a 2019, 2.027 mortes violentas intencionais que vem caindo ano a ano, mas que representa uma média de aproximadamente 338 mortes por ano no mesmo período. O Gráfico 15 mostra a série história mortes violentos intencionais na capital.

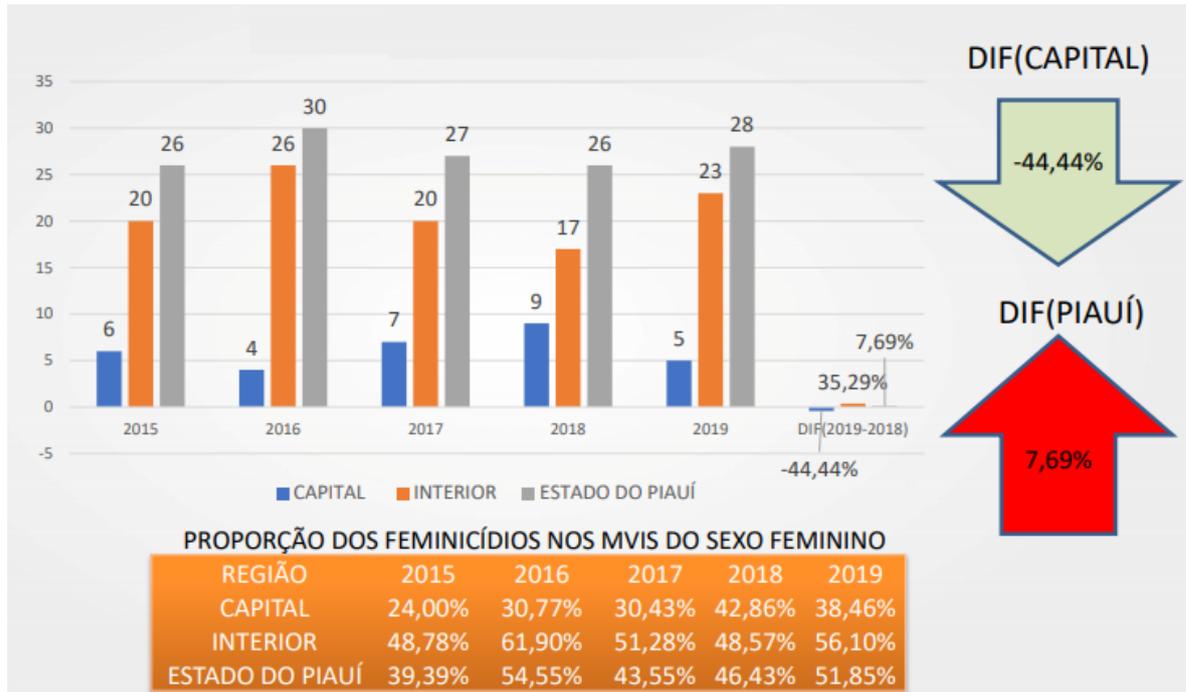
Gráfico 15: Série Histórica MVIS em Teresina (2019).



Fonte: Relatório de Criminalidade 2019/Núcleo Central de Estatísticas e Análise Criminal da Secretaria Estadual de Segurança Pública do Piauí.

Segundo o Relatório de Criminalidade 2019, as mortes violentas intencionais na capital são realizadas em 75,53% com o uso de arma de fogo vitimando em 94,62% homens e 5,38% mulheres. As regiões mais violentas são em ordem decrescente: sul (27%), norte e leste (ambas com 24%), sudeste (12%), zona rural (8%) e centro (5%). Quanto ao gênero, o Gráfico 16 mostra a série história para os casos formalmente registrados de feminicídio em Teresina, no interior e no estado do Piauí como todo entre 2015 e 2019. Observe o registro oficial mostra uma média de 6 feminicídios na capital por ano, abaixo da média do interior que é de 17 e do estado que é de 27 mortes. Porém, como muitos casos terminam por não serem tipificados, os números podem ser ainda maiores.

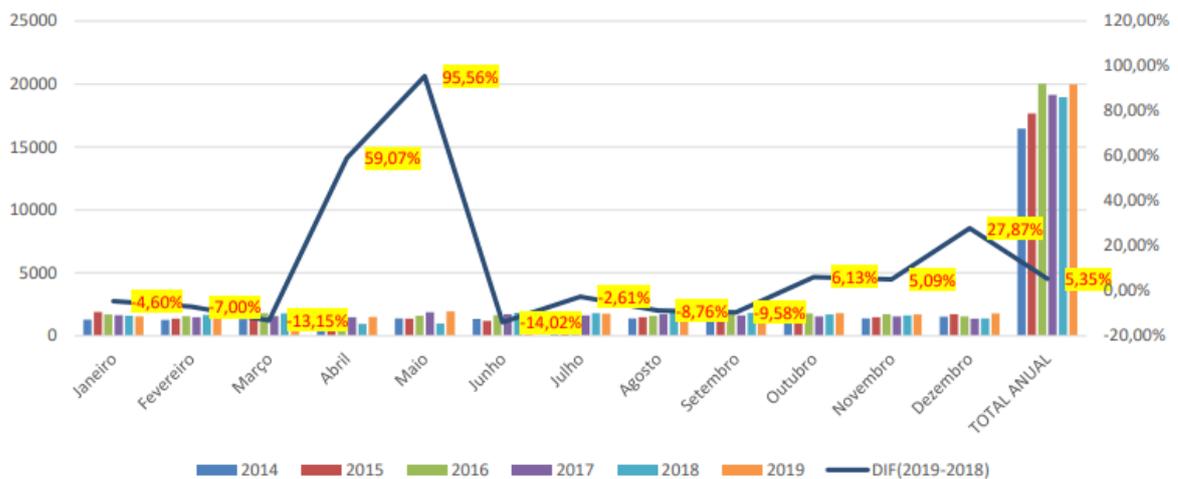
Gráfico 16: Série Histórica feminicídios em 2019



Fonte: Relatório de Criminalidade 2019/Núcleo Central de Estatísticas e Análise Criminal da Secretaria Estadual de Segurança Pública do Piauí.

O Gráfico 17 mostra a série história dos roubos em Teresina entre 2014 e 2019. Observe que mesmo as pequenas quedas entre 2016 a 2018, a tendência é de alta no total anual do período analisado.

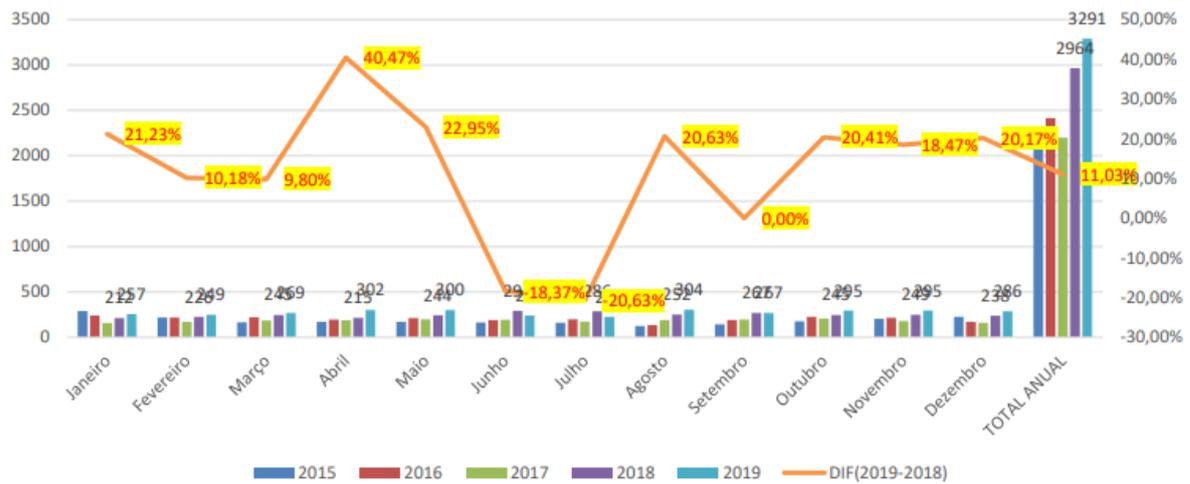
Gráfico 17: Série Histórica de roubos em Teresina (2014-2019).



Fonte: Relatório de Criminalidade 2019/Núcleo Central de Estatísticas e Análise Criminal da Secretaria Estadual de Segurança Pública do Piauí.

O Gráfico 18 mostra a série histórica dos roubos de veículos em Teresina entre 2014 e 2019. Observa-se que mesmo as pequenas quedas entre 2016 a 2017, a tendência é de alta no total anual do período analisado.

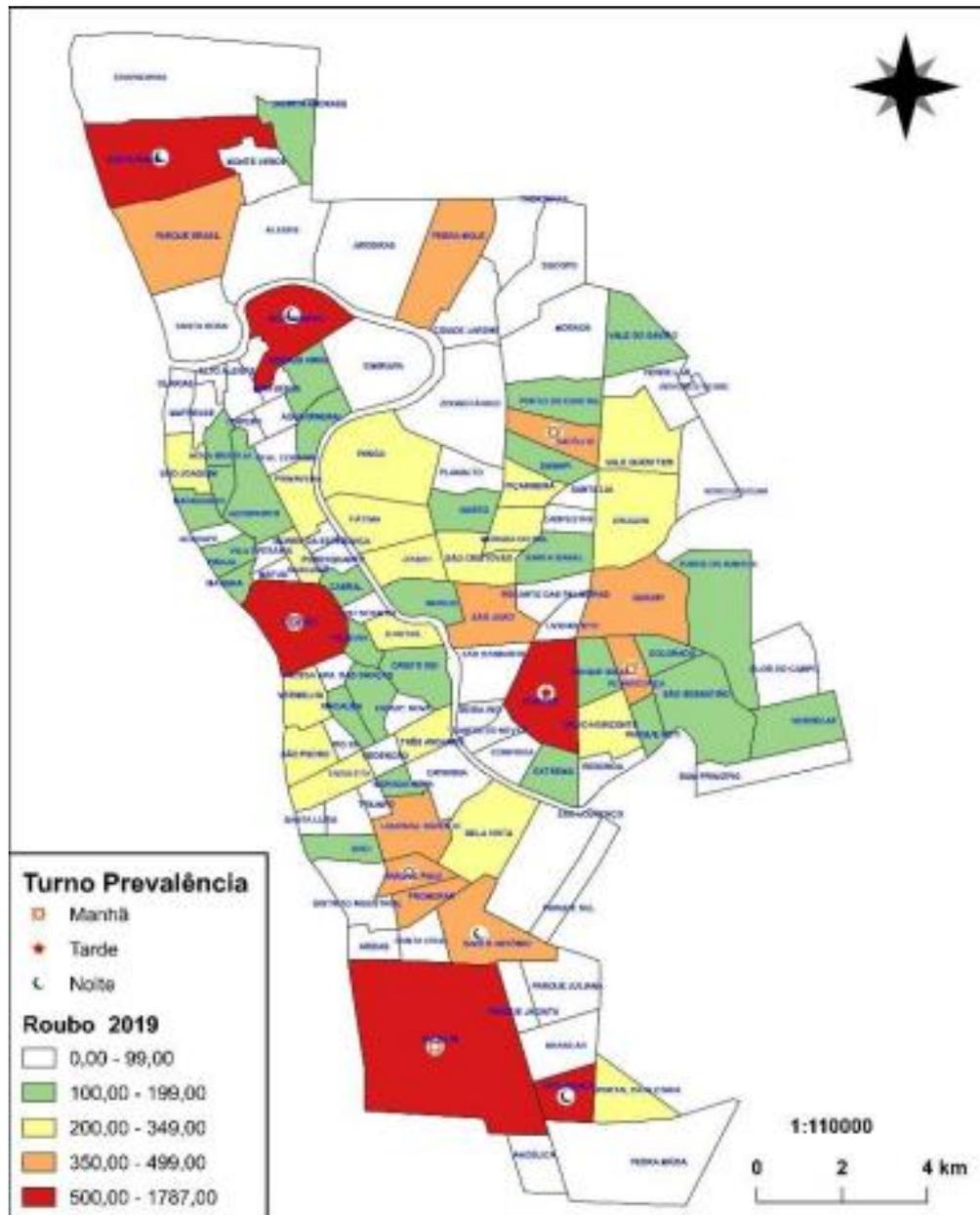
Gráfico 18: Série Histórica de roubos de veículos em Teresina (2014-2019).



Fonte: Relatório de Criminalidade 2019/Núcleo Central de Estatísticas e Análise Criminal da Secretaria Estadual de Segurança Pública do Piauí.

O Mapa Temático 1 mostra o total de roubos exceto de veículos na capital em 2019. Observa-se que a região do centro de Teresina e os bairros Santa Maria, Mocambinho, Itararé, Angelim e Esplanada são aqueles com maior índices de roubos em 2019.

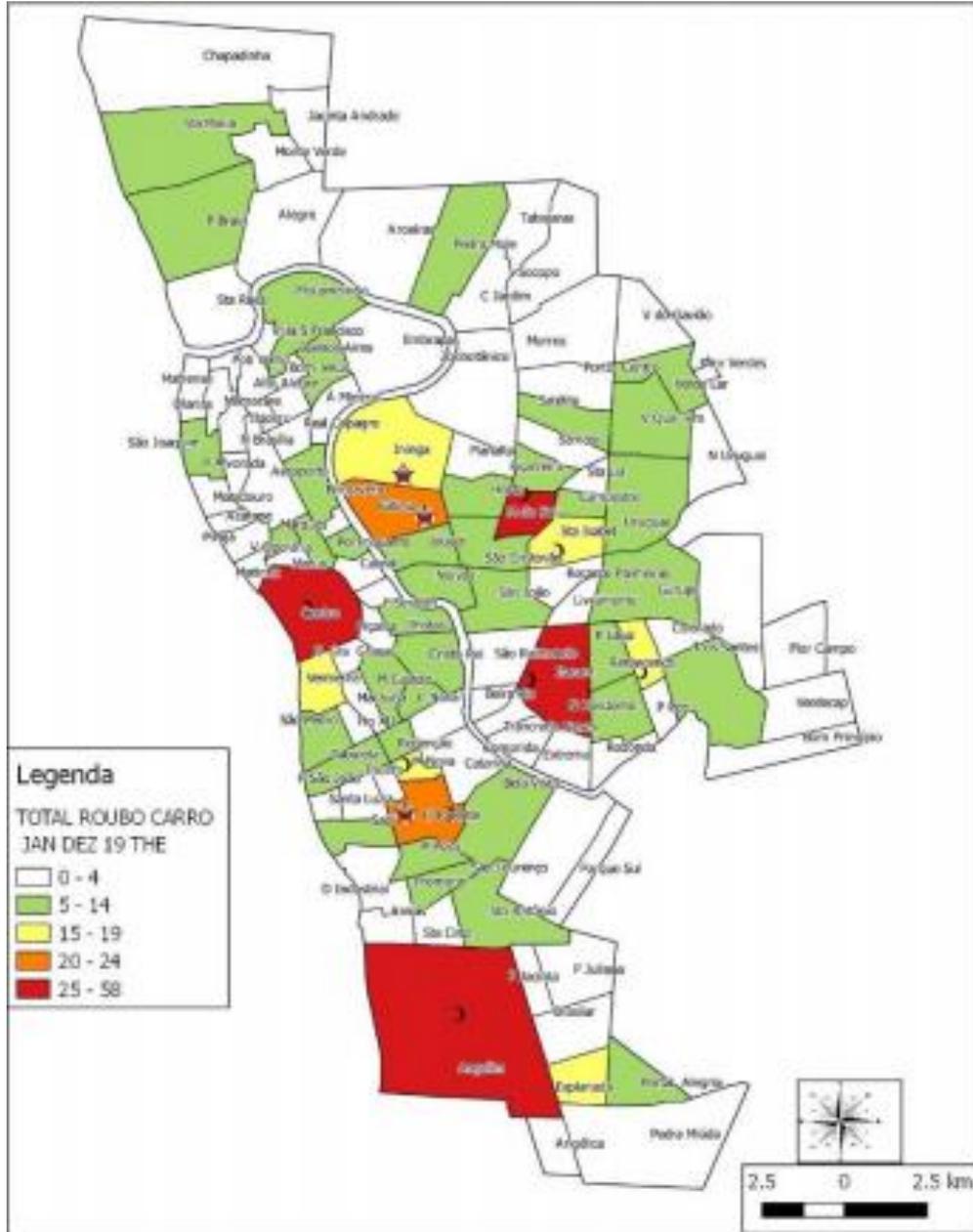
Mapa Temático 1: Roubos (exceto veículos) em Teresina (2019)



Fonte: Relatório de Criminalidade 2019/Núcleo Central de Estatísticas e Análise Criminal da Secretaria Estadual de Segurança Pública do Piauí.

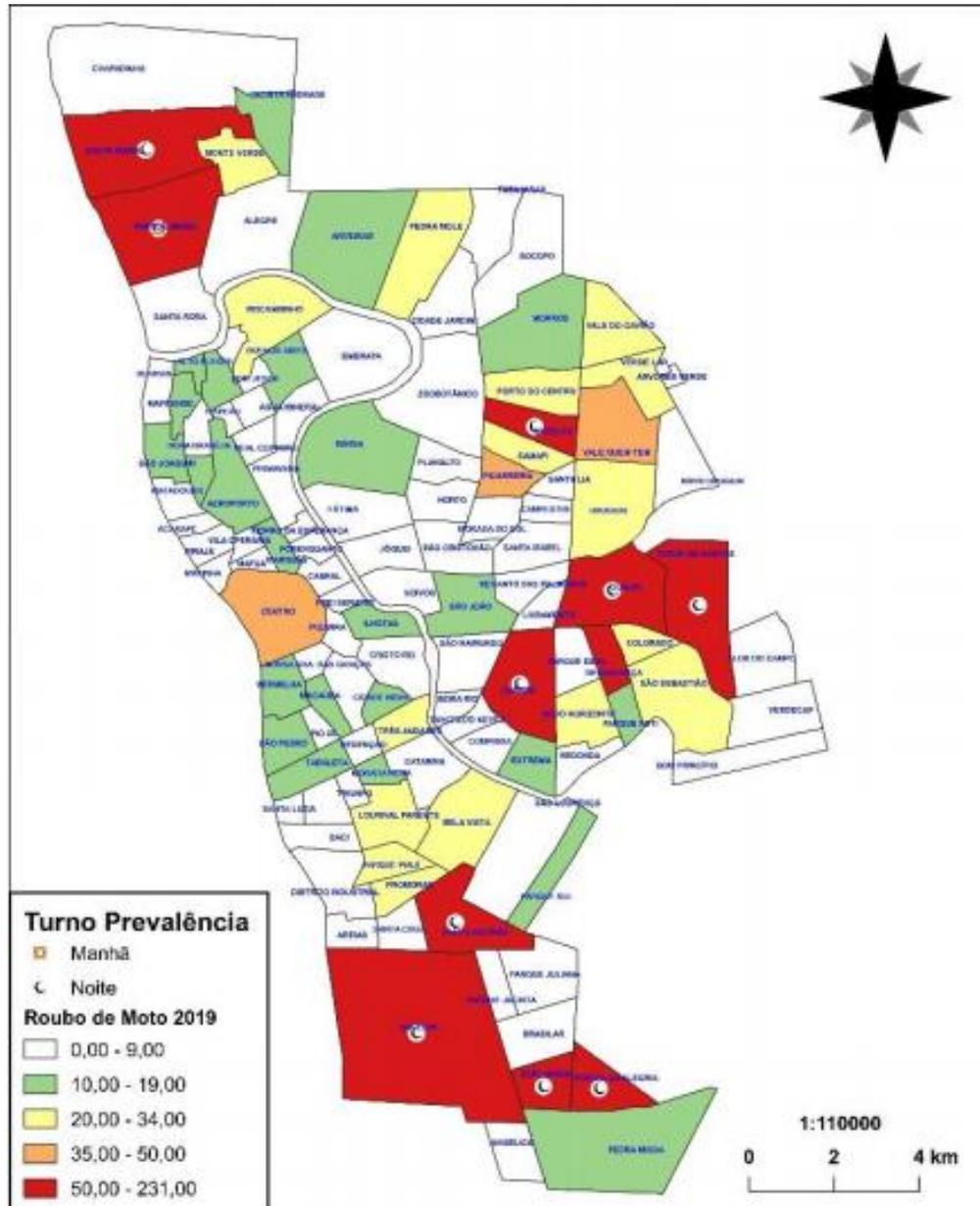
Já os Mapas Temáticos 2 e 3 mostram o total de roubos de veículos (carros e motocicletas, respectivamente) em Teresina (2019). Observa-se que a região do centro de Teresina e os bairros Morada do Sol, Itararé e Angelim são aqueles com maior índices de roubos de carros em 2019. Quanto às ocorrências de roubo de motocicletas, os bairros com maior incidência são Santa Maria, Parque Brasil, Satélite, Itararé, Gurupi, Todos os Santos, Renascença, Santo Antônio, Angelim, Esplanada e Portal da Alegria.

Mapa Temático 2: Roubo veículos (carros) em Teresina (2019)



Fonte: Relatório de Criminalidade 2019/Núcleo Central de Estatísticas e Análise Criminal da Secretaria Estadual de Segurança Pública do Piauí.

Mapa Temático 3: Roubos veículos (motocicletas) em Teresina (2019)



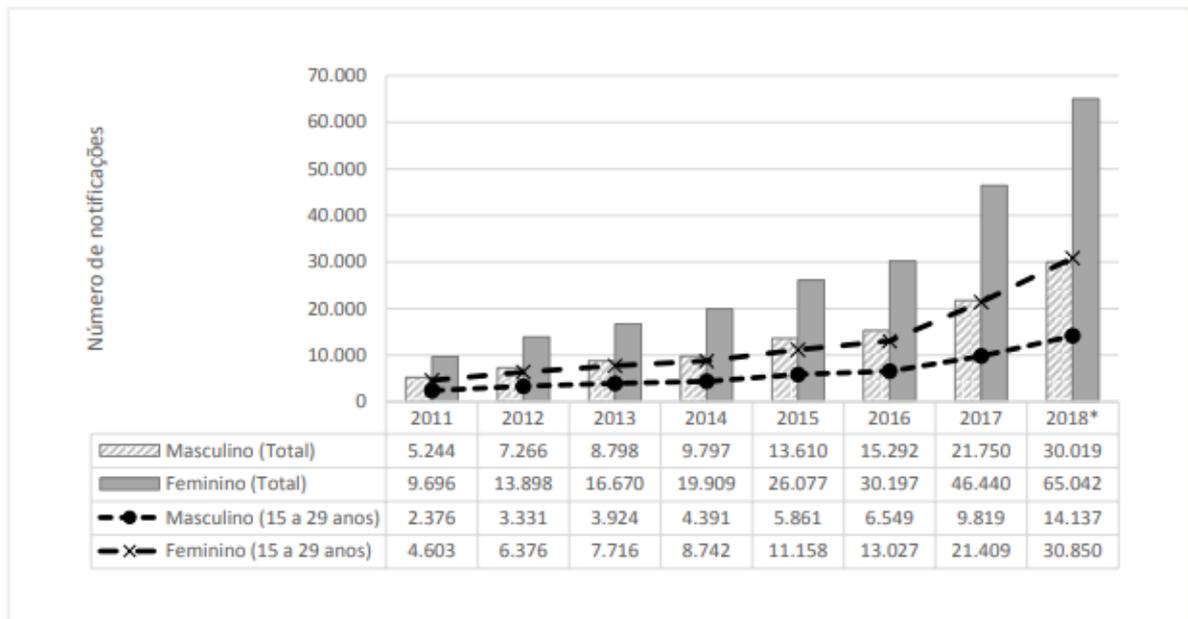
Fonte: Relatório de Criminalidade 2019/Núcleo Central de Estatísticas e Análise Criminal da Secretaria Estadual de Segurança Pública do Piauí.

Quando analisado o número de suicídios, muito relacionado à transtornos mentais, depressão, alcoolismo entre outros. Dados levantados entre 2010 e 2017 do Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM) mostram que a média de casos de suicídio a cada grupo de 100 mil habitantes no Piauí (10 mortes) é quase o dobro do país (5,6 mortes). Segundo o Boletim Epidemiológico de setembro de 2019⁹ publicado pela

⁹ Disponível em <https://www.saude.gov.br/images/pdf/2019/setembro/13/BE-suic--dio-24-final.pdf>. Acesso em 05/07/2020.

Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde, no interstício 2011 a 2018 foram registradas 339.730 notificações de violência autoprovocada (suicídios) no país, sendo 154.279 (45,4%) ocorreram na faixa etária de 15 a 29 anos, 103.881 (67,3%) por mulheres e 50.388 (32,7%) nos homens. O Gráfico 19 mostra a série histórica do perfil das ocorrências de violência autoprovocada no país entre 2011 e 2018.

Gráfico 19: Número de notificações por violência autoprovocada, segundo sexo e ano, população total e na de 15 a 29 anos, Brasil, 2011 a 2018*.



Fonte: Sinan/Ministério da Saúde. *2018: dados preliminares. Data de atualização dos dados: 2 de agosto de 2019.

No Piauí, o número de casos é crescente. Em 2011, a variação percentual da taxa de mortalidade por suicídio na população entre 15 a 29 anos foi de 8,7% e em 2017 de 11,4%, ou seja, no período houve um aumento de 32% nos casos. No primeiro semestre de 2019, o Sistema de Informações de Agravos de Notificações (SINAN) registrou 327 tentativas de suicídio. Em termos comparativos, nesse mesmo período uma queda de 14% nesses casos, conforme Sistema de Informação de Mortalidade (SIM).

Pelos dados apresentados, fica evidente que Teresina é uma cidade que registra a ocorrência de crimes em patamares elevados, comprometendo a sensação de segurança pela população. Não é raro na cidade as ocorrências de crimes violentos,

principalmente nas regiões periféricas onde as populações são mais expostas e a presença do poder garantindo infraestrutura e segurança ainda é incipiente. Nas regiões mais ricas da cidade, a sensação de segurança também fica prejudicada devido aos crimes contra o patrimônio, principalmente, roubos a mão armada e de veículos. Nesse último caso, esses crimes alimentam o comércio de desmanches de carro e motos em outras cidades, em especial, as maranhenses.

Na zona rural do município, a situação é pior em virtude da recorrência de assaltos aos comerciantes e residências corroborados pela quase que completa ausência das estruturas de segurança do estado.

Diante disso e dos meios legais disponíveis que amparam a competência dos municípios para também atuarem melhorando a sensação de segurança pública, é sensível e urgente que o município de Teresina protagonize ações efetivas em na condução da política de segurança pública local conforme os ditames previstos em lei e as competências de cada ente federado.

2.3.2 Propostas para Segurança Pública

SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL

Descrição: Criar a Secretaria Municipal de Segurança Pública e Defesa Social integrando e coordenando as ações da Guarda Municipal, do Strans e da Defesa civil do município de Teresina. Atualmente, Teresina conta com dois órgãos que exercem poder de Polícia administrativa, porém com atribuições, estrutura, pessoal e dotação orçamentária distintas, quais sejam: STRANS e GCM. A integração das instituições geraria mais efetividade aos serviços prestados à população e ao Município com agregação de pessoal, estrutura e orçamento. A criação da Secretaria de Proteção e Segurança Pública Municipal viabilizará ações efetivas, coordenadas com o governo federal (via SUSP), estadual e iniciativa privada. Essas ações estarão balizadas no uso de inteligência e tecnologia, e aumentarão a sensação de segurança na capital.

Principais Beneficiários: População de Teresina.

Responsável pela Execução: Trabalho conjunto entre as Secretarias de Planejamento, de Finanças e de governo entre outras para a criação, planejamento e organização da pasta.



Fonte dos Recursos: Próprios e/ou em parcerias com demais entes federados.

Impactos Esperados: Aumento da sensação de segurança em Teresina.

Prazo Estimado: Implementação a partir do segundo ano de mandato.

CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

Descrição: Analisar e sugerir medidas para a elaboração da Política Municipal de Segurança Pública, zelar pela efetivação de ações voltadas à prevenção da violência e ao combate à criminalidade, fiscalizar, acompanhar e avaliar a aplicação de recursos. Composta pelos membros dos seguintes setores, com respectivos suplentes: Secretaria Municipal de Cidadania, Assistência Social e Políticas Integradas, Secretaria Municipal de Finanças de Teresina, Representante de Polícia Metropolitana da Polícia Militar, Representante de Polícia Metropolitana da Polícia Civil, Representantes da Comissão de Segurança Pública da OAB/PI, Representantes do Conselho de Segurança – Centro, Representantes do Conselho de Segurança – Norte, Representantes do Conselho de Segurança – Sul, Representantes do Conselho de Segurança – Leste e Representantes da Guarda Civil Municipal – GCM e Representantes da STRANS.

Principais Beneficiários: População de Teresina.

Responsável pela Execução: Secretaria Municipal de Segurança Pública e Defesa Social.

Fonte dos Recursos: Próprios e/ou em parcerias com demais entes federados.

Impactos Esperados: Promoção de políticas públicas efetivas com base em audiência prévia dos diversos setores e representantes sociais.

Prazo Estimado: Implementação a partir do segundo ano de mandato.

PROJETO TERESINA SEGURA

Descrição: O projeto “Teresina Segura” se dá com a implantação de Videomonitoramento das vias e logradouros públicos com uso de câmeras de vigilância nos espaços públicos de Teresina, monitorado por um Centro de Controle Operacional (CCO). O sistema irá permitir a prevenção da criminalidade e da violência, além de oferecer apoio às autoridades de segurança pública; proteção ao meio ambiente, artístico, paisagístico, histórico, urbanístico e cultural; aperfeiçoamento dos métodos e técnicas de fiscalização da aplicação das normas de posturas municipais;



auxiliar no controle de tráfego de veículos; subsidiar e produzir provas em delitos de interesse da polícia judiciária, Ministério Público e Poder Judiciário, e auxiliar os serviços de emergência do SAMU na capital.

Principais Beneficiários: População em Geral.

Responsável pela Execução: Secretaria Municipal de Segurança Pública e Defesa Social.

Fonte dos Recursos: Próprios e/ou em parcerias com demais entes federados.

Impactos Esperados: Mais segurança à população e otimização da prestação de serviços públicos essenciais.

Prazo Estimado: Implementação a partir do segundo ano de mandato.

CRIAR A ACADEMIA DA GUARDA CIVIL MUNICIPAL DE TERESINA

Descrição: Atualmente os Guardas Civis Municipais são formados por outras forças de segurança, com carente metodologia de ensino e técnicas práticas próprias para o desempenho das atribuições de Guarda Civil. Portanto, necessária a criação de estabelecimento de ensino, de regime especial, destinada a promover ao educando a formação, a capacitação, o aperfeiçoamento, atualização, reeducação e a especialização, potencializando aptidões dos profissionais e criação de cultura própria da GCM de Teresina.

Principais Beneficiários: Corporação da GCM e População de Teresina.

Responsável pela Execução: Secretaria Municipal de Segurança Pública e Defesa Social.

Fonte dos Recursos: Próprios e/ou em parcerias com demais entes federados.

Impactos Esperados: Melhoria da qualidade dos serviços prestados pela GCM à população de Teresina.

Prazo Estimado: Implementação a partir do segundo ano de mandato.

EXPANSÃO DA ÁREA DE COBERTURA DA GCM ÀS ZONAS RURAIS DE TERESINA

Descrição: A zona rural do município é populosa e extensa, e está inserida dentro da região metropolitana de Teresina. Razão pela qual, aliada à omissão da Prefeitura, é crescente a insegurança causada à população por roubos, furtos, danos a postos de saúde e escolas municipais. Portanto, necessária a criação de Pelotões Rurais da



GCM, com postos físicos em pontos estratégicos, para fortalecer a segurança e proporcionar maior sensação de segurança à população da zona rural.

Principais Beneficiários: Moradores da zona rural de Teresina.

Responsável pela Execução: Secretaria Municipal de Segurança Pública e Defesa Social.

Fonte dos Recursos: Próprios e/ou em parcerias com demais entes federados.

Impactos Esperados: Aumento da sensação de segurança à população da zona rural com presença constante da GCM.

Prazo Estimado: Implementação a partir do segundo ano de mandato.

PROJETO COMÉRCIO SEGURO

Descrição: A principal fonte econômica de Teresina provém dos Setores do Comércio e Serviço. Porém, em que pese sua importância, é negligenciada pelas políticas de segurança do Município. Somente no centro de Teresina, que é o principal polo econômico, foram registrados mais de 5 mil furtos e roubos a cidadãos e comerciantes, no ano de 2019. Assim, necessária a criação de um pelotão da Guarda Municipal capacitada para monitoramento, rondas ostensivas e trabalho preventivo nas principais avenidas comerciais, centros comerciais públicos, como shopping da cidade, mercados municipais, feiras livres e outros.

Principais Beneficiários: População em Geral e Comerciantes.

Responsável pela Execução: Secretaria Municipal de Segurança Pública e Defesa Social.

Fonte dos Recursos: Próprios e/ou em parcerias com demais entes federados.

Impactos Esperados: Aumento da sensação de segurança e tranquilidade aos cidadãos e comerciantes nos principais centros comerciais da capital.

Prazo Estimado: Implementação a partir do segundo ano de mandato.

PORTAIS FIXOS

Descrição: Instalar portais nas principais vias de acesso à Teresina. Esses portais funcionarão como pontos fixos de monitoramento pela Guarda Municipal, através de equipamentos de leitura de placas de automóveis, sistema de monitoramento eletrônico de velocidade, além da presença física de efetivo da GCM para ser acionada em situações necessárias.



Principais Beneficiários: População de Teresina.

Responsável pela Execução: Secretaria Municipal de Segurança Pública e Defesa Social.

Fonte dos Recursos: Próprios e/ou em parcerias com demais entes federados.

Impactos Esperados: Redução dos furtos, roubos de veículos e comercialização de produtos ilegais que chegam ou saiam da capital.

Prazo Estimado: Implementação a partir do segundo ano de mandato.

GUARDA MUNICIPAL DE TERESINA

Descrição: Atualmente, a Guarda Municipal de Teresina consta com um efetivo de 400 guardas municipais, desta forma, não contemplando a necessidade de segurança do patrimônio público e auxiliando outros órgãos da segurança pública. Com o objetivo de sanar esta situação, propõem-se: Aumentar, por meio de concurso público, o efetivo da Guarda municipal sendo este efetivo alocado gradativamente, no decorrer da gestão 2021-2024. A proposta contempla também a implantar nos locais de grande movimentação de pessoas guaritas de segurança que terão, como principal objetivo, guardar o patrimônio público e servir de apoio para a população em casos de situações de periculosidades, possibilitando assim que a população seja amparada. Esta interação será realizada via redes sociais por um aplicativo de denúncia que permitirá que a polícia militar seja acionada ou outros que estejam envolvidos no processo de proteção e segurança pública.

Principais Beneficiários: População de Teresina.

Responsável pela Execução: Secretaria Municipal de Segurança Pública e Defesa Social.

Fonte dos Recursos: Próprios.

Impactos Esperados: Melhoria da sensação de segurança e proteção aos patrimônio públicos.

Prazo Estimado: Implementação a partir do segundo ano de mandato.

OBSERVATÓRIO DE SEGURANÇA

Descrição: Ampliar o sistema de videomonitoramento da cidade integrando-o ao Centro de Operações de Inteligência, que emitirá alertas nas áreas de cobertura para a regional da polícia militar responsável pelo bairro/região. O observatório de



segurança será realizado por meio de câmeras localizadas nos bairros e nas principais vias da cidade de Teresina.

Principais Beneficiários: População de Teresina.

Responsável pela Execução: Secretaria Municipal de Segurança Pública e Defesa Social.

Fonte dos Recursos: Próprios e/ou em parcerias com demais entes federados.

Impactos Esperados: Melhoria da sensação de segurança pública.

Prazo Estimado: Implementação a partir do segundo ano de mandato.

ILUMINAÇÃO

Descrição: Fiscalizar o contrato de PPP de iluminação pública para garantir a melhoraria da iluminação nas ruas, avenidas, praças e parques de Teresina, aumentando a sensação de segurança do cidadãos, principalmente, na zona rural.

Principais Beneficiários: População de Teresina.

Responsável pela Execução: Secretaria Municipal de Concessões e Parcerias (SEMCOP).

Fonte dos Recursos: Próprios e/ou em parcerias com demais entes federados.

Impactos Esperados: Melhoria da iluminação na cidade e zona rural de Teresina.

Prazo Estimado: Implementação a partir do segundo ano de mandato.

2.3.3 Amparo Jurídico

As propostas em segurança pública tem como amparo jurídico, principalmente: Constituição Federal de 1988; Lei Complementar Nº 51 de 23/08/2005; Lei Federal Nº 13.060-14; Lei Complementar Nº 3834-08; Lei Federal Nº 10.201-01; Lei 10826/2003 (Estatuto do desarmamento); Lei 9503/97 (CTB); Lei 11.530/ 2007; Lei 10.201/2001; Lei 11.340/2006 (Lei Maria da Penha); Lei 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente); Lei 10.741/2003 (Estatuto do Idoso); Lei Sistema Único de Assistência Social (SUAS); Programa “Tolerância zero”; e Mapa da Violência 2016 dentre outros e suas alterações.



2.4 SAÚDE

2.4.1 Diagnóstico

A carta magna de 1988, reconhecendo que o direito de acesso universal à saúde no país era uma pauta urgente e criou o Sistema Único de Saúde (SUS). Esse sistema foi regulamentado pela Lei Nº 8.080/90 e Nº 8.142/90 que lançou as bases de funcionamento do SUS e desde então esse sistema vem sendo aprimorado diante das demandas da população brasileira.

O SUS tem por diretrizes a universalização, a descentralização, a gestão participativa em todo o país nos seus diversos municípios. É um modelo preconizado pela Organização Mundial de Saúde (OMS) e essencialmente a única alternativa de atenção médico-hospitalar para milhões de brasileiros, mas não só isso. O SUS desenvolve ações de prevenção, vacinação, vigilância sanitária, controle epidemiológico, gestão de medicamentos, gestão de equipamentos, de insumos e toda a cadeia ligada ao atendimento a saúde. Ele também é responsável pela normatização de padrões de qualidade nos serviços de saúde e, assim, garantindo a proteção à saúde da população brasileira.

A descentralização na gestão de saúde garante o atendimento mais efetivo a população e se concretiza com a atuação a nível municipal. A complexidade do atendimento possibilita a estruturação dos níveis de atenção e suas demandas. Conhecendo essa organização no atendimento é possível montar estratégias e melhorar o sistema de atenção de maneira contínua.

Com essa perspectiva, o sistema de saúde pública no Brasil pode ser organizado em níveis de atenção que vão desde a atenção básica preventiva (nível primário), passando pelo secundário, terciário e quaternário de atenção a saúde. Essa classificação tem por objetivo organizar o atendimento por nível de urgência no atendimento à população, descentralizando esses serviços a fim de dar mais eficiência na utilização dos recursos disponíveis e desafogando os hospitais que atendem casos mais complexos para aqueles de mais fácil solução (menor urgência).



A cada degrau que se sobe em relação aos níveis de atendimento, mais complexas são as atividades de suporte a vida.

Na atenção básica, nível primário ou a “porta de entrada” no SUS, a população tem acesso a consultas, exames e procedimentos elementares de atenção à saúde. Esse atendimento é realizado pelas Unidades Básicas de Saúde (UBS) e postos de saúde. O segundo nível (secundário), tem por objetivo realizar atendimentos de acompanhamento, tratamento de doenças crônicas. No terciário, onde normalmente é a área de exploração mercantil do setor privado, são ofertados serviços mais invasivos que oferece maior risco a saúde como cirurgias. Por fim, no nível quaternário, normalmente são hospitais que realizam procedimentos de mais alta complexidade na cadeia de suporte a saúde como transplantes ou reabilitação.

O município de Teresina priorizou na atenção primária, as ações ligadas a Estratégia de Saúde da Família (ESF) como principal mecanismo de atenção a toda sua população. Para isso, foram criados e ampliados alguns equipamentos públicos necessários ao suporte da ESF. Porém, a gestão desse programa precisa ser fortalecimento no município em virtude do crescimento populacional e novas áreas ocupadas na cidade.

A rede de atendimento em saúde de Teresina conta com um Pronto Socorro, duas Unidades de Pronto Atendimento (UPA), 90 Unidades Básicas de Saúde (UBS) – sendo 15 na zona rural - duas UBS de apoio, dez hospitais de Pequeno Porte, seis Centros de Atendimento Psicossocial (CAPS), dezenove Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), quatro Centros de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS), seis Casas de Apoios, setenta e quatro Centros de Convivências, vinte equipamentos públicos de apoio a Saúde e Assistência Social e quarenta Academias da Terceira Idade (ATI), segundo a PMT (Semplan/2018).

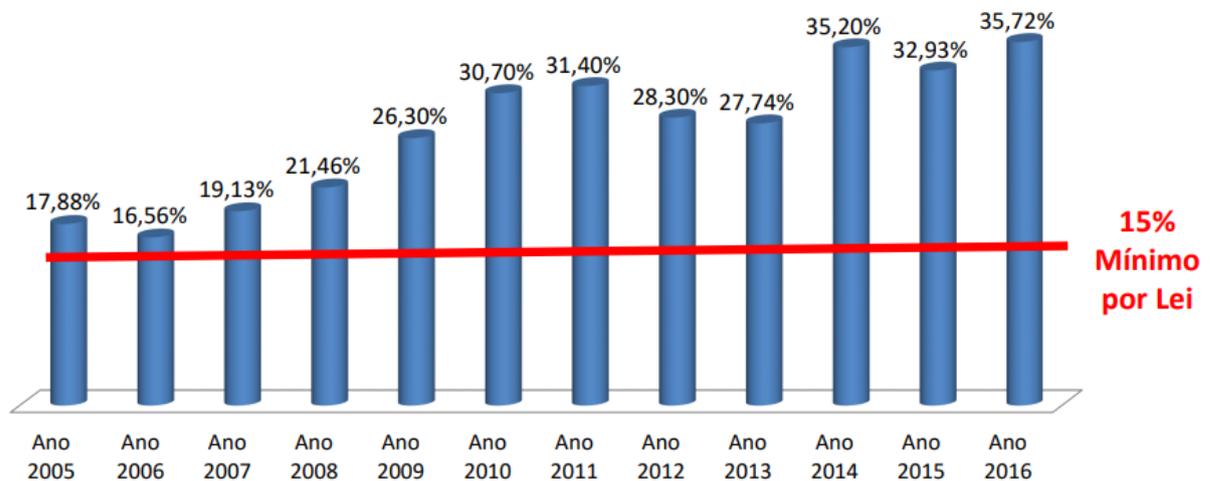
Em 2018, sob gestão da Fundação Municipal de Saúde (FMS), o município contava com 264 equipes de saúde da família, 241 equipes de saúde bucal (esses dois últimos com 100% de cobertura), três Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF), um



Consultório na Rua, oito polos de Academia da Saúde e seis Centros de Atenção Psicossocial (CAPS).

Desde 2005, segundo a PMT (Semplan/2018), o município vem aplicando um percentual bem maior de sua arrecadação do exigido em lei nas políticas de saúde. O Gráfico 20 mostra os percentuais de aplicação das receitas de impostos e transferências constitucionais entre 2005 e 2016.

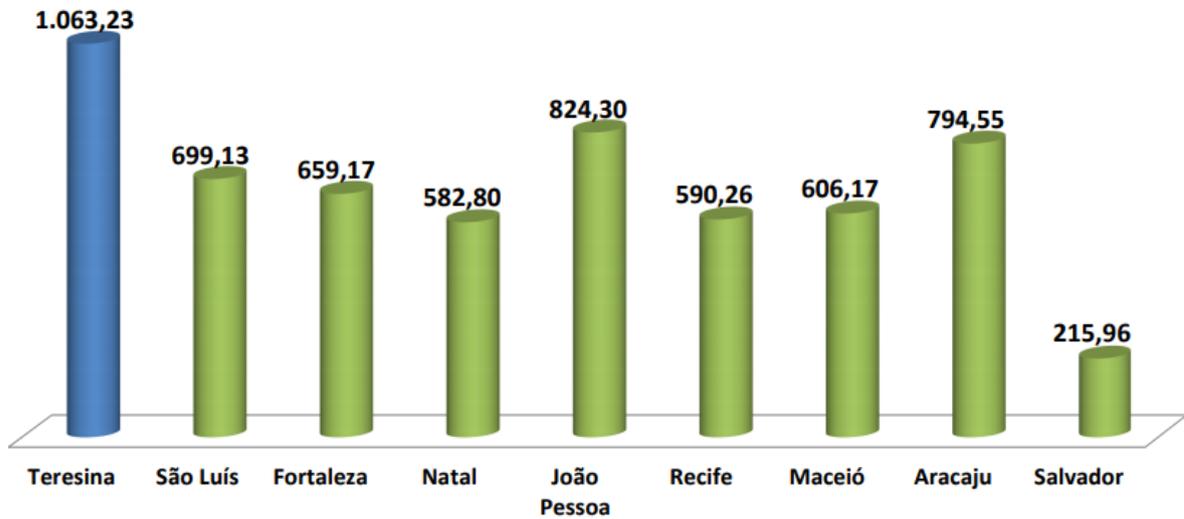
Gráfico 20: Percentual aplicado em saúde sobre as receitas de impostos e transferências constitucionais - 2005 a 2016



Fonte: PMT/ Semplan/2018

Em 2016, o Conselho Federal de Medicina (CFM), apontou que Teresina ocupava a primeira posição em gasto *per capita* em saúde entre as capitais do nordeste (Vide Gráfico 21). Essa informação, ratificada pelos dados do Ministério da Saúde, por meio da plataforma eletrônica DATASUS, mostra que Teresina possui um dos maiores custos de “saúde *per capita*” do Brasil e o maior do Nordeste. Apesar disso, o município de Teresina não apresenta uma saúde de qualidade e do nível de outras cidades que possuem gastos *per capita* inferior aos de Teresina, como as cidades do Recife (PE), São Paulo (SP), Curitiba (PR) e Vitória (ES). A Tabela 3 e o Gráfico 22 possibilitam analisar esses números entre 2013 e 2014.

Gráfico 21: Gasto per gasto *per capita* em saúde entre as capitais do nordeste (2014)

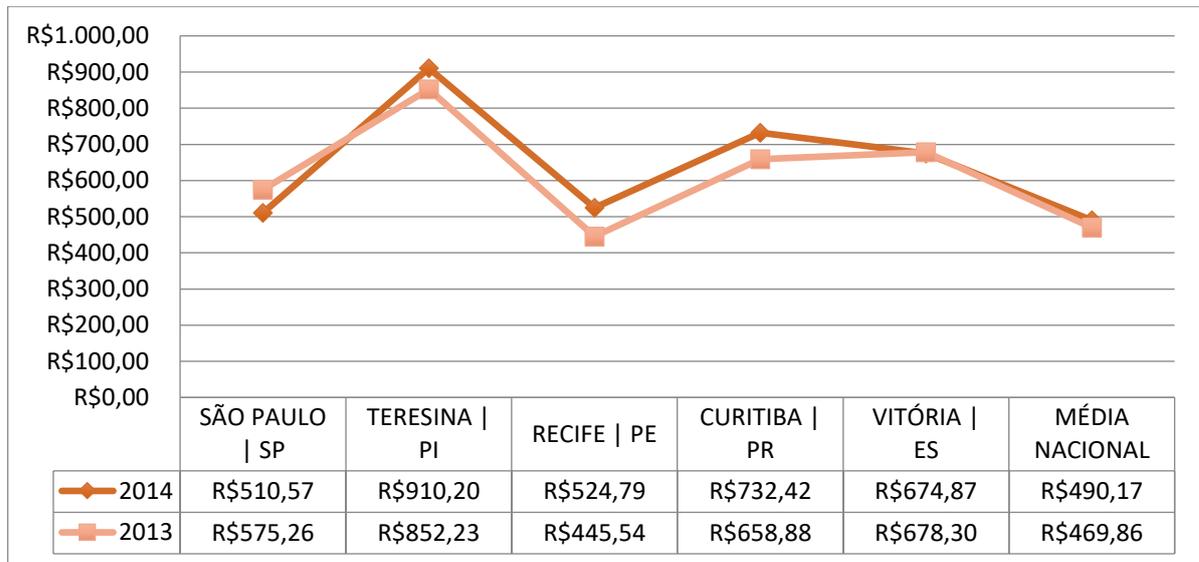


Fonte: CFM/PMT/ Semplan/2018

Tabela 3: Despesa per capita de Teresina, comparativo com outras capitais

Ano	SÃO PAULO SP	TERESINA PI	RECIFE PE	CURITIBA PR	VITÓRIA ES	MÉDIA NACIONAL
2014	R\$ 510,57 /hab.	R\$ 910,20 /hab.	R\$ 524,79 /hab.	R\$ 732,42 /hab.	R\$ 674,87 /hab.	R\$ 490,17 /hab.
2013	R\$ 575,26 /hab.	R\$ 852,23 /hab.	R\$ 445,54 /hab.	R\$ 658,88 /hab.	R\$ 678,30 /hab.	R\$ 469,86 /hab.

Fonte: Tesouro Nacional | Siconfi - Contas Anuais (2016)

Gráfico 22: Despesa *per capita* de Teresina, comparativo com outras capitais

Fonte: Tesouro Nacional | Siconfi - Contas Anuais (2016)

A partir desses dados, esperar-se-ia que Teresina, por apresentar custos superiores aos outras capitais, e também da média nacional, oferecesse qualidade na saúde, visto ser referência na região Nordeste e nacionalmente, mas esse fato não se sustenta nos indicadores de saúde do município.

Além de ter um alto custo *per capita*, outro indicador que aponta o elevado custo da saúde em Teresina é o da despesa em saúde como percentual do total de despesas do município. Não se trata aqui de quanto da receita é destinada à saúde, mas de quanto a saúde representa no total das despesas do município. Conforme dados abaixo, podemos perceber que, dentre as capitais em comparação, mais uma vez Teresina se destaca por ser o município que tem o maior percentual de despesas em saúde até mesmo em relação a capitais mais desenvolvidas, conforme pode ser observado na Tabela 4. Esse comportamento em relação à receita não muda, conforme Tabela 5.

Tabela 4: Despesas municipais em saúde em relação ao total de despesas (2016)

ANO	SÃO PAULO SP	TERESINA PI	RECIFE PE	CURITIBA PR	VITÓRIA ES	MÉDIA NACIONAL
2016	20,56%	41,60%	24,17%	24,00%	17,94%	24,82%
2015	19,72%	40,90%	22,88%	24,81%	21,61%	24,71%
2014	14,65%	41,90%	22,71%	23,38%	17,35%	24,27%
2013	18,64%	43,45%	21,99%	23,07%	18,47%	24,63%

Fonte: Deepask(2020)/Tesouro Nacional/Siconfi (Contas Anuais)

Tabela 5: Despesas municipais em saúde em relação ao total de receitas (2016)

ANO	SÃO PAULO SP	TERESINA PI	RECIFE PE	CURITIBA PR	VITÓRIA ES	MÉDIA NACIONAL
2016	18,96%	32,96%	20,25%	18,39%	9,96%	20,22%
2015	16,51%	33,27%	19,89%	19,22%	14,64%	20,24%
2014	14,01%	34,61%	19,20%	19,61%	13,86%	20,20%
2013	16,81%	35,61%	18,36%	18,89%	14,83%	19,86%

Fonte: Deepask(2020)/Tesouro Nacional/Siconfi (Contas Anuais)

Outro condicionante está relacionado aos gastos previstos e os valores repassados para construção de novas UBS. Nos anos de 2013, 2014 e 2015 foram previstos, para cada ano, R\$ 29.319.666,66 (vinte e nove milhões, trezentos e dezenove mil, seiscentos e sessenta e seis reais, sessenta e seis centavos); em 2013 foram repassados apenas R\$ 8.977.266,64 (oito milhões, novecentos e setenta e sete mil, duzentos e sessenta e seis reais, sessenta e quatro centavos) e nos anos de 2014 e 2015 foram repassados R\$ 24.109.066,64 (vinte e quatro milhões, cento e nove mil, sessenta e seis reais, sessenta e quatro centavos). Quanto aos repasses para a saúde do cidadão teresinense, dois dados merecem destaque. O primeiro é o relacionado ao repasse *per capita*. O segundo, aos valores atribuídos a cada componente. Como



se pode observar, Teresina tem um valor de repasse maior que a média nacional, conforme Tabela 6 e 7.

Tabela 6: Valor total repassado pelo Fundo Nacional de Saúde (FNS) *per capita*

ANO	SÃO PAULO SP	TERESINA PI	RECIFE PE	CURITIBA PR	VITÓRIA ES	MÉDIA NACIONAL
2014	R\$ 560,07	R\$ 661,59	R\$ 1.349,68	R\$ 1.102,39	R\$ 2.013,47	R\$ 342,53
2013	R\$ 159,31	R\$ 434,18	R\$ 403,29	R\$ 488,85	R\$ 284,18	R\$ 223,18
2012	R\$ 150,22	R\$ 408,35	R\$ 407,16	R\$ 490,68	R\$ 253,42	R\$ 212,30
2011	R\$ 170,68	R\$ 405,57	R\$ 261,80	R\$ 462,42	R\$ 247,11	R\$ 191,05
2010	R\$ 164,97	R\$ 339,88	R\$ 346,41	R\$ 403,34	R\$ 221,58	R\$ 162,53

Fonte: Deepask(2020)/Tesouro Nacional/Siconfi (Contas Anuais)

Tabela 7: Valor total repassado ao Município por tipo de atendimento (2014)

Indicador	VALOR REPASSADO
Média e Alta Complexidade	R\$ 424.534.268,60
Atenção Básica	R\$ 61.787.936,77
Investimentos	R\$ 28.932.958,67
Vigilância em Saúde	R\$ 18.874.553,33
Gestão do SUS	R\$ 11.856.203,98
Assistência Farmacêutica	R\$ 10.143.242,71
Diversos	R\$ 0,00

Fonte: Deepask(2020)/Tesouro Nacional/Siconfi (Contas Anuais)



Outra política pública relevante para o município é a farmácia popular. Essa é um instrumento de política pública que visa atender às necessidades das pessoas mais carentes. É uma política do Governo Federal para ampliar o acesso aos medicamentos para as doenças mais comuns entre os cidadãos. O Programa possui duas modalidades: uma Rede Própria de Farmácias Populares e a parceria com farmácias e drogarias da rede privada, chamada de "Aqui tem Farmácia Popular".

Além de medicamentos gratuitos para hipertensão, diabetes e asma, o Programa oferece outros itens, com preços até 90% mais baratos em relação aos valores de mercado, utilizados no tratamento de dislipidemia, rinite, mal de Parkinson, osteoporose e glaucoma, além de contraceptivos e fraldas geriátricas para incontinência urinária. Já o "Aqui Tem Farmácia Popular" visa a atingir aquela parcela da população que não busca assistência no SUS, mas tem dificuldade para manter tratamento medicamentoso devido ao alto preço dos medicamentos.

No município de Teresina, não houve mudança no número de farmácia populares, apenas na quantidade de unidades conveniadas desde 2016. Entre os anos de 2006 e 2014, o número de unidade de Farmácias próprias permaneceu em cinco unidades. Por exemplo, João Pessoa tem seis e Belém, oito. Já as unidades de farmácias conveniadas pelo programa em Teresina elevaram-se de 49 para 80, no mesmo período. Em João Pessoa e Belém eram 142 e 156, respectivamente, no mesmo período.

Em relação a rede de apoio hospitalar, a Unidade Básica de Saúde (UBS) é o contato preferencial dos usuários, a principal porta de entrada e centro de comunicação com toda a Rede de Atenção à Saúde. É instalada perto de onde as pessoas moram, trabalham, estudam e, com isso, desempenha um papel central na garantia de acesso à população a uma atenção à saúde de qualidade. Tem como objetivos promover e proteger a saúde, a prevenção de agravos, o diagnóstico, o tratamento, a reabilitação, a redução de danos e a manutenção da saúde com o objetivo de desenvolver uma atenção integral que impacte na situação de saúde e autonomia das pessoas e nos determinantes e condicionantes de saúde das coletividades.



Em Teresina, foram construídas apenas 08 Unidades Básicas de Saúde entre 2010 e 2015, tendo aumentado o número de unidades em funcionamento de 77 unidades para 85. Em João Pessoa, por exemplo, esse número era de 175. No ano de 2015, havia 50 projetos para construção e 28 para reforma de UBS, segundo o governo federal. Em João Pessoa, por exemplo, esse número era de 38 e 89, respectivamente.

Em relação a saúde bucal, tendo o programa Brasil Sorridente (Política Nacional de Saúde Bucal) como mais importante política pública na área é o programa do governo federal focado em ações de promoção, prevenção e recuperação da saúde bucal da população brasileira, bem como na ampliação do acesso ao tratamento odontológico gratuito, por meio do Sistema Único de Saúde (SUS). Em Teresina, percebe-se que o repasse financeiro para implantação de especialidades odontológicas, apesar de não haver constância nos valores repassados o número de unidades tem se mantido em apenas duas. Por exemplo, São Luís tem três, Belém tem sete e João Pessoa tem cinco unidades no mesmo período. A Tabela 8 resume alguns indicadores desse programa em Teresina.

Tabela 8: Indicadores do Programa Saúde Bucal em Teresina (2014)

ANO	Nº Equipes Odontológicas	Repasse para Implantação de Centros	Repasse para Implantação de Equipes	Cobertura do Programa Saúde Bucal
2014	215	R\$ 419.200,00	R\$ 4.645.710,00	88,24%
2013	201	R\$ 123.200,00	R\$ 4.529.450,00	82,90%
2012	175	R\$ 211.200,00	R\$ 4.606.150,00	72,72%
2011	175	-	R\$ 3.976.700,00	73,42%
2010	175	R\$ 184.800,00	R\$ 4.108.000,00	74,15%
2009	167	R\$ 316.800,00	R\$ 3.923.000,00	98,92%

Fonte: Deepask(2020)/Plataforma de Indicadores do Governo Federal/Saúde Bucal/Programa Brasil Sorridente (junho/2014)



Importante frisar que, nos valores de repasses não estão incluídos os repasses referentes ao custeio, produção e manutenção das ações. Outro detalhe digno de nota é o fato de que, apesar do constante aumento dos valores repassados, o percentual da população atendida ao longo dos anos tem diminuído. No ano de 2004, 98,50% da população estava coberta pelo programa de saúde bucal, ao passo que em 2014, esse número reduziu para 88,24%.

De maneira geral, é importante salientar que em termos de saúde privada, Teresina é um dos quatro polos de saúde do país juntamente com as cidades de Barretos, Goiânia e São Paulo capital. Porém, nesse mercado, há uma grande insatisfação do empresariado com as condições de funcionamento das área definida como Polo de Saúde de Teresina. A insatisfação está relacionada a uma série de problemas de infraestrutura e enfraquecimento do turismo da saúde no município.

No que se refere a infraestrutura, as insatisfações se refere a falta de saneamento, de segurança, de acessibilidade e de sinalização o que potencializa o movimento de declínio dessa região e incentiva a transferência de muitos estabelecimentos de saúde para outras regiões da cidade. Nesse ponto é relevante a rotina de queda de energia e internet na região, que dificulta os atendimentos médicos no polo de saúde de Teresina e incentiva a transferência desses negócios para outras áreas da cidade.

Em relação ao turismo de saúde, as reclamações se dão pelas precárias condições de instalação e de serviços atrelados ao recebimento de pacientes que frequentemente advém de outros estados do norte e nordeste e procuram atendimento médico na capital. Existe a necessidade de uma aproximação da administração municipal na condução dos negócios instalados no polo de saúde visando a promoção de treinamento e de apoio a profissionalização desses estabelecimentos. Também, é necessário ações permanentes para melhorar outros serviços de apoio aos turistas da saúde em Teresina como os serviços de alimentação (restaurantes, lanchonetes, por exemplo), hotelaria, transporte (taxistas, mototaxistas, serviços de transporte por aplicativo), vestuário, entre outros.



Há grande insatisfação dos empresários do setor de saúde em relação a falta de diálogo com o poder público municipal nas ações de combate a pandemia de coronavírus e também pela considerada má gestão do plano de saúde e previdência do servidor municipal (Plante/IPMT) motivados pelos constantes atrasos nos repasses devidos aos estabelecimentos de saúde privados. Nesse sentido, também se observa o pouco diálogo e coordenação da administração municipal e estadual na gestão dos serviços hospitalares, sobrecarregando a rede de saúde de Teresina com pacientes do interior do estado que poderiam ser tratados em suas cidades.

Em relação a saúde pública municipal, observa-se que existe um acompanhamento mais expressivo da Fundação Municipal de Saúde (FMS) das doenças transmissíveis em detrimento das doenças crônicas não transmissíveis. Tal comportamento se deve além do impacto social dessas doenças, mas principalmente, pela maior fiscalização do governo federal na aplicação dos recursos da saúde. Entretanto, são as doenças crônicas não transmissíveis (diabetes, hipertensão, doenças do aparelho circulatório e respiratório, obesidade, entre outras) aquelas que mais demandam assistência médica no município, causam mortes e que não recebem a atenção devida da FMS. Uma forte evidência dessa má gestão é a deficiência de levantamentos estatísticos rotineiros para doenças crônicas não transmissíveis em relação aos dados disponíveis na gestão das doenças transmissíveis.

Ainda em relação a FMS, observa-se a necessidade de melhoria da infraestrutura e da logística de atuação dessa Fundação, pois por vezes é observada a falta de medicamentos especiais, de suprimentos e de equipamentos na rede municipal de saúde decorrentes da má gestão interna na aquisição desses produtos.

Outro problema de Teresina na área da saúde se deve a forte alta das estatísticas relacionadas a mortes no trânsito e as morte autoprovocada (suicídio) nos últimos anos. Em média, registra-se 200 óbitos no trânsito e de 90 óbitos por morte autoprovocada todos os anos na cidade. Em 2019, de um orçamento total de 23 milhões de reais, 6,5 milhões de reais ou 26% do orçamento total do HUT foram gastos com pacientes que se envolveram em acidentes de trânsito (motocicletas, especialmente). Porém, pouco ou nada é realizada para enfrentar esse problema



como campanhas educativas para aumentar a conscientização da população quanto as estatísticas e mortes no trânsito, e dos impactos gerados na saúde e previdência com esses acidentes.

Outro problema de ordem pública relevante é o não cumprimento da Portaria 140 do Ministério da Saúde que garante aos pacientes oncológicos o prazo máximo de dois meses para iniciar o tratamento da doença. Existem dificuldades que permeiam toda a cadeia de assistência à saúde e que dificultam até mesmo a identificação do câncer que vão desde a marcação da consulta ao início do tratamento. Aliás, não são só os pacientes oncológicos que sofrem da demora na marcação de consultas e realização de exames na rede municipal de saúde em Teresina. Essa é uma realidade vivenciada por qualquer teresinense que precise utilizar a rede de saúde do município. Nesse sentido, existe uma grande demanda por iniciativas que conscientizem a população para a prevenção do câncer infantil, do colo do útero, de mama, dentro outros.

Um fator relevante na gestão da saúde em Teresina é a regulação e a administração dos leitos do município que poderiam ser direcionados para ações específicas às populações mais suscetíveis a precisar de assistência hospitalar e que por vezes encontram-se ociosos. Além disso, há má distribuição e alocação de recursos na oferta de exames especializados, pois existem falhas graves na triagem dos serviços médicos no município que vão da consulta até o diagnóstico médico. Falta resolubilidade nesse ponto.

Por fim, temos de adequar a administração municipal de saúde ao preconizado pela Lei de proteção de dados (Lei nº 13.709, aprovada em agosto de 2018 e vigência a partir de agosto de 2020) que responsabiliza quem guarda os dados, as informações geradas durante a cadeia de serviços prestados na saúde, pelo possível mal uso dos mesmos, impedindo que ocorra, por exemplo, ataques cibernéticos por hackers. Fato esse que já aconteceu com os dados dos exames de pacientes da rede municipal de saúde em Teresina e que por não ter sido divulgado de maneira ampla, a população não teve conhecimento¹⁰.

¹⁰ Disponível em <https://cidadeverde.com/noticias/304410/hackers-invadem-sistema-da-fms-e-bloqueiam-mais-de-10-mil-exames>. Acesso em 09 de setembro de 2020.



2.4.2 Propostas para Saúde

POLO DE SAÚDE DE TERESINA

Descrição: Revitalizar o Polo de Saúde de Teresina, ampliando seus limites geográficos para que mais empresas consigam se beneficiar dos incentivos de permanecerem no polo, bem como, proporcionar a melhoria da infraestrutura de apoio aos serviços de saúde realizados no local.

Principais Beneficiários: População teresinense e turista da saúde.

Responsável pela Execução: Fundação Municipal de Saúde.

Fonte dos Recursos: Próprios e/ou em parcerias com demais entes federados.

Impactos Esperados: Ampliação e melhoria da infraestrutura do Polo de Saúde de Teresina.

Prazo Estimado: Implementação a partir do segundo ano de mandato.

APOIO AO TURISMO DE SAÚDE DE TERESINA

Descrição: Proporcionar capacitação profissional, treinamento, apoio à profissionalização e os incentivos ao fomento dos microempreendedores ligados à cadeia de valor do turismo de saúde em Teresina.

Principais Beneficiários: Microempresários, população teresinense e turista da saúde.

Responsável pela Execução: Fundação Municipal de Saúde.

Fonte dos Recursos: Próprios e/ou em parcerias com demais entes federados.

Impactos Esperados: Melhoria do atendimento ao turista da saúde, bem como, melhoria de toda a cadeia de valor turismo de saúde em Teresina.

Prazo Estimado: Implementação a partir do segundo ano de mandato.

PROGRAMA MAIS EXAMES

Descrição: Ampliar a oferta de exames laboratoriais, bioquímicos e de imagem (Ultrassonografia, Tomografia computadorizada, Ressonância Magnética) para possibilitar maior resolubilidade na saúde pública de Teresina.

Principais Beneficiários: População de Teresina.

Responsável pela Execução: Fundação Municipal de Saúde.

Fonte dos Recursos: Próprios e/ou em parcerias com demais entes federados.



Impactos Esperados: Ampliação da oferta de exames para a população de Teresina.

Prazo Estimado: Implementação a partir do segundo ano de mandato.

CENTRO DE VALORIZAÇÃO DA MULHER

Descrição: Trata-se de um complexo composto pelo Hospital, delegacia e centro de convivência da mulher. Esse Centro terá um atendimento mais direcionado, integrado e completo para a mulher teresinense. Esta gestão acontecerá de forma compartilhada com o Governo Federal e Estadual e contará com: **HOSPITAL DA MULHER** (urgência e emergência voltadas para o tratamento de agressões sofridas pelas mulheres no âmbito da violência doméstica); **DELEGACIA DA MULHER** (parceria com o Governo do Estado para instalação de uma delegacia de polícia especializada); **NÚCLEO DE AMPARO À MULHER** (amparo e cuidado psicossocial para as mulheres vítima de violência doméstica, com atendimento psicológico e abrigo temporário para a mulher e filhos menores, quando não for possível voltar para casa de imediato após a ocorrência de algum trauma).

Principais Beneficiários: As mulheres de Teresina.

Responsável pela Execução: Fundação Municipal de Saúde.

Fonte dos Recursos: Próprios e/ou em parcerias com demais entes federados.

Impactos Esperados: Melhoria da situação de vulnerabilidade e saúde da mulher teresinense.

Prazo Estimado: Implementação a partir do segundo ano de mandato.

CENTRO DE VALORIZAÇÃO DO IDOSO

Descrição: Trata-se de um complexo composto pelo **HOSPITAL DO IDOSO** (urgência e emergência voltadas para o tratamento médico ao idoso), **DELEGACIA DO IDOSO** (parceria com o Governo do Estado para instalação de uma delegacia de polícia especializada em casos de violência) e do **NÚCLEO DE AMPARO AO IDOSO** (amparo e cuidado psicossocial aos idosos, com atividades voltadas ao cuidado e à convivência do idoso).

Principais Beneficiários: Pessoas na terceira idade de Teresina.

Responsável pela Execução: Fundação Municipal de Saúde.

Fonte dos Recursos: Próprios e/ou em parcerias com demais entes federados.



Impactos Esperados: Melhorar a situação de vulnerabilidade e saúde do idoso teresinense.

Prazo Estimado: Implementação a partir do segundo ano de mandato.

SAÚDE ITINERANTE (CARRETA DA SAÚDE)

Descrição: Atendimento nos bairros, realizando consultas, exames e pequenas cirurgias médicas e pequenos procedimentos em saúde bucal, nos bairros de maior vulnerabilidade em Teresina.

Principais Beneficiários: População de Teresina.

Responsável pela Execução: Fundação Municipal de Saúde.

Fonte dos Recursos: Próprios e/ou em parcerias com demais entes federados ou entidades privadas/filantrópicas.

Impactos Esperados: Melhoria da situação de vulnerabilidade e saúde da população teresinense.

Prazo Estimado: Implementação a partir do segundo ano de mandato.

CARTÃO DE SAÚDE TERESINENSE

Descrição: Esse cartão permitirá para a gestão e um controle mais efetivo na aquisição de medicamentos pelas pessoas que recebem medicação especial, diminuindo e/ou eliminando a impossibilidade do não recebimento pelo usuário, bem como, permitindo a oferta contínua dos medicamentos disponibilizados nas farmácias populares. Isso permitirá organizar a entrega de medicamentos através de comunicação virtual.

Principais Beneficiários: Pessoas de Teresina.

Responsável pela Execução: Fundação Municipal de Saúde.

Fonte dos Recursos: Próprios e/ou em parcerias com demais entes federados.

Impactos Esperados: Melhoria da gestão e controle da oferta de medicamentos à população de Teresina.

Prazo Estimado: Implementação a partir do segundo ano de mandato.

SISTEMA DE AGENDAMENTO DE SAÚDE

Descrição: Realizar o agendamento de retorno da consulta pelo próprio médico, caso seja necessário, pela avaliação médica ou de outros profissionais habilitados e



qualificados para atenderem, pelo sistema único de saúde (SUS). Esta proposta contempla também a possibilidade de agendamento de consulta com uso de tecnologia (aplicativo específico com esse fim).

Principais Beneficiários: População de Teresina.

Responsável pela Execução: Fundação Municipal de Saúde, em especial.

Fonte dos Recursos: Próprios e/ou em parcerias com demais entes federados.

Impactos Esperados: Ampliação da oferta de serviços médicos, consultas e exames para a população de Teresina.

Prazo Estimado: Implementação a partir do segundo ano de mandato.

PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA – PSF

Descrição: Fortalecer as Estratégias Saúde da Família na periferia de Teresina, priorizando os bairros que apresentam maior vulnerabilidade após análise minuciosa e mapeamento da atual situação de cada família por meio de diagnóstico situacional. Essa ação é estratégica nas ações de medicina preventiva e na diminuição dos atendimentos nos hospitais.

Principais Beneficiários: População de Teresina.

Responsável pela Execução: Fundação Municipal de Saúde.

Fonte dos Recursos: Próprios e/ou em parcerias com demais entes federados.

Impactos Esperados: Aumento da prevenção de doenças e do cuidado médico em Teresina.

Prazo Estimado: Implementação a partir do segundo ano de mandato.

2.4.3 Amparo Jurídico

As propostas em segurança pública tem como amparo jurídico, principalmente: Constituição Federal (artigos 196 a 200); Lei Complementar Nº 141/2.012; Emenda Constitucional Nº 29; Portaria 204/07; Portaria GM/MS Nº 2.135/2013; Portaria 3.085/06; Portaria 699/06; Portaria 399/06; NOAS-SUS 01/2002; NOAS 01/2001; NOB SUS 01/93; NOB SUS 01/; NOB SUS 01/93; NOB SUS 01/93; Lei Nº 8689/93; Lei Nº 8080/90; Lei Nº 8142/90; Decreto 1.651/95; Decreto 1.232/94; Decreto Nº 8.077; Portaria Nº 1.555/2013; Portaria Nº 1.498/2013; Portaria Nº 533/2012; Portaria Nº 184/2011; Portaria Nº 2.583/2007; Portaria Nº 1.325 MS/SAS/2013; Portaria Nº 1.321



MS/SAS/2013; Portaria Nº 54 MS/SCTIE/2013; Portaria Nº 233 MS/SAS/2010; Lei Nº 11.804/2008; Lei Nº 11.664/2008; Lei Nº 11.340/2006; Portaria Nº 2.488 MS/GM/2011; Lei Nº 11.889/2008; Lei Nº 8.069/1990; Lei Nº 5.081, de 24/08/1966; Lei Nº 10.098, de 19/12/2000; Lei Nº 10.048, de 08/11/2000; Lei Nº 7.853, de 24/10/1989; Portaria Nº 1.060/2002; Portaria Nº 793/2012; Lei Municipal Nº 3340/04; Lei Municipal Ordinária 4597/2014; Lei Municipal Ordinária 4554/2014; Lei Municipal Ordinária 4466/2013; Lei Municipal Ordinária 4435/2013; Lei Municipal Ordinária 3700/2007; Lei Municipal Ordinária 3042; Lei Municipal Ordinária 2987/2001; Decreto 13124/2013; Decreto 13076/2013; Lei ordinária 4482/2013; Lei ordinária 4435/2013 dentre outros e suas alterações.

3. EIXO EDUCAÇÃO

3.1 EDUCAÇÃO

3.1.1 Diagnóstico

O município de Teresina na área de educação possui algumas singularidades. No ano de 2016, possuía um total de 342 escolas distribuídas no ensino infantil regular e fundamental regular, dentre urbanas e rurais. Passados dois anos, em 2018, esse número elevou-se para 347, o que significa um incremento de somente 4 escolas em 2 anos. Entretanto, para o mesmo período houve um incremento de 4,1% no número de matrículas (2,5 mil), sendo que a população cresceu 1,65%, o que representa cerca de 14 mil nascimentos. No ano de 2016, foram matriculados 62.872 alunos e para 2018, 63.372, considerando-se as matrículas realizadas na rede pública no ensino infantil regular e no ensino fundamental. Observe as Tabelas 9 e 10.



Tabela 9: Matrículas na Rede Pública de Educação em 2016

Matrículas	Teresina	Piauí	Brasil
Creches	875	34.847	2.074.653
Pré-escolas	1.841	77.008	3.756.813
Anos iniciais EF	36.813	110.516	5.383.167
Anos finais EF	21.343	46.158	1.627.442
Total	60.872	268.529	12.842.075

Fonte: Censo Escolar/INEP 2018

Tabela 10: Matrículas na Rede Pública de Educação em 2018

Matrículas	Teresina	Piauí	Brasil
Creche	962	43.992	2.346.934
Pré-escolas	2.053	75.790	3.915.945
Anos Iniciais EF	37.806	100.792	5.257.211
Anos Finais EF	22.551	43.027	1.597.777
Total	63.372	263.601	13.117.867

Fonte: Censo Escolar/INEP 2018

As taxas de rendimento escolar de cada instituição são geradas a partir da soma da quantidade de alunos aprovados, reprovados e que abandonaram a escola ao final de um ano letivo. Elas são importantes porque geram o Indicador de Rendimento, utilizado no cálculo do Ideb. Para calcular as taxas de aprovação, reprovação e abandono, o Inep se baseia em informações sobre o movimento e o rendimento escolar dos alunos, fornecidas pelas escolas e pelas redes de ensino municipais, estaduais e federais.

Quanto à taxa de rendimento escolar, percebe-se que entre os anos de 2013 e 2017 houve uma elevação nas taxas de rendimento escolar entre os alunos do ensino fundamental, tanto para os anos iniciais quanto para os anos finais. No primeiro caso, os anos iniciais, a taxa elevou-se de 36%, saindo de 39% para 75% em português



entre 2013 e 2017. Em matemática, 33% saindo de 34% para 67% no mesmo período. Já para os anos finais, houve uma elevação de 29% para 55% em português entre 2013 e 2017. Em matemática, 25% saindo de 13% para 38% no mesmo período. Observe as Tabelas 11 e 12. O que se observa nesses cinco anos analisados é que o aprendizado melhorou em português, mesmo ainda sendo preciso evoluir nos mecanismos de aprendizagem e de qualidade no que se refere a leitura, redação e interpretação de texto. Em matemática nos anos finais do ensino fundamental, a situação é pior, pois as crianças teresinenses ainda têm muito a evoluir no aprendizado dessa disciplina.

Tabela 11: Evolução do Aprendizado entre 2013 e 2017.

Proficiência	Teresina		Piauí		Brasil	
	2013	2017	2013	2017	2013	2017
Anos Iniciais (Português)	39%	75%	20%	42%	38%	54%
Anos Finais (Português)	29%	55%	15%	25%	21%	31%
Anos Iniciais (Matemática)	34%	67%	15%	30%	32%	42%
Anos Finais (Matemática)	13%	38%	6%	12%	10%	14%

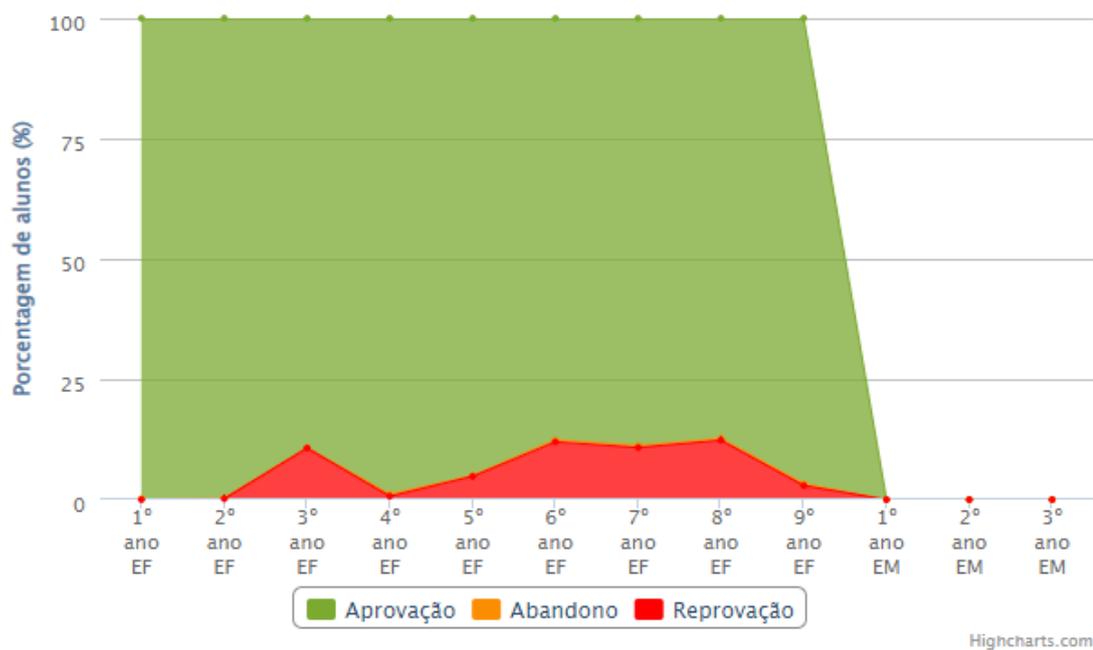
Fonte: Censo Escolar/INEP 2017/QEdu.

Tabela 12: Taxa de Rendimento Escolar por Etapa Escolar, Escolas Urbana e Rural, Teresina – 2016, 2017

Etapa Escolar	2016			2017		
	Reprovação	Abandono	Aprovação	Reprovação	Abandono	Aprovação
Anos iniciais	3,4%	0,2%	96,4%	1,2%	0%	98,8%
Anos Finais	9,8%	0,4%	89,8%	2,6%	0,2%	97,3%

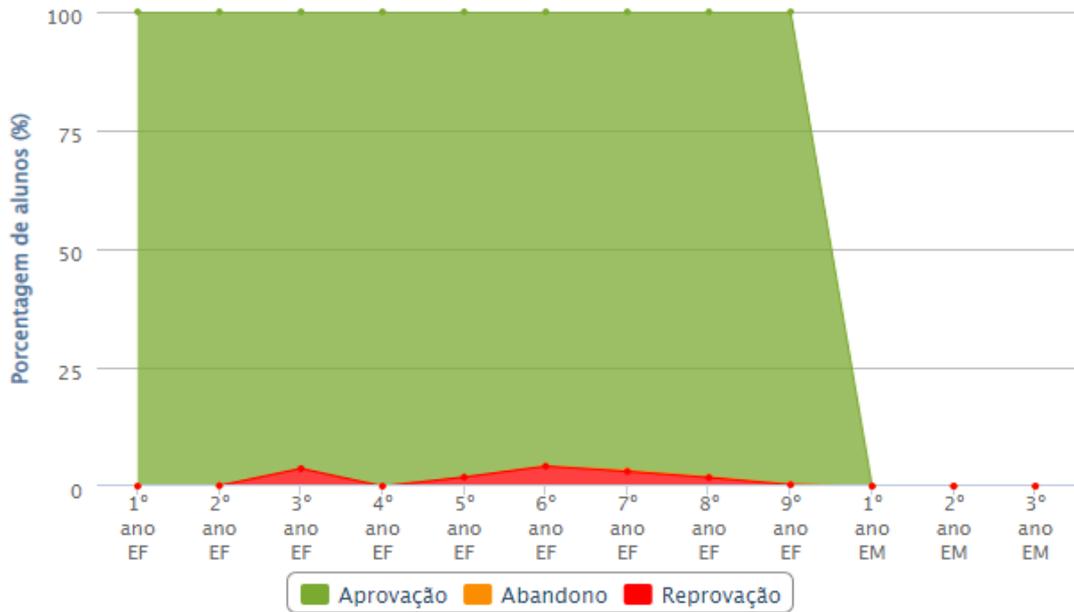
Fonte: Censo Escolar/INEP 2017

Gráfico 23: Taxa de Rendimento Escolar por Etapa Escolar, Escolas Urbana e Rural, Teresina – 2016



Fonte: Censo Escolar/INEP 2016

Gráfico 24: Taxa de Rendimento Escolar por Etapa Escolar, Escolas Urbana e Rural, Teresina – 2018



Highcharts.com

Fonte: Censo Escolar/INEP 2018



Tabela 13: Detalhamento por ano Escolar, Urbano e Rural, Teresina – 2016

Anos Iniciais	Reprovação	Abandono	Aprovação
1º ano EF	0,0% nenhuma reprovação	0,2% 15 abandonos	99,8% 7.269 aprovações
2º ano EF	0,2% 15 reprovações	0,1% 8 abandonos	99,7% 7.319 aprovações
3º ano EF	10,7% 827 reprovações	0,1% 8 abandonos	89,2% 6.892 aprovações
4º ano EF	0,7% 50 reprovações	0,4% 29 abandonos	98,9% 7.020 aprovações
5º ano EF	4,8% 354 reprovações	0,2% 15 abandonos	95,0% 6.997 aprovações
Anos Finais	Reprovação	Abandono	Aprovação
6º ano EF	12,0% 744 reprovações	0,4% 25 abandonos	87,6% 5.425 aprovações
7º ano EF	10,8% 618 reprovações	0,4% 23 abandonos	88,8% 5.078 aprovações
8º ano EF	12,3% 612 reprovações	0,4% 20 abandonos	87,3% 4.338 aprovações
9º ano EF	2,9% 130 reprovações	0,4% 18 abandonos	96,7% 4.317 aprovações

Fonte: Censo Escolar/INEP 2018

Tabela 14: Detalhamento por ano Escolar, Urbano e Rural, Teresina – 2017.

Anos Iniciais	Reprovação	Abandono	Aprovação
1º ano EF	0,0% nenhuma reprovação	0,0% nenhum abandono	100,0% 7.065 aprovações
2º ano EF	0,1% 8 reprovações	0,0% nenhum abandono	99,9% 7.409 aprovações
3º ano EF	3,7% 305 reprovações	0,0% nenhum abandono	96,3% 7.939 aprovações
4º ano EF	0,0% nenhuma reprovação	0,0% nenhum abandono	100,0% 7.035 aprovações
5º ano EF	1,9% 137 reprovações	0,0% nenhum abandono	98,1% 7.023 aprovações
Anos Finais	Reprovação	Abandono	Aprovação
6º ano EF	4,2% 277 reprovações	0,1% 7 abandonos	95,7% 6.302 aprovações
7º ano EF	3,1% 184 reprovações	0,2% 12 abandonos	96,7% 5.721 aprovações
8º ano EF	1,8% 94 reprovações	0,2% 11 abandonos	98,0% 5.076 aprovações
9º ano EF	0,3% 13 reprovações	0,1% 5 abandonos	99,6% 4.063 aprovações

Fonte: Censo Escolar/INEP 2018

No que diz respeito à distorção idade-série, percebe-se que houve uma tímida melhoria entre os anos de 2016 e 2019. Apesar da distância temporal, a distorção reduziu-se em média 36,54% nos anos iniciais no meio urbano e 52,10% no meio rural. Nos anos finais, a redução da distorção idade-série de 23,61% no meio urbano

e 27,31% no meio rural. As Quadros 1 e 2 mostram os números dessa distorção dependendo da série analisada.

Quadro 1: Distorção Idade-Série em 2016

2016	Ensino Fundamental de 8 e 9 anos								
	1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	5º Ano	6º Ano	7º Ano	8º Ano	9º Ano
Urbana	3,9	5,4	10,5	16,4	15,7	23,2	24,6	23,2	22,0
Rural	4,1	2,0	13,2	15,1	23,2	25,0	27,0	23,1	24,2

Fonte: Censo da Educação Básica 2016/INEP.

Quadro 2: Distorção Idade-Série em 2019

2019	Ensino Fundamental de 8 e 9 anos								
	1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	5º Ano	6º Ano	7º Ano	8º Ano	9º Ano
Urbana	1,1	2,5	8,3	9,6	11,4	17,6	21,5	17,9	12,9
Rural	1,0	1,3	5,0	7,6	12,3	17,8	19,7	22,5	10,5

Fonte: Censo da Educação Básica 2019/INEP.

Acercada da estrutura das escolas municipais, o principal problema reside ainda na infraestrutura das dependências internas nas escolas e serviços essenciais de apoio a aprendizagem dos alunos. Para o ano de 2018, apenas 19% das escolas tinham biblioteca e apenas 29%, sala de leitura. Quanto aos laboratórios, apenas 16% das escolas tinham laboratórios de informática e 3% laboratório de ciência. Isso significa que, mesmo com o pequeno aumento no número total de escolas, os recursos não contemplaram de maneira adequada os investimentos em infraestrutura e até pioraram em alguns casos.

Tabela 13: Escolas da Rede Municipal, Urbana e rural, segundo a infraestrutura

INFRAESTRUTURA	ANOS	
	2016	2018
ALIMENTAÇÃO		
Escolas que fornecem alimentação	100%	100%
Escolas que fornecem água filtrada	60%	100%
SERVIÇOS		
Água via rede pública	86%	95%
Energia via rede pública	100%	100%
Esgoto via rede pública	57%	5%
Coleta de lixo periódica	99%	99%
DEPENDÊNCIAS		
Biblioteca	26%	19%
Cozinha	91%	95%
Laboratório de informática	22%	16%
Laboratório de ciência	2%	3%
Quadra de esportes	30%	28%
Sala para leitura	17%	29%
Sala para diretoria	89%	92%
Sala para os professores	66%	70%
Sala para atendimento especial	21%	23%
Sanitário dentro do prédio da escola	89%	96%
Sanitário fora do prédio da escola	9%	11%
EQUIPAMENTOS		
Aparelho de DVD	87%	79%
Impressora	77%	76%
Antena parabólica	3%	5%
Máquina copiadora	49%	51%
Retroprojeter	22%	20%
Televisão	96%	93%

TECNOLOGIA		
Internet	57%	56%
Banda larga	23%	30%
Computadores uso dos alunos	1476	521
Computadores uso administrativo	504	552
ACESSIBILIDADE		
Escolas com dependências acessíveis aos portadores de deficiência	36%	47%
Escolas com sanitários acessíveis aos portadores de deficiência	60%	68%
Outros		
Funcionários em todas as escolas	11.278	10.631
Escolas com organização por ciclos	49%	48%

Fonte: Censo Escolar/INEP 2016, 2018.

Entre os problemas verificados na área, observa-se o direcionamento no preparo dos alunos que irão realizar os exames que mostram a qualidade da educação básica como o IDEB, sendo que existe estatísticas que apontam 70% dos alunos advindos da rede municipal reprovam no primeiro ano do ensino médio.

Outro problema que vai desafiar a próxima gestão municipal é a educação em tempo integral. Segundo dados do Programa Nacional de Educação é previsto que no período de 2014 a 2024, 50% das escolas devem ser período integral, porém, das 313 escolas municipais, somente 14% das escolas municipais e 6% das CEMELs estão contempladas com o sistema de educação integral. Ou seja, em dois anos o próximo gestor do município terá de aumentar em 36% a oferta de escolas em tempo integral para obedecer a lei.

Também existe um grande desafio na gestão dos ônibus escolares que levam as crianças para as escolas, mas que não obedecem os mínimos critérios de segurança e de lotação, por exemplo, pois não é raro a superlotação, o não uso de cinto de segurança e a ocorrência de acidentes com essas crianças.



Existe na rede de educação pública municipal uma carência enorme de infraestrutura de salas para o Atendimento Educacional Especializado (AEE), para acompanhar as crianças com algum tipo de deficiência, assim como, a falta de formação específica para o professor que acompanha esses alunos. A formação dos professores, inclusive, é fonte de muita insatisfação da categoria, pois a atual gestão da pasta contratou duas empresas de fora do estado do Piauí para elaborar e distribuir todo o material escolar de apoio ao aprendizado dos alunos da rede municipal de ensino, sem envolvimento dos professores teresinenses na elaboração desse material, condição que vai de encontro a tudo o que é preconizado como sendo ideal para garantir uma educação de qualidade.

Por fim, o que se vem observando no município é uma desvalorização e insatisfação da categoria de professores em suas atribuições e direitos, principalmente por todos terem o conhecimento dos percentuais de reajuste salarial preconizados pelo piso nacional da educação e esses reajustes, bonificação e ascensão de nível não serem cumpridos pela administração municipal.

3.1.2 Propostas para Educação

ESCOLA DE TEMPO INTEGRAL

Descrição: Ampliar a quantidade de escolas municipais em tempo integral, garantindo aos alunos dessas escolas infraestrutura adequada e atividades no contraturno das aulas regulares como, por exemplo, o reforço escolar e outras atividades que contribuam para uma formação cidadã e com a melhoria da qualidade da educação em Teresina. Além disso, a proposta visa colaborar com a segurança dos jovens, pois a escola de tempo integral diminui o tempo de ociosidade do adolescente na sociedade.

Principais Beneficiários: Crianças e adolescentes de Teresina.

Responsável pela Execução: Secretaria Municipal de Educação.

Fonte dos Recursos: Próprios e/ou em parcerias com demais entes federados.

Impactos Esperados: Melhoria da oferta de escolas integrais e dos indicadores de ensino-aprendizagem em Teresina.

Prazo Estimado: Implementação a partir do segundo ano de mandato.



TRANSPORTES ESCOLARES

Descrição: Melhorar o sistema de transportes escolares da cidade de Teresina, com atenção especial à zona rural, com o aumento da quantidade e qualidade dos ônibus disponíveis. Essa ação visa também proporcionar o direito dos alunos deficientes permanentes ou transitórios, principalmente os cadeirantes o uso de ônibus adaptados.

Principais Beneficiários: Crianças e adolescentes de Teresina.

Responsável pela Execução: Secretaria Municipal de Educação.

Fonte dos Recursos: Próprios e/ou em parcerias com demais entes federados.

Impactos Esperados: Melhoria da oferta de ônibus escolares permitindo acesso às escolas e melhorando os indicadores de frequência escolar na zona rural do município.

Prazo Estimado: Implementação a partir do segundo ano de mandato.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Descrição: Implementar projetos de educação ambiental integrados aos programas educacionais, realizando ações em parceria com União, Estado, Municípios, Empresas e entidades do Terceiro Setor, conforme determinado pela lei 9.795/1999.

Principais Beneficiários: Crianças e adolescentes de Teresina.

Responsável pela Execução: Secretaria Municipal de Educação provocando o poder legislativo municipal.

Fonte dos Recursos: Próprios e/ou em parcerias com demais entes federados.

Impactos Esperados: Conscientização, promoção de campanhas e ações para proteger os recursos ambientais disponíveis em Teresina e no mundo.

Prazo Estimado: Implementação a partir do segundo ano de mandato.

CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL (CMEI)

Descrição: Ampliar a rede de educação infantil ao construir novas creches e pré-escolas nos bairros, em especial, nas regiões periféricas de Teresina, assegurando o direito de matrícula desse público. Tal proposta visa assegurar também a atenção aos princípios, diretrizes e políticas estabelecidos no Estatuto da Primeira Infância.

Principais Beneficiários: Crianças e adolescentes de Teresina.

Responsável pela Execução: Secretaria Municipal de Educação.



Fonte dos Recursos: Próprios e/ou em parcerias com demais entes federados.

Impactos Esperados: Melhoria da oferta de escolas para as crianças no ensino pré-escolar.

Prazo Estimado: Implementação a partir do segundo ano de mandato.

INFRAESTRUTURA DAS ESCOLAS

Descrição: Garantir que todas as escolas tenham bibliotecas, salas de apoio para os professores, quadras poliesportivas cobertas, laboratórios de informática (inclusão digital) e de ciências. Essa iniciativa inclui também munir as escolas de ensino fundamental com internet de qualidade, biblioteca virtual, computadores e tablets com o objetivo de facilitar o desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem. Assim, as escolas poderão incluir o sistema de educação virtual em complementação ao ensino tradicional.

Principais Beneficiários: Crianças e adolescentes de Teresina.

Responsável pela Execução: Secretaria Municipal de Educação.

Fonte dos Recursos: Próprios e/ou em parcerias com demais entes federados.

Impactos Esperados: Melhoria da oferta de infraestrutura básica nas escolas da rede fundamental do município.

Prazo Estimado: Implementação a partir do segundo ano de mandato.

EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA

Descrição: Assegurar, a todos os alunos, o direito a inclusão do público da educação especial o atendimento educacional especializado, capacitando educadores, fazendo adequação física das escolas, dando aos alunos suporte para assegurar a sua permanência nas escolas tais como: intérprete, braile, comunicação alternativa, auxiliares de apoio, entre outros. A proposta permite que não se deixe de lado a orientação da família acerca do trato com o deficiente.

Principais Beneficiários: Crianças e adolescentes de Teresina.

Responsável pela Execução: Secretaria Municipal de Educação.

Fonte dos Recursos: Próprios e/ou em parcerias com demais entes federados.

Impactos Esperados: Inclusão de todas as crianças com deficiência nas escolas e melhoria da oferta de educação especializada no município.

Prazo Estimado: Implementação a partir do segundo ano de mandato.



PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO (PPP)

Descrição: Realizar debates entre os atores envolvidos na educação básica (professores, pais, alunos, diretores de escolas, especialistas externos a escola, pesquisadores) para incluir as suas necessidades na renovação do Projeto Político Pedagógico (PPP) das escolas municipais, de modo a promover a adequação aos desafios da educação, seus novos formatos e técnicas como, por exemplo, a utilização de metodologias ativas no processo ensino-aprendizagem.

Principais Beneficiários: Crianças e adolescentes de Teresina.

Responsável pela Execução: Secretaria Municipal de Educação.

Fonte dos Recursos: Próprios e/ou em parcerias com demais entes federados.

Impactos Esperados: Aprimoramento do Projeto Político-Pedagógico das escolas municipais, adequando-o às novas necessidades da sociedade no século XXI.

Prazo Estimado: Implementação a partir do segundo ano de mandato.

PROJETO LER BRINCANDO

Descrição: Criar o Projeto Ler Brincando, que consistirá na promoção de atividades de leitura para crianças e adolescentes das escolas públicas municipais. O projeto utilizará o espaço das próprias escolas e deverá envolver também as famílias dos alunos.

Principais Beneficiários: Crianças e adolescentes de Teresina.

Responsável pela Execução: Secretaria Municipal de Educação.

Fonte dos Recursos: Próprios e/ou em parcerias com demais entes federados.

Impactos Esperados: Melhoria da habilidade de leitura, interpretação e escrita dos alunos da rede municipal de ensino em Teresina.

Prazo Estimado: Implementação a partir do segundo ano de mandato.

PROJETO BOLSA BOM ALUNO

Descrição: Criar o projeto Bolsa Bom Aluno, que consistirá em uma premiação destinada às famílias dos alunos do ensino básico que apresentem destaque no seu rendimento escolar, sejam assíduos na escola e estejam em dia com as condicionalidades exigidas pelo Programa Bolsa Família (se beneficiárias) e com as avaliações do MEC. O aluno premiado será orientado a prestar monitoria para os



alunos com dificuldades nas matérias que ele domina, criando assim, um ambiente colaborativo que fortalece o aprendizado mútuo.

Principais Beneficiários: Crianças e adolescentes de Teresina.

Responsável pela Execução: Secretaria Municipal de Educação.

Fonte dos Recursos: Próprios e/ou em parcerias com demais entes federados.

Impactos Esperados: Melhoria do processo de aprendizagem, rendimento escolar e disseminação do conhecimento entre os alunos da rede municipal de ensino de Teresina.

Prazo Estimado: Implementação a partir do segundo ano de mandato.

PROJETO FAMÍLIAS NAS ESCOLAS

Descrição: Este projeto objetiva criar alternativas para aproximar a família e a comunidade da escola, melhorando a qualidade do ensino, aumentando o rendimento e diminuindo a ocorrência de evasão escolar. Este projeto permitirá o acompanhamento do desenvolvimento dos alunos de maneira mais próxima, inclusive com visitas do corpo educacional às famílias dos alunos para motivá-los a participarem mais efetivamente da vida escolar dos seus filhos. O projeto contempla também a inclusão de psicólogos no ensino fundamental para ajudar nesse processo.

Principais Beneficiários: Crianças, adolescentes e suas famílias, em especial.

Responsável pela Execução: Secretaria Municipal de Educação.

Fonte dos Recursos: Próprios e/ou em parcerias com demais entes federados.

Impactos Esperados: Inserção da família no processo de ensino-aprendizagem do estudante da rede municipal de educação em Teresina.

Prazo Estimado: Implementação a partir do segundo ano de mandato.

DISCIPLINA SEGURANÇA E SAÚDE

Descrição: Criar por iniciativa do executivo municipal ou, se necessário, provocar o legislativo municipal a criar a disciplina Segurança e Saúde, a qual terá como objetivos apresentar e discutir questões do cotidiano das crianças e jovens, dentro e fora das escolas, como também questões de saúde física e mental. Tal proposta será implementada após consulta e aprovação do Conselho Municipal de Educação e atendimento a legislação específica.

Principais Beneficiários: Crianças e adolescentes de Teresina.



Responsável pela Execução: Secretaria Municipal de Educação.

Fonte dos Recursos: Próprios e/ou em parcerias com demais entes federados.

Impactos Esperados: Melhoria do processo de aprendizagem, conscientização social, rendimento escolar e disseminação do conhecimento relevante ao cotidiano dos alunos da rede municipal de ensino de Teresina.

Prazo Estimado: Implementação a partir do segundo ano de mandato.

DISCIPLINA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Descrição: Criar por iniciativa do executivo municipal ou, se necessário, provocar o legislativo municipal a implantar a Educação Ambiental como disciplina obrigatória na grade curricular do ensino básico de Teresina. Tal proposta será implementada após consulta e aprovação do Conselho Municipal de Educação e atendimento a legislação específica.

Principais Beneficiários: Crianças e adolescentes de Teresina.

Responsável pela Execução: Secretaria Municipal de Educação.

Fonte dos Recursos: Próprios e/ou em parcerias com demais entes federados.

Impactos Esperados: Conscientização e proteção dos recursos ambientais disponíveis em Teresina e no mundo.

Prazo Estimado: Implementação a partir do segundo ano de mandato.

DISCIPLINA EDUCAÇÃO FINANCEIRA

Descrição: Criar por iniciativa do executivo municipal ou, se necessário, provocar o legislativo municipal a implantar a Educação financeira como disciplina obrigatória na grade curricular do ensino básico de Teresina, para que as crianças se tornem adultos capazes de administrar suas finanças pessoais. Tal proposta será implementada após consulta e aprovação do Conselho Municipal de Educação e atendimento a legislação específica.

Principais Beneficiários: Crianças e adolescentes de Teresina.

Responsável pela Execução: Secretaria Municipal de Educação.

Fonte dos Recursos: Próprios e/ou em parcerias com demais entes federados.

Impactos Esperados: Promoção da educação financeira entre os alunos da rede municipal de educação de Teresina.

Prazo Estimado: Implementação a partir do segundo ano de mandato.



PASSE ESTUDANTIL GRATUITO

Descrição: Conceder passe livre no ônibus coletivos de Teresina para estudantes de escola pública municipal de baixa renda que não estudem em escolas da rede municipal próximas às suas residências.

Principais Beneficiários: Crianças e adolescentes de Teresina.

Responsável pela Execução: Secretaria Municipal de Educação.

Fonte dos Recursos: Próprios e/ou em parcerias com demais entes federados.

Impactos Esperados: Melhoria do acesso às escolas, como também dos indicadores de frequência escolar no município.

Prazo Estimado: Implementação a partir do segundo ano de mandato.

PROGRAMA DE ENSINO DE LÍNGUAS

Descrição: Criar o programa de ensino de línguas (inglês e espanhol) para oferecer aos alunos das escolas da rede municipal de educação, desde os anos iniciais do ensino fundamental, a oportunidade de desenvolver habilidades comunicativas na língua oral e na linguagem escrita da língua alvo, como também promover atividades culturais integrando o ensino-aprendizagem da língua materna e das línguas estrangeiras.

Principais Beneficiários: crianças e adolescentes das escolas da prefeitura de Teresina.

Responsável pela Execução: Secretaria Municipal de Educação.

Fonte dos Recursos: Próprios e/ou em parcerias com demais entes federados e a iniciativa privada.

Impactos Esperados: Contribuição para o desenvolvimento dos alunos como cidadãos do mundo.

Prazo Estimado: Implementação a partir do segundo ano de mandato.

PROJETO OFICINAS ESPORTIVAS E LÚDICAS

Descrição: Oferecer práticas esportivas, exercício físico e atividades lúdicas para os alunos das escolas da Prefeitura de Teresina, contribuindo assim, para a melhoria da integração da saúde física e mental, como também, para a socialização entre os alunos, com foco no respeito mútuo e disciplina.



Principais Beneficiários: crianças e adolescentes das escolas da prefeitura de Teresina.

Responsável pela Execução: Secretaria Municipal de Educação.

Fonte dos Recursos: Próprios e/ou em parcerias com demais entes federados e a iniciativa privada.

Impactos Esperados: Contribuição dessas oficinas para a melhoria da saúde física e mental dos alunos.

Prazo Estimado: Implementação a partir do segundo ano de mandato.

FORMAÇÃO CONTINUADA PARA PROFESSORES

Descrição: Fortalecer as ações de qualificação dos professores da rede municipal de ensino, estimulando a formação continuada como forma de auxiliar no planejamento de aulas e no desenvolvimento de materiais didáticos convencionais e tecnológicos próprios, elaborados pelos professores da rede municipal de educação.

Principais Beneficiários: Professores da rede municipal de ensino.

Responsável pela Execução: Secretaria Municipal de Educação.

Fonte dos Recursos: Próprios e/ou em parcerias com demais entes federados.

Impactos Esperados: Incentivo a formação continuada e desenvolvimento da educação pública municipal.

Prazo Estimado: Implementação a partir do segundo ano de mandato.

VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL

Descrição: Garantir o pagamento de bonificações e de gratificações diretamente no contracheque dos professores, conforme preconizado por lei federal (IDEB) e de outros direitos assegurados em lei.

Principais Beneficiários: Professores da rede municipal de ensino.

Responsável pela Execução: Secretaria Municipal de Educação.

Fonte dos Recursos: Próprios e/ou em parcerias com demais entes federados.

Impactos Esperados: Valorização dos professores e desenvolvimento da educação pública municipal.

Prazo Estimado: Implementação a partir do segundo ano de mandato.



3.1.3 Amparo Jurídico

As propostas em educação tem como amparo jurídico, principalmente: Constituição Federal de 1988 – Art. 205 a 214; LDB — Lei de Diretrizes e Bases da Educação - Instituída pela lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996; Lei 4024/1961; Lei 5692/1971; Lei 9394/1996; Instituído pela emenda constitucional n.º 14, de setembro de 1966; Decreto n.º 2.264, de junho de 1997; Lei 9.131, de 24 de novembro de 1995; Lei 9424/1996; Emenda Constitucional 53/2006; Lei 11494/2007; Plano Nacional de Educação; Lei 10172/2001; Lei 11738/2008; Programa Nacional de Alimentação Escolar — PNAE; Programa Nacional Biblioteca da Escola — PNBE; Programa Brasil Alfabetizado; Programa Dinheiro Direto na Escola — PDDE; Educação de Jovens e Adultos – EJA; Fundescola; Programa Nacional do Livro Didático — PNLD; Programa Livros em Braille; Programa de Complementação ao Atendimento Educacional Especializado às Pessoas Portadoras de Deficiência – PAED; Programa Nacional de Saúde do Escolar — PNSE; Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar — PNATE; Programa Nacional de Reestruturação e Aparentagem da Rede Escolar Pública de Educação Infantil — ProInfância; Lei Municipal Ordinária 2972/2001 - Dispõe sobre o estatuto e o plano de cargos e salários do magistério público da rede de ensino do município de Teresina; Lei Municipal Ordinária 4617/2014; Lei Municipal Ordinária 4525/2014; Lei Municipal Ordinária 2972/2001; Lei Municipal Ordinária 2900/2000; Lei Municipal Ordinária 2708/1998; Lei Municipal Ordinária 2641/1998; e Lei Municipal Ordinária 2639/1998 dentre outros e suas alterações.

3.2 CULTURA

3.2.1 Diagnóstico

A Cultura integra um conjunto de percepções, valores, maneiras de ser e perceber o mundo. É um agente de identificação que se revela no comportamento dos indivíduos e dos grupos sociais pelos quais eles transitam, interagem e influenciam. Essas manifestações são percebidas por diversas maneiras e suportes - entre elas dança, música, gastronomia, vestimenta, etc. Na interação dessas manifestações, há o



fortalecimento das tradições, da sensação de pertencimento, do bem estar dos indivíduos e ganhos sociais com a geração de emprego e renda.

As ações de incentivo à cultura em Teresina são pontuais, de restrita abrangência e/ou tem dificuldades na gestão dos incentivos propostos, caso da Lei A. Tito Filho, por exemplo. As ações mais significativas são promovidas pelo Estado e pela União por meio da Lei Rouanet. E isso tende a se tornar mais necessários pós-pandemia de coronavírus, já que os mercados de entretenimento e culturais foram um dos setores mais atingidos pela situação econômica e sanitária no país, uma vez que Teresina possui grande potencial para as mais diversas atividades culturais e nas suas diferentes formas de expressão, tais como: música, teatro, literatura, dança, artes cênicas, artes visuais, gastronomia e outras manifestações artísticas e culturais.

O que se observa efetivamente é a perda quase que completa de algumas tradições culturais populares que marcam a identidade da cidade que por falta de incentivos estão e de políticas públicas estão se perdendo. Exemplo disso é o reisado que é um tipo de festa popular típica e que praticamente não se acha mais grupos em Teresina que mantenha essa tradição.

Outro problema é a infraestrutura dos espaços de apoio às manifestações culturais que se encontram em condições precárias de uso por falta de manutenção e utilização continua pelos artistas e pela população local. Há também uma forte centralização desses equipamentos privando as populações periféricas ao acesso e uso dessas estruturas de apoio a cultura.

As políticas públicas na cidade precisam implementar e melhorar os sistemas relacionados a promoção da cultura na cidade de Teresina, valorizando as atividades dos conselhos culturais e incentivando políticas públicas que visem a melhoria da infraestrutura, modernização dos equipamentos culturais, facilitando assim o acesso da população às mais variadas manifestações culturais.



3.2.2 Propostas para Cultura

CASA DA CULTURA

Descrição: Reativar o Salão de Fotografia realizado na Casa da Cultura, bem como o Festival de Vídeo e artes plásticas.

Principais Beneficiários: População e artistas (fotógrafos) de Teresina.

Responsável pela Execução: Fundação Municipal de Cultural Monsenhor Chaves.

Fonte dos Recursos: Próprios e/ou em parcerias com demais entes federados e a iniciativa privada.

Impactos Esperados: Fortalecer a identidade cultural por meio da fotografia, vídeo e artes plásticas em Teresina.

Prazo Estimado: Implementação a partir do segundo ano de mandato.

PALÁCIO DA MÚSICA DE TERESINA

Descrição: Criar um home estúdio para auxiliar na pré produção musical local, com proposta de inclusão social.

Principais Beneficiários: População e artistas (músicos) de Teresina.

Responsável pela Execução: Fundação Municipal de Cultural Monsenhor Chaves.

Fonte dos Recursos: Próprios e/ou em parcerias com demais entes federados e a iniciativa privada.

Impactos Esperados: Apoio à produção musical local.

Prazo Estimado: Implementação a partir do segundo ano de mandato.

FUNDAÇÃO CULTURAL MONSENHOR CHAVES

Descrição: Revitalizar a Fundação Cultural Monsenhor Chaves (FCMC) para apoiar o fomento à cultura local, mediante incentivos e ações amplas e inclusivas de valorização das manifestações artísticas da cidade de Teresina.

Principais Beneficiários: População e artistas de Teresina.

Responsável pela Execução: Fundação Municipal de Cultural Monsenhor Chaves.

Fonte dos Recursos: Próprios e/ou em parcerias com demais entes federados.

Impactos Esperados: Fomentar a cultura local.

Prazo Estimado: Implementação a partir do segundo ano de mandato.



MÚSICA PARA A CIDADE

Descrição: Ampliar o número de escolas de música da cidade de Teresina, mediante convênio com outros entes federados e utilizar a infraestrutura já existente, como as escolas de tempo integral da rede municipal de educação para desenvolver as atividades desse projeto.

Principais Beneficiários: População e artistas (músicos) de Teresina.

Responsável pela Execução: Fundação Municipal de Cultural Monsenhor Chaves.

Fonte dos Recursos: Próprios e/ou em parcerias com demais entes federados e a iniciativa privada.

Impactos Esperados: Fortalecimento da educação musical e da identidade cultural em Teresina.

Prazo Estimado: Implementação a partir do segundo ano de mandato até o seu término.

PROJETO ARTE URBANA DE TERESINA

Descrição: Reativar o projeto de intervenções urbanas com pinturas em grande escala nos prédios públicos e outros espaços de Teresina, incentivando inclusive a capacitação dos atores envolvidos.

Principais Beneficiários: População e artistas de Teresina.

Responsável pela Execução: Fundação Municipal de Cultural Monsenhor Chaves.

Fonte dos Recursos: Próprios e/ou em parcerias com demais entes federados e a iniciativa privada.

Impactos Esperados: Fortalecimento da identidade cultural e da arte urbana em Teresina.

Prazo Estimado: Implementação a partir do segundo ano de mandato até o seu término.

FESTIVAL DE MÚSICA INSTRUMENTAL E POPULAR

Descrição: Criar o Festival de Música Instrumental/Popular o qual consistirá na organização de evento público voltado à premiação de obras autorais locais nas categorias popular e erudito.

Principais Beneficiários: População e artistas de Teresina.

Responsável pela Execução: Fundação Municipal de Cultural Monsenhor Chaves.



Fonte dos Recursos: Próprios e/ou em parcerias com demais entes federados e a iniciativa privada.

Impactos Esperados: Fortalecimento da identidade cultural por meio da música em Teresina.

Prazo Estimado: Implementação a partir do segundo ano de mandato.

PROJETO ARTE ITINERANTE

Descrição: Realizar espetáculos musicais e teatrais nas praças públicas de Teresina com uso de caminhões-teatro. O Projeto Arte Itinerante propiciará a realização de oficinas e apresentações de teatro, cinema, música, dança e artes visuais dos artistas locais nas praças de Teresina.

Principais Beneficiários: População e artistas de Teresina.

Responsável pela Execução: Fundação Municipal de Cultural Monsenhor Chaves.

Fonte dos Recursos: Próprios e/ou em parcerias com demais entes federados e a iniciativa privada.

Impactos Esperados: Fortalecimento da identidade cultural, geração de emprego e renda aos artistas locais.

Prazo Estimado: Implementação a partir do segundo ano de mandato.

FESTIVAL DE MONÓLOGOS

Descrição: Incluir o festival de monólogos e dança no calendário da cultura de Teresina, promovendo a integração do teatro popular dos grupos locais aos de outras regiões do país e do mundo.

Principais Beneficiários: População e artistas de Teresina.

Responsável pela Execução: Fundação Municipal de Cultural Monsenhor Chaves.

Fonte dos Recursos: Próprios e/ou em parcerias com demais entes federados e a iniciativa privada.

Impactos Esperados: Fortalecimento da identidade cultural, geração de emprego e renda aos artistas locais.

Prazo Estimado: Implementação a partir do segundo ano de mandato.



CAPACITAÇÃO DOS ARTISTAS LOCAIS

Descrição: Promover a qualificação de profissionais da área da cultura por meio de workshops ministrados por artistas renomados em determinadas áreas de projetos ligados à Fundação Monsenhor Chaves.

Principais Beneficiários: População e artistas de Teresina.

Responsável pela Execução: Fundação Municipal de Cultural Monsenhor Chaves.

Fonte dos Recursos: Próprios e/ou em parcerias com demais entes federados e a iniciativa privada.

Impactos Esperados: Fortalecimento da identidade cultural, da educação e profissionalização, geração de emprego e renda aos artistas locais.

Prazo Estimado: Implementação a partir do segundo ano de mandato.

PROJETO MAIS CINEMA

Descrição: Elaborar e divulgar edital próprio para produção de curta metragem e documentários em Teresina.

Principais Beneficiários: População e artistas de Teresina.

Responsável pela Execução: Fundação Municipal de Cultural Monsenhor Chaves.

Fonte dos Recursos: Próprios e/ou em parcerias com demais entes federados e a iniciativa privada.

Impactos Esperados: Fortalecimento da identidade cultural, geração de emprego e renda aos artistas locais.

Prazo Estimado: Implementação a partir do segundo ano de mandato.

3.2.3 Amparo Jurídico

As propostas em cultura tem como amparo jurídico, principalmente: Constituição Federal/88 (Seção II – Da Cultura – artigos 215 e 216); Lei Nº 7.505, de 2 de julho de 1986; Lei Federal Nº 8313/91; Lei Federal Nº 11.906, de 20 de janeiro de 2009; Lei Federal Nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009; Lei Municipal Nº 3.563/06; Lei Municipal Nº 2194/93; Lei Municipal Nº 12.933/13; Lei Municipal Nº 3900/09; Lei Municipal Nº 2548/1997; e Lei Municipal Nº 2558-1997 dentre outros e suas alterações.



3.3 ESPORTE E LAZER

3.3.1 Diagnóstico

A prática esportiva é uma das atividades humanas que mais contribuem de forma positiva na qualidade de vida, na formação educacional e cidadã, bem como, no controle da violência e delinquência juvenil.

A capital piauiense oferece algumas alternativas de equipamentos públicos de apoio ao esporte, mas é deficiente em políticas públicas de expansão e fortalecimento das práticas esportivas. A estrutura existente está distribuída de maneira desigual e contempla apenas as modalidades mais demandadas pela população. Atualmente essa estrutura contempla 141 campos de futebol, 04 ginásios e 63 quadras, localizados nas zonas urbana e rural. Outras estruturas públicas também são utilizadas para as práticas esportivas: praças, parques ambientais, pistas para caminhada, ciclovias, clubes, espaços em universidades públicas e espaços privados.

A gestão desses espaços é realizada pela SEMEL (Secretaria Municipal de Esporte e Lazer) e em parceria com o Estado por meio da FUNDEC (Fundação Estadual da Cultura e Desporto). Além dessas entidades públicas, em Teresina atuam 18 federações de esporte amador. Quanto às iniciativas de promoção esportiva, essas raramente ganham repercussão, são descontínuas e mobilizam pequenos grupos de esportistas.

Quanto aos programas promovidos tanto pela iniciativa pública quanto privada, percebe-se falta de articulação, de incentivos e patrocínios, de iniciativas para a formação, desenvolvimento e descobertas de novos talentos. As modalidades praticadas com maior frequência na cidade são: futebol, futsal, voleibol, handebol, atletismo, natação e judô.

Até o início da primeira década deste século, os espaços de lazer em Teresina eram muito espontâneos e simplórios. O apoio do poder público se fazia mais presente em raros eventos abertos, como as festas populares de motivação religiosa,



cultural/regional e as festas cívicas comemorativas. A população criava suas alternativas de lazer na forma de “peladas” futebolísticas nas praças e terrenos baldios, nos banhos de rios, nos encontros informais em bares e botequins e nos poucos clubes sociais, que eram muito procurados. Também existiam as pequenas reuniões de familiares, de vizinhos ou de amigos mais íntimos, nos finais de semana, nas calçadas, nos quintais e nos sítios, para comer, beber e conversar.

Nos tempos atuais a iniciativa privada descobriu o lazer como um empreendimento econômico e passou a oferecer ginásios, casas de espetáculos, salões de festa, campos de futebol, quadras de esporte e a promover eventos para as pessoas de maior poder aquisitivo que buscam lazer na cidade.

Para a população de menor renda, aos poucos, a televisão e a internet passam a ser uma opção barata, porém permanece a obrigação do Estado em oferecer, indistintamente, uma infraestrutura que permita o livre acesso da população a um diversificado número de equipamentos coletivos de lazer. Esta conquista é fruto da consciência coletiva de que o lazer é também um direito do cidadão.

Nos últimos dez anos, em Teresina, surgiram novas opções de lazer (ciclismo, caminhada, ginástica, partidas de futebol etc.) com eventos, promovidos pelo poder público ou pela iniciativa privada ou ainda por iniciativa de associações. Os jogos de baralho, gamão e de dama, no meio da rua, continuam sendo os preferidos dos idosos, enquanto os membros mais novos da família divertem-se com a internet.

Contudo, o lazer se estende a muitos eventos culturais por permitir que as pessoas tenham acesso ao conhecimento e, dessa forma, passem a valorizar o patrimônio histórico, arquitetônico e cultural da sociedade. Dentre os eventos mais concorridos, destacam-se o carnaval, as festas juninas, as exposições agropecuárias, os eventos de arte, os concursos de beleza e as competições esportivas.



3.3.2 Propostas para Esporte e Lazer

DESCENTRALIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO DOS GINÁSIOS MUNICIPAIS

Descrição: Conceder às Federações das diversas modalidades a administração dos ginásios municipais de acordo com critérios a serem adotados pela Secretaria Municipal de Esportes.

Principais Beneficiários: Federações e usuários dos ginásios municipais.

Responsável pela Execução: Secretaria de Esporte e lazer.

Fonte dos Recursos: Próprios.

Impactos Esperados: Fortalecimento da atividade das diferentes federações e a necessidade de práticas esportivas de lazer no município.

Prazo Estimado: Implementação a partir do segundo ano de mandato.

ACADEMIAS NAS PRAÇAS

Descrição: Ampliar o número de praças com a estrutura (academias) para a prática esportiva, sobretudo, na periferia e zona rural de Teresina.

Principais Beneficiários: Usuários das academias públicas.

Responsável pela Execução: Secretaria de Esporte e lazer.

Fonte dos Recursos: Próprios e/ou em parcerias com demais entes federados.

Impactos Esperados: Fortalecimento das práticas esportivas de lazer no município.

Prazo Estimado: Implementação a partir do segundo ano de mandato.

CENTRO OLÍMPICO MUNICIPAL

Descrição: Criar o Centro Olímpico Municipal com infraestrutura adequada ao atendimento de diversas modalidades esportivas e integrado às linhas de ônibus da capital. Direcionado para crianças, adultos e idosos, com diversas atividades ligadas ao esporte e saúde. A faixa etária de 9 a 15 anos com a prática de esportes, tais como a prática de futsal, futebol, vôlei, handebol, judô, capoeira e outros. Como também práticas voltadas aos adultos serão oferecidas com aulas de ginástica localizada, aeróbica, alongamento e musculação. E para a terceira idade terá aula de musculação voltada para um bom condicionamento físico.

Principais Beneficiários: População de Teresina.

Responsável pela Execução: Secretaria de Esporte e lazer.



Fonte dos Recursos: Próprios e/ou em parcerias com demais entes federados.

Impactos Esperados: Fortalecimento de práticas esportivas de lazer no município.

Prazo Estimado: Implementação a partir do segundo ano de mandato.

OLIMPÍADAS ESPORTIVAS DE TERESINA

Descrição: Realizar as Olimpíadas esportivas de Teresina promovendo maior integração entre as escolas e alunos, tanto da rede municipal quanto da rede particular de ensino.

Principais Beneficiários: atletas infantis, juvenis e amadores.

Responsável pela Execução: Secretaria de Esporte e lazer.

Fonte dos Recursos: Próprios e/ou em parcerias com demais entes federados.

Impactos Esperados: Fortalecimento de práticas esportivas e de lazer no município.

Prazo Estimado: Implementação a partir do segundo ano de mandato.

FUNDO MUNICIPAL DE APOIO AO ESPORTE OLÍMPICO

Descrição: Criar um fundo de apoio para atletas olímpicos (ou de alto desempenho) e de sua equipe técnica, incentivando assim, o desenvolvimento dos esportes olímpicos em Teresina.

Principais Beneficiários: atletas de alto desempenho e equipe técnica.

Responsável pela Execução: Secretaria de Esporte e lazer.

Fonte dos Recursos: Próprios e/ou em parcerias com demais entes federados.

Impactos Esperados: Fortalecimento de práticas esportivas e apoio aos atletas olímpicos (ou de alto desempenho) no município.

Prazo Estimado: Implementação a partir do segundo ano de mandato.

3.3.3 Amparo Jurídico

As propostas em esporte e lazer tem como amparo jurídico, principalmente: Constituição Federal/88; Lei Nº 11.438, de 29 de dezembro de 2006; Lei Nº 11.345, de 14 de setembro de 2006; Lei Nº 10.891, de 09 de julho de 2004; Decreto Nº 6.795 de 16 de março de 2009; Lei Nº 10.671, de 15 de maio de 2003; Portaria Nº 238, de 09 de Dezembro de 2010; Lei Nº 10.671, de 15 de maio de 2003; Resolução Nº 175, de 12/08/2003; Decreto Nº 4.201, de 18/04/2002; Lei Nº 9.615, de 24/03/1998; Lei Nº



8.672, de 06/07/1993; Lei Municipal Nº 4418 de 25/06/2013; Lei Ordinária 4816/2015; e Lei Ordinária 4384/2013 dentre outros e suas alterações.

3.4 INOVAÇÃO

3.4.1 Diagnóstico

Aspectos importantes relacionados a inovação podem se manifestar de diversas maneiras e dão aos empreendedores a capacidade de impulsionar processos de acumulação de capital de maneira mais eficiente – o que por vezes muda o ambiente de negócios e impulsiona novas inovações no médio e longo prazos.

Dentre os tipos de inovação podemos citar como exemplos a descobertas de novos mercados, novas tecnologias (normalmente poupado de mão-de-obra ou exigindo novas competências de seus agentes), novos produtos e serviços, novos processos de fabricação, a necessidade de agregar novos fornecedores (com capacidades diferenciadas em entregar um produtos ou serviço), novos modelos de negócios, novos métodos de trabalho, novas necessidades dos consumidores entre outras.

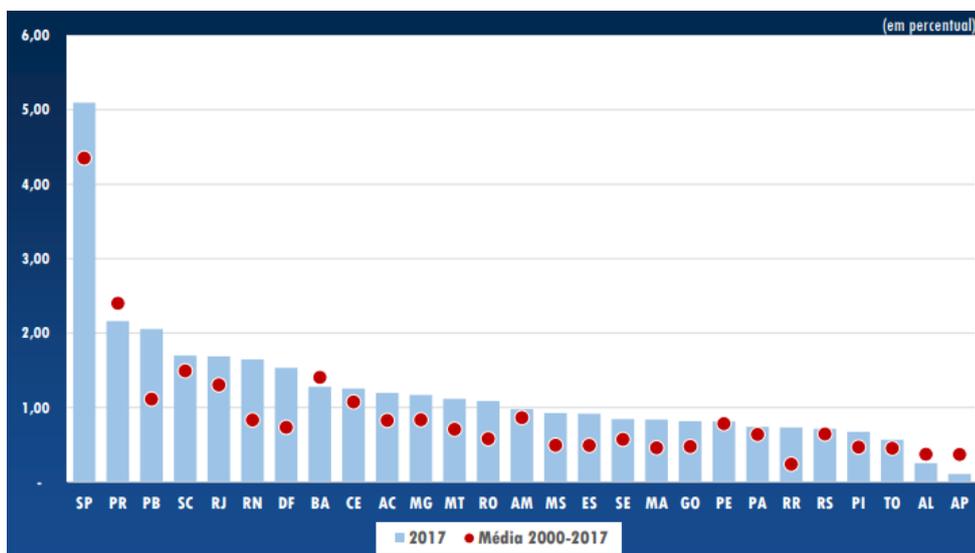
Nos últimos anos, novas necessidades dos consumidores surgiram atrelados a uma dinâmica de trabalho e vida diferentes. Tudo isso interfere na produtividade do trabalho e perpassa o setor privado, mas também e com cada vez mais força, se exige também do setor público mais eficiência na implementação de políticas públicas demandadas pela sociedade.

A inovação é fator competitivo, sendo impulsionado pelos avanços na qualidade da educação, no investimento que são realizados em pesquisa e na inserção da indústria em processos cada vez mais dinâmicos e transformadores. Segundo levantamento realizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) por meio da Coordenação-Geral de Gestão Institucional (CGA/DGI/SEXEC), o Piauí foi um dos estados brasileiros que menos dispenderam em ciência e tecnologia (C&T) em relação às suas receitas totais em 2017. A média em 2017 foi de 0,67%. O estado



só ficou na frente do Tocantins (0,57%), Alagoas (0,27%) e Amapá (0,10%), conforme Gráfico 24.

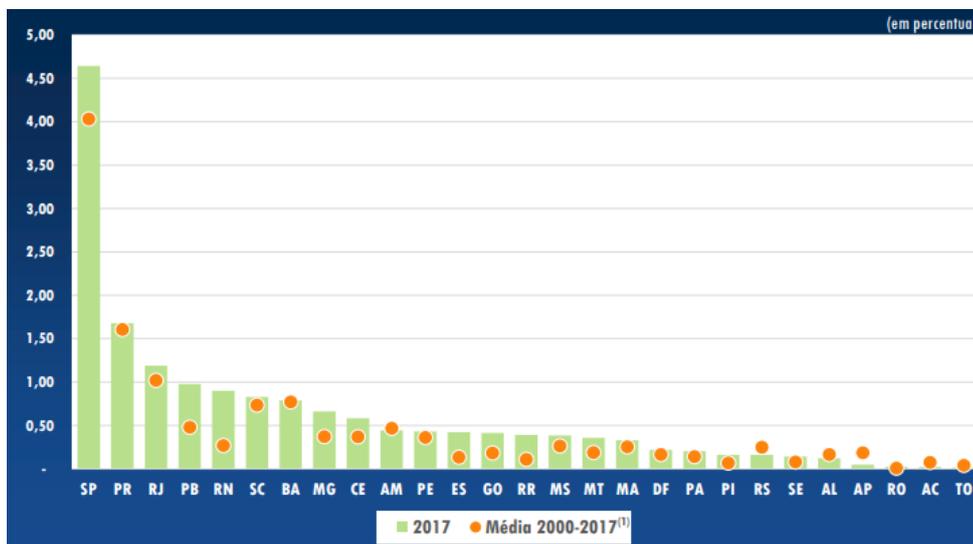
Gráfico 24: Percentual dos dispêndios em ciência e tecnologia (C&T) dos estados em relação às suas receitas totais (2017)



Fonte: Coordenação-Geral de Gestão Institucional (CGAI) - DGI/SEXEC - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC)

No mesmo sentido, o Gráfico 25 mostra o percentual dos dispêndios em pesquisa e desenvolvimento (P&D) dos estados em relação às suas receitas totais em 2017. Observe que mais uma vez o estado do Piauí menos investiram nessa área, ficando no limite da média entre 2000 e 2017.

Gráfico 25: Percentual dos dispêndios em pesquisa e desenvolvimento (P&D) dos estados em relação às suas receitas totais (2017)



Fonte: Coordenação-Geral de Gestão Institucional (CGAI) - DGI/SEXEC - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) Nota: 1) Para Acre, Rondônia, Tocantins, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso do Sul a média é a dos anos em que os valores foram observados

Teresina não poderia se abster desse cenário. As ações locais ainda são tímidas devido as esparsas iniciativas de inserção de novas disciplinas e práticas que estimulem a inovação no processo de ensino-aprendizagem, a incipiência da indústria local e baixos incentivos de apoio a pesquisa no estado do Piauí. Os desafios são enormes e movimentos nessa área são imprescindíveis.

Quanto a temática de *smart cities* ou cidades inteligentes que vem ao encontro do impulso necessário a inovação, o sistema FIESP/CIESP elaborou um documento intitulado “Como estará o mundo em 2030? Quais serão as macrotendências?” que aponta para os países da América do Sul uma tendência de baixo crescimento populacional e econômico, aumento da urbanização e sofisticação tecnológica que darão suporte ao surgimentos de cidades mais inteligentes. Nesse sentido, iniciativas ligadas a inovação se manifestarão na automação e integração dos sistemas de transporte, energia, prevenção de acidentes, saneamento, água entre outras que levarão os municípios a reverem o suporte público a esses avanços tecnológicos.

As iniciativas ligadas a cidades inteligentes ajudarão a conter/minimizar os problemas de mobilidade, por exemplo, melhorando a vida do cidadão nos centros urbanos. O estudo também aponta exemplos na gestão do trânsito com big data, o transporte

público interconectado, a venda de veículos elétrico e híbridos; o uso de câmeras e estruturas de comando para segurança; o usos de sistemas de saúde digitalmente interligados; a utilização de plataformas de educação à distância; a habitação de baixo custo; o uso de áreas públicas e de lazer por conta da melhoria na segurança entre outros.

Por fim, o município de Teresina ainda apresenta muitas deficiências em políticas públicas de incentivo a inovação, de criação de startups e de educação tecnológica e empreendedora que proporcionem o desenvolvimento de um ambiente de negócios salutar para a criação de novos negócios. Falta um ambiente colaborativo, integrado e que ofereça incentivos (crédito, por exemplo) para subsidiar o desenvolvimentos desses negócios.

3.4.2 Propostas para Inovação

LEI MUNICIPAL DE INOVAÇÃO

Descrição: Provocar o legislativo para criação da lei municipal de inovação, contribuindo para construção da Política Municipal de Inovação, essencial para implementação de programas e iniciativas de fomento à produção de projetos inovadores na cidade de Teresina.

Principais Beneficiários: Empreendedores da área de inovação.

Responsável pela Execução: Secretaria de Desenvolvimento Econômico.

Fonte dos Recursos: Próprios e/ou em parcerias com demais entes federados.

Impactos Esperados: Surgimento de iniciativas empreendedoras ligadas a tecnologia e inovação.

Prazo Estimado: Implementação a partir do segundo ano de mandato.

INOVAÇÃO SETORIAL DE TERESINA

Descrição: Criar a Política estratégica para possibilitar a inserção dos setores de Ciência de Dados, 5G, IoT e AI na Administração pública.

Principais Beneficiários: População de Teresina.

Responsável pela Execução: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico.

Fonte dos Recursos: Próprios e em parcerias com demais entes federados.



Impactos Esperados: Inserção de novas tecnologias na gestão pública de Teresina

Prazo Estimado: Implementação a partir do segundo ano de mandato.

ESCOLA MUNICIPAL DE EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO

Descrição: Criar a Escola Municipal de Empreendedorismo e Inovação, estimulando, capacitando e apoiando os empreendedores de Teresina que desenvolvem projetos inovadores, criativos e sustentáveis.

Principais Beneficiários: jovens e adultos de Teresina.

Responsável pela Execução: Secretaria Municipal de Educação em parceria com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico.

Fonte dos Recursos: Próprios e/ou em parcerias com demais entes federados.

Impactos Esperados: Aumento das iniciativas empreendedoras e a inovação entre jovens e adultos de Teresina.

Prazo Estimado: Implementação a partir do segundo ano de mandato.

QUARTEIRÃO TECNOLÓGICO DE TERESINA (THE WEB)

Descrição: Trata-se de um quarteirão digital com pequenas células que disponibilizarão serviços digitais em parcerias com as universidades, que serão as responsáveis pelos diversos projetos a serem implantados, com a prefeitura como responsável pela construção da estrutura, conectividade e energia. Essas pequenas empresas terão isenção de ISS por um período determinado e, o banco popular poderá financiar equipamentos.

Principais Beneficiários: População de Teresina.

Responsável pela Execução: Secretaria de Desenvolvimento Econômico.

Fonte dos Recursos: Próprios e/ou em parcerias com demais entes federados.

Impactos Esperados: Aparecimento de ideias inovadoras e criativas que possam contribuir com a vida dos teresinenses.

Prazo Estimado: Implementação a partir do segundo ano de mandato.



3.4.3 Amparo Jurídico

As propostas em educação tem como amparo jurídico, principalmente: Constituição Federal de 1988; Lei Nº 10.973, de 2 de Dezembro de 2004, Lei Nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016 dentre outros e suas alterações.

4. EIXO ECONOMIA

4.1 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

4.1.1 Diagnóstico

O desenvolvimento econômico pressupõe arranjos institucionais, econômicos, sociais e jurídicos que incentivem o processo de inovação, o empreendedorismo e a realização de investimentos. Os mecanismos que produzem um sistema eficiente de produção, circulação e distribuição de bens e serviços à população também são fundamentais.

As atividades econômicas no setor secundário e primário ainda precisam de apoio para se desenvolverem em Teresina. O setor de serviços que a caracteriza, essencialmente, pouco agrega valor a bens e serviços, apesar da forte empregabilidade do setor na capital. A infraestrutura básica é tida como inadequada, rudimentar e tem feito o município desestimular a atração de novos empreendimentos, perdendo oportunidades econômicas importantes para o desenvolvimento local.

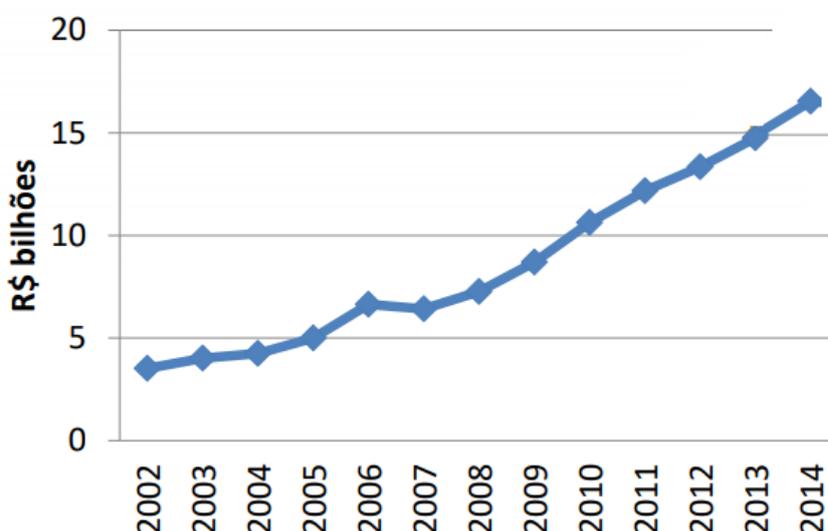
É fato que Teresina influencia quase todo o estado do Piauí, além das cidades do leste do Maranhão e do Pará, bem como a região oeste do estado do Ceará, como constatado pelo IBGE (2007). Isso se deve a uma característica especial do município: ser a única capital nordestina que se encontra no interior. Dada sua posição geográfica, tornou-se um importante entroncamento rodoviário e guarda a menor distância rodoviária entre todas as capitais nordestinas, o que potencialmente favorece as mais diversificadas atividades econômicas. Além disso, o município apresenta-se como um polo de prestação de serviços ligados à área da saúde,



educação, turismo empresarial, produção de hortifrutigranjeiros, agroindústrias e indústrias ligadas a cerâmica, vestuário e alimentação, entre outras.

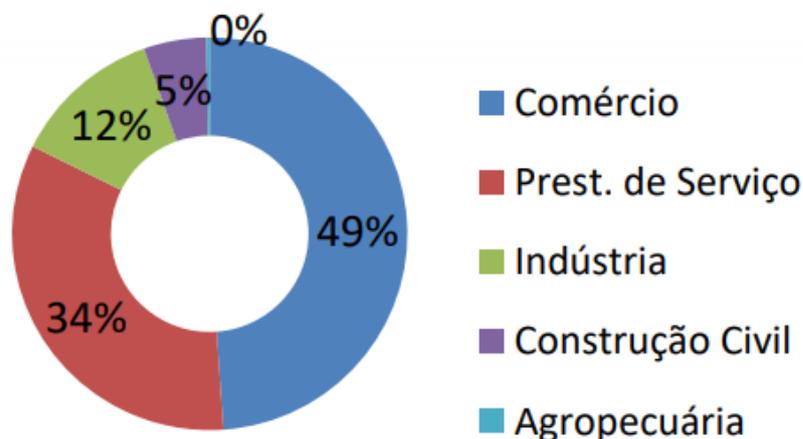
Em termos monetários, o Produto Interno Bruto (PIB) a preço de mercado no município em 2014 representava 47,4% do estado do Piauí e atingia R\$ 17,6 bilhões (IBGE/2018). Desse montante, 50% advinha das atividades no setor de serviços; 21% da indústria; 16% da administração; saúde; educação e seguridade social; 13% de impostos de menos de 1% da agroindústria (Semplan/2018). O Gráfico 26 demonstra a evolução do PIB de Teresina de 2002 a 2014.

Gráfico 26: Evolução do PIB de Teresina de 2002 a 2014.

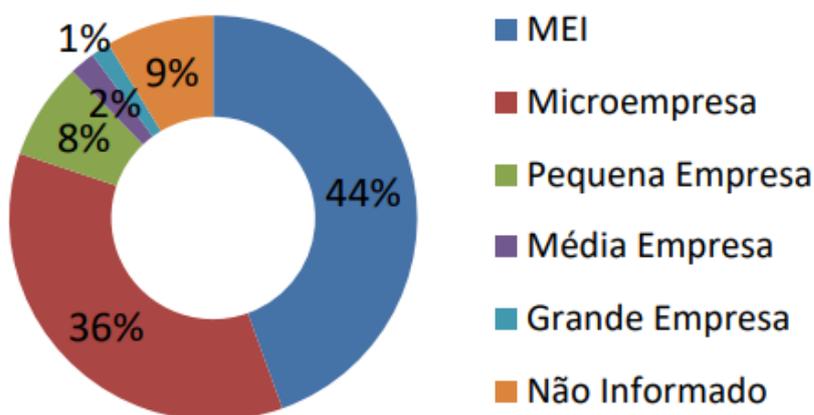


Fonte: Seplan(2018)/IBGE

Em 2015 havia 43.423 empresas em Teresina distribuídas em setores econômicos, conforme o Gráfico 27 e porte econômico, segundo o Gráfico 28 (Seplan/2018).

Gráfico 27: Distribuição das empresas de Teresina por setor econômico (2015)

Fonte: Seplan(2018)/TEM

Gráfico 28: Distribuição das empresas de Teresina por porte econômico (2015)

Fonte: Seplan(2018)/Sebrae

Em 2016, o PIB a preço de mercado no município de Teresina atingiu o montante de R\$ 19,14 bilhões de reais, representando 0,37% do PIB nacional e o 43º maior do Brasil. Isso equivalia a posição 8º do Nordeste (2,13% do PIB da região), o que a deixa atrás de Salvador (61,10 bilhões) e Fortaleza (60,14 bilhões), mas a frente de outras capitais como Aracaju e João Pessoa¹¹.

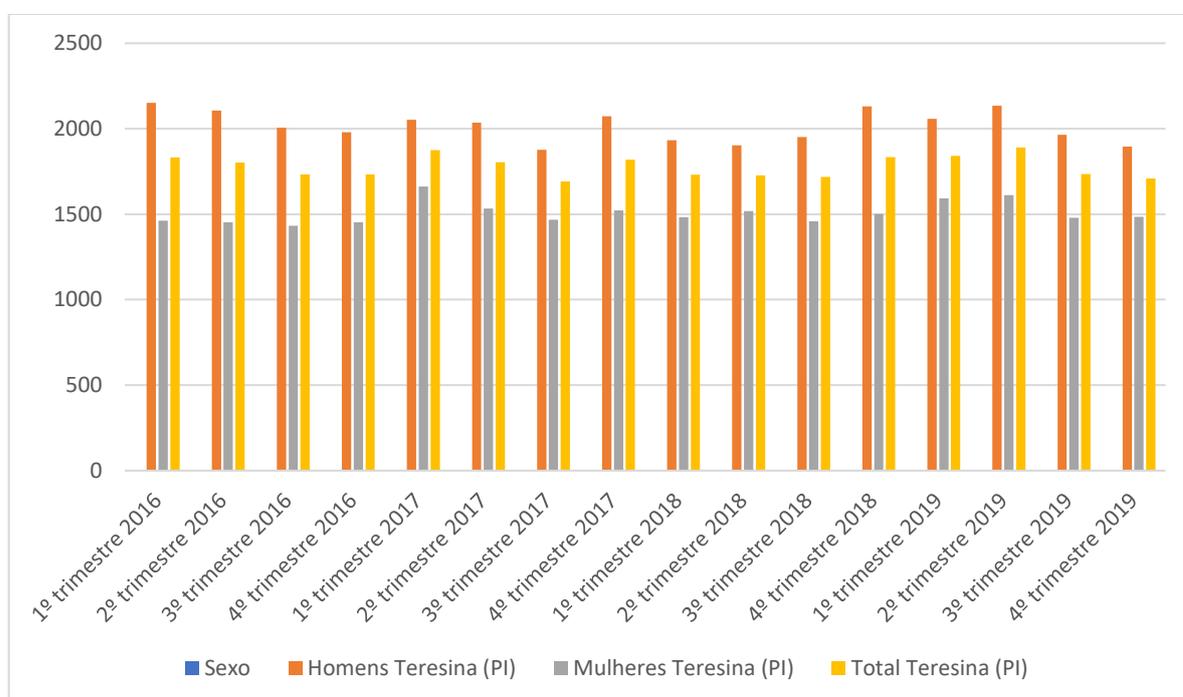
Em 2017, conforme informações do IBGE (2017), Teresina ocupava a 21ª posição entre as capitais e 0,29% do PIB do país. Nesse mesmo ano, o PIB *per capita* de R\$ 22.481,67, sendo que 65% era advinda de receitas oriundas de fontes externas, ou

¹¹ Disponível em <https://cidadeverde.com/economiaenegocios/95439/teresina-tem-o-8-maior-pib-do-nordeste-setor-de-servicos-e-o-mais-forte>. Acesso em 06/07/2020.

seja, o município ainda não consegue gerar riquezas em um nível que sustente as finanças interna.

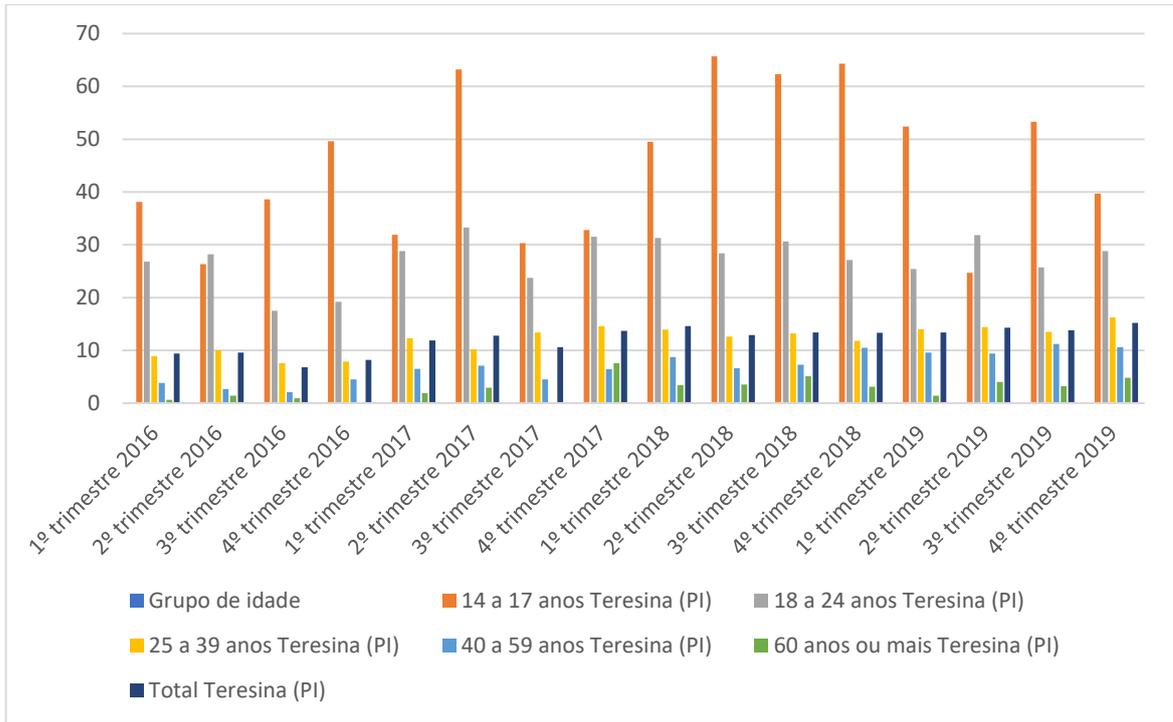
Em relação a ocupação dos trabalhadores no município os Gráficos 29, 30, 31 e 32 mostram, respectivamente, o rendimento médio do trabalho por sexo, a taxa de desocupação por idade, a taxa de desocupação por sexo e o Rendimento médio do trabalho principal por sexo. Tais gráficos reforçam a necessidade de políticas públicas de inserção da mulher e dos jovens na dinâmica econômica do município.

Gráfico 29: Rendimento médio do trabalho principal, por sexo.



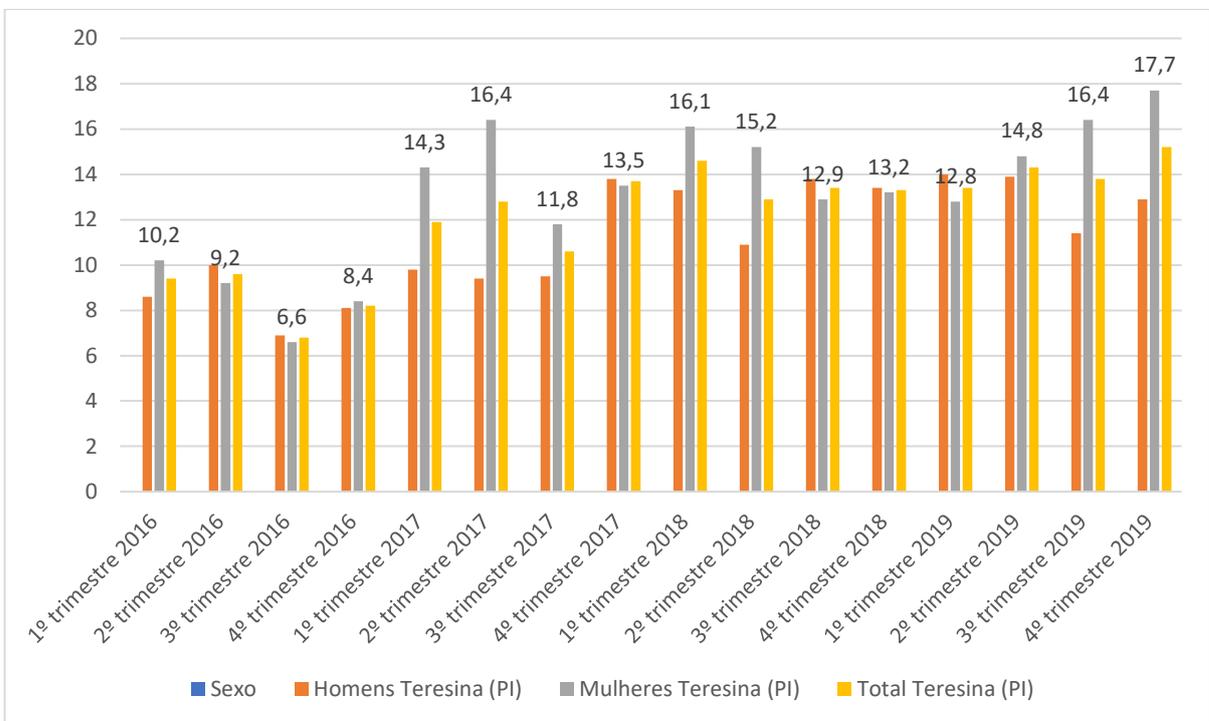
Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral (2020)

Gráfico 30: Taxa de desocupação, por idade.

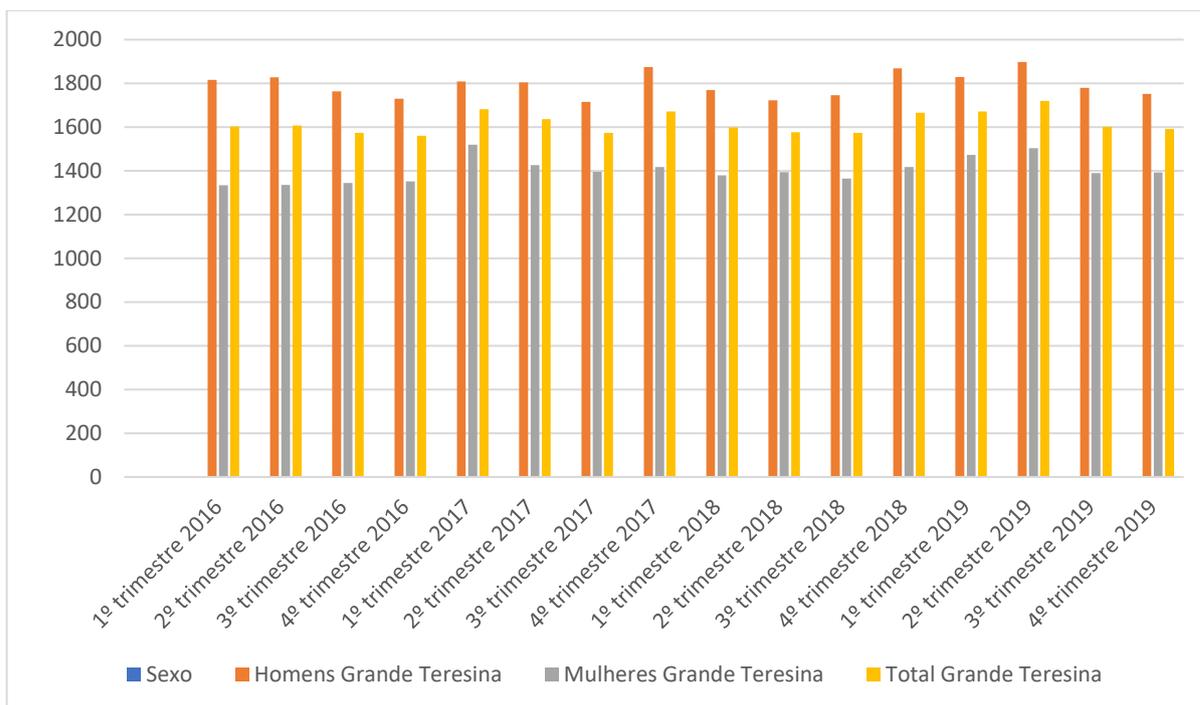


Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral (2020)

Gráfico 31: Taxa de desocupação, por sexo.



Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral (2020)

Gráfico 32: Rendimento médio do trabalho principal, por sexo.

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral (2020)

O município conta com uma infraestrutura de apoio a economia formada por 17 mercados, 16 Centros de Produção, 13 Centros de capacitação, 12 Campos Agrícolas, 44 Hortas Comunitárias, 08 Lavanderias, 02 Polos Industriais (Norte e Sul), 02 Centros de Atendimento ao Cidadão e 06 Centros de Atendimento ao Turista, segundo a Secretaria Municipal de Planejamento (Semplan/2018).

Em Teresina existe dentro do âmbito do desenvolvimento econômico uma secretaria voltada especificamente para o desenvolvimento de pequenos empreendimentos com foco na geração de renda e trabalho, por meio de pilares que a caracterizam como “diferente” da economia tradicional como desmercantilização, autogestão no consumo social, educação para além do capital, universalização do trabalho emancipado e propriedade real dos meios de produção por parte dos trabalhadores.

Em 2016, Teresina contava com 124 empreendimentos de Economia Solidária (EES) registrados no SIES (Sistema Nacional de Economia Solidária), mesma quantidade de 2007 o que manifesta que nesse período não houve crescimento do número de empreendimentos de economia solidária.

Para alavancar os determinantes de atração e retenção das empresas em Teresina é necessário avançar nos projetos da carteira de parcerias público privada (PPP) para atrair investimentos e gerar emprego e renda. Além disso, é interessante que o município crie mecanismos de atração de novos negócios; modernize e amplie a atuação do Banco Popular no fomento, principalmente, aos pequenos produtores e empreendedores em Teresina. Também se observa a necessidade de se estabelecer políticas municipais de economia criativa, de economia solidária, de inovação, de Educação empreendedora e financeira, de estratégia dos setores de Ciência de Dados (5G, IoT e AI), de criar estratégias de expansão da indústria da Construção Civil e ampliar a atuação da Lei de Compras governamentais junto aos micro e pequenos empreendedores, etc.

4.1.2 Propostas para Desenvolvimento Econômico

DISTRITOS INDUSTRIAIS

Descrição: Melhorar a infraestrutura de apoio dos distritos industriais de Teresina com asfalto, saneamento, energia, água e conectividade, de modo a garantir a competitividade das empresas estabelecidas no local.

Principais Beneficiários: Empresas e usuários dos distritos industriais do município, em especial.

Responsável pela Execução: Secretaria Municipal de Planejamento.

Fonte dos Recursos: Próprios e/ou em parcerias com demais entes federados.

Impactos Esperados: Fortalecimento da produção industrial no município.

Prazo Estimado: Implementação a partir do segundo ano de mandato.

POLO CERÂMICO DE TERESINA

Descrição: Criar novos incentivos para a expansão do Polo Cerâmico de Teresina atendendo às demandas locais, nacionais e internacionais.

Principais Beneficiários: Empresas e usuários do Polo Cerâmico do município, em especial.

Responsável pela Execução: Secretaria Municipal de Planejamento.

Fonte dos Recursos: Próprios e/ou em parcerias com demais entes federados.

Impactos Esperados: Fortalecimento da produção cerâmica no município.



Prazo Estimado: Implementação a partir do segundo ano de mandato.

PROGRAMAS DE CAPACITAÇÃO

Descrição: Investir em Programas de Capacitação dos micro, pequenos e médios empresários em parceria com instituições como SEBRAE e Sistema "S" e outras, em todas as áreas, com vistas a fortalecer as empresas locais, garantir e ampliar o número de empregos formais.

Principais Beneficiários: Micro, pequenos e médias empresas do município, em especial.

Responsável pela Execução: Secretaria Municipal de Planejamento.

Fonte dos Recursos: Próprios e/ou em parcerias com demais entes federados.

Impactos Esperados: Educação empreendedora e geração de emprego e renda.

Prazo Estimado: Implementação a partir do segundo ano de mandato.

PROGRAMA DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS (PPP)

Descrição: Avançar com projetos de PPP para subsidiar os investimentos em infraestrutura para Teresina.

Principais Beneficiários: População de Teresina.

Responsável pela Execução: Secretaria Municipal de Concessões e Parcerias.

Fonte dos Recursos: Próprios, em parcerias com demais entes federados e empresas.

Impactos Esperados: Criação de infraestrutura e geração de emprego e renda.

Prazo Estimado: Implementação a partir do segundo ano de mandato.

PROGRAMA DE ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS

Descrição: Criar um programa de atração de investimentos e fomento à novos negócios em Teresina.

Principais Beneficiários: População de Teresina.

Responsável pela Execução: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico.

Fonte dos Recursos: Próprios e em parcerias com demais entes federados.

Impactos Esperados: Atração de novos empreendimentos e geração de emprego e renda em Teresina.

Prazo Estimado: Implementação a partir do segundo ano de mandato.



BANCO POPULAR DE TERESINA (FOMENTO)

Descrição: Ampliar os serviços e modernizar o Banco Popular de Teresina para que ele se transforme em um ente de apoio ao empreendedor teresinense. A proposta visa fortalecer as ações do banco popular na oferta de crédito às micro e pequenas empresas na capital.

Principais Beneficiários: População de Teresina.

Responsável pela Execução: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico.

Fonte dos Recursos: Próprios e em parcerias com demais entes federados.

Impactos Esperados: Atração de novos empreendimentos e geração de emprego e renda em Teresina.

Prazo Estimado: Implementação a partir do segundo ano de mandato.

ECOTURISMO DE TERESINA

Descrição: Criar a Rota dos Sítios de Teresina, apoiando o ecoturismo doméstico e a geração de emprego e renda na cidade.

Principais Beneficiários: População de Teresina.

Responsável pela Execução: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico.

Fonte dos Recursos: Próprios e em parcerias com demais entes federados.

Impactos Esperados: Atração e retenção de novos empreendimentos, bem como, geração de emprego e renda em Teresina.

Prazo Estimado: Implementação a partir do segundo ano de mandato.

ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS

Descrição: Estabelecer ampla Política de Adensamento e ampliação da competitividade dos principais APLs de Teresina.

Principais Beneficiários: População de Teresina.

Responsável pela Execução: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico.

Fonte dos Recursos: Próprios e em parcerias com demais entes federados.

Impactos Esperados: Atração, retenção e desenvolvimento das cadeias produtivas locais para geração de emprego e renda em Teresina.

Prazo Estimado: Implementação a partir do segundo ano de mandato.



ECONOMIA CRIATIVA

Descrição: Criar a Política municipal de Economia Criativa, favorecendo o desenvolvimento da indústria cultural e artística, e proporcionando a geração de emprego e renda em Teresina.

Principais Beneficiários: População de Teresina.

Responsável pela Execução: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico.

Fonte dos Recursos: Próprios e em parcerias com demais entes federados.

Impactos Esperados: Atração, retenção e desenvolvimento das cadeias produtivas locais para geração de emprego e renda em Teresina.

Prazo Estimado: Implementação a partir do segundo ano de mandato.

ECONOMIA SOLIDÁRIA

Descrição: Criar a Política municipal de Economia Solidária, fortalecendo os empreendimentos locais, favorecendo o desenvolvimento de novos negócios e a geração de emprego e renda em Teresina. A proposta visa ampliar o programa de incentivos à economia solidária com crédito inclusive do Banco Popular de Teresina, bancos particulares que trabalhem com microcrédito e as instituições públicas que promovem a capacitação de mão de obra e o surgimento de novos negócios tanto para empreendimentos urbanos como rurais.

Principais Beneficiários: População de Teresina.

Responsável pela Execução: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico.

Fonte dos Recursos: Próprios e em parcerias com demais entes federados.

Impactos Esperados: Atração, retenção e desenvolvimento das cadeias produtivas locais para geração de emprego e renda em Teresina.

Prazo Estimado: Implementação a partir do segundo ano de mandato.

POLOS GASTRONÔMICOS DE TERESINA

Descrição: Criar os polos gastronômicos de Teresina com infraestrutura, inovação, eventos e profissionalização para o desenvolvimento da cadeia produtiva ligada a alimentação e a gastronomia em Teresina, pois esta é uma vocação do município. Essa iniciativa tem por objetivo contribuir para o fortalecimento do setor na cidade, a criação de novos negócios e a geração de emprego e renda em Teresina.

Principais Beneficiários: População de Teresina.



Responsável pela Execução: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico.

Fonte dos Recursos: Próprios e em parcerias com demais entes federados.

Impactos Esperados: Atração, retenção e desenvolvimento da cadeia produtiva da gastronomia em Teresina.

Prazo Estimado: Implementação a partir do segundo ano de mandato.

COMPRAS GOVERNAMENTAIS

Descrição: Ampliar a atuação da Lei de Compras governamentais junto aos micro e pequenos empreendedores, principalmente, criando os incentivos para aumentar a demanda por bens produzidos localmente, como os insumos para merenda escolar, por exemplo, entre outros, propiciando assim, a geração de emprego e renda na cidade.

Principais Beneficiários: População de Teresina.

Responsável pela Execução: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico.

Fonte dos Recursos: Próprios e em parcerias com demais entes federados.

Impactos Esperados: Atração, retenção e desenvolvimento da cadeia produtiva da gastronomia em Teresina.

Prazo Estimado: Implementação a partir do segundo ano de mandato.

4.1.3 Amparo Jurídico

As propostas em desenvolvimento econômico tem como amparo jurídico, principalmente: Constituição Federal/1988; Cartilha Microcrédito; Lei Nº 11.110/05; Lei Nº 9872/99; Resolução n 59 – CODEFAT; Estatuto das Cidades; A Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas; Lei Nº 11.598 de 2007; e Lei Nº 5.764/71 dentre outros e suas alterações.

4.2 DESENVOLVIMENTO RURAL

4.2.1 Diagnóstico

Na última década do século passado, o percentual da população que vivia na zona rural de Teresina representava um pouco mais de 7% da população total naquele



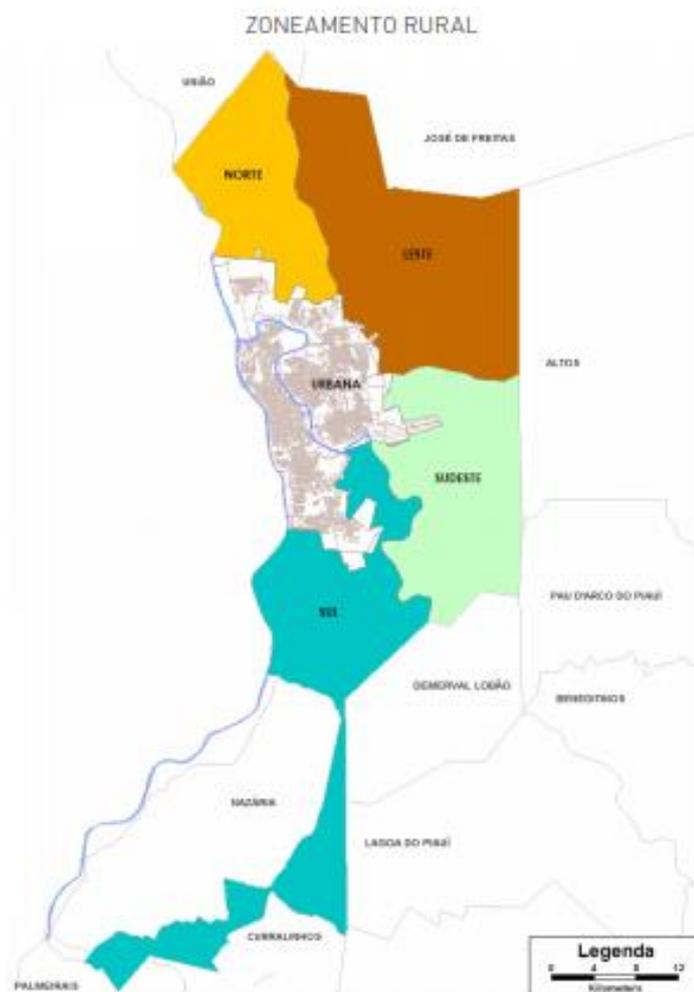
período. Segundo a SEMPLAN - PI (2015), quanto ao tamanho dos estabelecimentos, de um total de 3.319 em 1996, 2.851 tinham menos de 10 ha, representando 6,2% da área total do município, enquanto apenas 78 estabelecimentos, com área entre 100 a e 1000ha concentravam 38,8% da área total de Teresina. Em relação à condição dos produtores, naquele mesmo ano, 1.486 eram ocupantes de uma área total de até 3.870ha; 869 eram proprietários de 46.863ha; 590 eram parceiros numa área total de 1.792ha e 374 arrendatários de uma área total de 678ha.

Em 2016, na zona rural de Teresina viviam 47 mil pessoas ou 5,7% da população total do município (Semplan/2018). O Mapa 2 mostra as 04 macrozonas de divisão da porção rural de Teresina (norte, leste, sudeste e sul) em 2015 (PTOR/2016).

A zona rural de Teresina tem algumas características peculiares: sua densidade populacional cresceu pela criação de Nazária (e não necessariamente pelo aumento populacional), ou seja, sua densidade demográfica é baixa e a população se mantém constante; é uma região que concentra uma parte da população de baixa renda (assim como a periferia da área urbana da capital); é desprovida, na média, de infraestrutura e de serviços básicos; há grandes vazios urbanos; é formada por povoados; tem baixa oferta de matrículas escolares; inexistente a oferta de ensino superior; tem baixa concentração de renda (grande da população ganha até dois salários mínimos); tem pequena oferta de empregos nos setores secundário e terciário; na zona rural o setor primário não tem expressividade no PIB (PTOR/2016).



Mapa 2: Macrozonas de divisão da porção rural de Teresina em 2015.



FONTE: Plano Diretor de Transporte Rural (PTOR/2016)

Conforme dados do INCRA, em janeiro de 2015, em Teresina havia 14 projetos de reforma agrária, beneficiando 834 famílias assentadas numa área reformada 7.313ha. Em 1997, esse mesmo órgão criou por meio da Portaria INCRA Nº 321/1997 o projeto Casulo (PCA). Essa modalidade de reforma agrária, criada pelo INCRA em parceria com os municípios, se propõe a aproveitar a mão-de-obra local e produzir em um regime de produção coletiva para o desenvolvimento de atividades ligadas à floricultura, hortifrutigranjeiros e outras atividades agroecológicas. Os assentamentos pioneiros desse projeto em Teresina foram: Salobro e Alegria (criados em 1998 com 48 e 40 assentados, respectivamente) e Campestre Norte (Criada em 2001 com 180 assentados).

A pecuária de Teresina, em 2017, apresentou uma queda em relação ao quantitativo de cabeças em relação a anos anteriores e mesmo diante de outros municípios piauienses. Nesse ano o rebanho estava representada pelas criações de Bovinos (9.627 Cabeças); Caprinos (4.174 Cabeças); Codornas (6.474 Cabeças); Galinhas (2.561 Cabeças); Ovinos (4.609 Cabeças); Suínos (14.857 Cabeças). Em relação ao rebanho de bovinos, por exemplo, o município de Corrente (51.454 cabeças), Bom Jesus (26.747 cabeças) e Campo Maior (25.587 cabeças) eram comparativamente maiores que Teresina em 434,47%, 177,83% e 165,78%, respectivamente.

A infraestrutura da região conta com 700km de estradas vicinais, poucas vias têm calçamento e poucas são asfaltadas. Um dos problemas mais graves da região é a deficiência do sistema de água. A zona rural hoje conta com 170 sistemas de abastecimento de água, todos precários e onerosos. Há muita queda de energia e o acesso precisa ser ampliado, principalmente na região sudeste que é considerada a mais deficitária.

A região conta com doze campos agrícolas e apenas 7 são irrigados, sendo que a necessidade da região é de no mínimo 40. Outro problema da região é a falta de assistência técnica e acesso a patrulhas agrícolas, pois há apenas 4 desses equipamentos disponíveis aos produtores que se reverterão no uso o que causa perda de produção, pois os meses de chuvas passam e eles não conseguem preparar a terra pela deficiência na oferta desses equipamentos. Há a necessidade de aquisição de pelo menos mais 8 patrulhas agrícolas para apoio a produção local. A baixa tecnificação na produção da zona rural de Teresina é observada também nas hortas comunitárias da região.

De maneira geral, a zona rural de Teresina poderia contribuir muito para o abastecimento de alimentos da cidade que hoje é praticamente toda importada de outras regiões do país. Além dos incentivos públicos previsto em lei (PNAE/PAA), dada a existência de terras férteis, a oferta de água e luz o ano todo e clima favorável, umas das maneiras de alavancar a produção local seria aumentar a capacidade de compostagem da usina existente com essa finalidade que utiliza o recolhimento de



casca de coco triturada e os resíduos da podagem de árvores na cidade e que hoje atende no máximo 20% dos produtores, em especial, horticultores.

No apoio a piscicultura, Teresina conta com o mercado do peixe que não atende todos os pequenos produtores e que não oferece condições sanitárias para comercialização de produtos. A atividade poderia ganhar muito em termos de produção se contasse com um centro misto de processamento de pescados e de fabricação de gelo para apoio ao pequeno comerciante.

Quanto a pecuária animal, há a necessidade de melhoria do rebanho e controle de algumas doenças que se manifestam nos rebanhos. O treinamento de técnicos e o melhoramento genético via parcerias com as universidades e o Embrapa, por exemplo, fariam a produção local aumentar consideravelmente.

Hoje, existe uma grande deficiência de apoio técnico na elaboração de projetos de acesso a crédito bancário e de informação pelos pequenos produtores e pecuaristas para fomentar as atividades desenvolvidas na zona rural de Teresina.

4.2.2 Propostas para Desenvolvimento Rural

PLANO DE DESENVOLVIMENTO RURAL

Descrição: Criar um Plano de Desenvolvimento Rural que priorize estímulos à agricultura familiar e que contemple a capacitação dos produtores, a infraestrutura local, os equipamentos a serem utilizados no processo produtivo e a identificação de produtos locais de maior potencial de produção. A proposta visa também estimular a criação e o fortalecimento das Cooperativas já existentes.

Principais Beneficiários: Pequeno produtor e população rural de Teresina.

Responsável pela Execução: Superintendência de Desenvolvimento Rural.

Fonte dos Recursos: Próprios e/ou em parcerias com demais entes federados.

Impactos Esperados: Criação de infraestrutura e geração de emprego e renda na zona rural de Teresina.

Prazo Estimado: Implementação a partir do segundo ano de mandato.



CRIAÇÃO DE CAMPOS AGRÍCOLAS

Descrição: Criar pelo menos 30 campos agrícolas na zona rural de Teresina com vista ao aumento da produção local de alimentos.

Principais Beneficiários: Pequeno produtor e população rural de Teresina.

Responsável pela Execução: Superintendência de Desenvolvimento Rural.

Fonte dos Recursos: Próprios e/ou em parcerias com demais entes federados.

Impactos Esperados: Criação de infraestrutura e geração de emprego e renda na zona rural de Teresina.

Prazo Estimado: Implementação a partir do segundo ano de mandato.

ACESSO A CRÉDITO

Descrição: Criar um programa de apoio técnico ao pequeno produtor para que ele consiga acesso a linhas de crédito bancário por meio do Banco Popular de Teresina para alavancar seu negócio.

Principais Beneficiários: Pequeno produtor e população rural de Teresina.

Responsável pela Execução: Superintendência de Desenvolvimento Rural.

Fonte dos Recursos: Próprios e/ou em parcerias com demais entes federados.

Impactos Esperados: Acesso a crédito, desenvolvimento da produção local e geração de emprego e renda na zona rural de Teresina.

Prazo Estimado: Implementação a partir do segundo ano de mandato.

MERCADO DO PEIXE DE TERESINA

Descrição: Reformar o Mercado do Peixe de Teresina, aumentando a quantidade de espaços de vendas, priorizando os pequenos ofertantes e melhorando as condições sanitárias do local. Se não for possível, construir um novo mercado após consulta pública.

Principais Beneficiários: Pequeno produtor e população rural de Teresina.

Responsável pela Execução: Superintendência de Desenvolvimento Rural.

Fonte dos Recursos: Próprios e/ou em parcerias com demais entes federados.

Impactos Esperados: Criação de infraestrutura e geração de emprego e renda em Teresina.

Prazo Estimado: Implementação a partir do segundo ano de mandato.



CENTRO MISTO DE BENEFICIAMENTO

Descrição: Criar um centro misto de beneficiamento do pescado e de carnes agregando valor aos produtos e impulsionando o desenvolvimento da produção local.

Principais Beneficiários: Pequeno produtor e população rural de Teresina.

Responsável pela Execução: Superintendência de Desenvolvimento Rural.

Fonte dos Recursos: Próprios e/ou em parcerias com demais entes federados.

Impactos Esperados: Criação de infraestrutura e geração de emprego e renda em Teresina.

Prazo Estimado: Implementação a partir do segundo ano de mandato.

FEIRA DE EXPOSIÇÕES DO PRODUTOR DE TERESINA

Descrição: Criar a feira de exposições do produtor de Teresina incentivando a realização de negócios, contribuindo para um ambiente empreendedor e de melhoria da produção agrícola e da pecuária local.

Principais Beneficiários: Pequeno produtor e população rural de Teresina.

Responsável pela Execução: Superintendência de Desenvolvimento Rural.

Fonte dos Recursos: Próprios e/ou em parcerias com demais entes federados.

Impactos Esperados: Criação de um ambiente de negócios que favoreça o desenvolvimento da produção do setor primário de Teresina.

Prazo Estimado: Implementação a partir do segundo ano de mandato.

4.2.3 Amparo Jurídico

As propostas em desenvolvimento rural tem como amparo jurídico, principalmente: Política Agrícola do Ministério da Agricultura; Legislação do Crédito Rural do Pronaf 14-15; Lei Nº 4.504/1964; Lei Nº 11.326/2006; Lei Nº 11.326/06; Lei Nº 8.629/1993; Lei Nº 8.171/91; Decreto Nº 72.106/1973; Decreto Lei Nº 167/67; Lei Complementar Nº 76/1993; Lei Nº 11.110/05- Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado; e Lei de ATER Nº 12.188/2010 dentre outros e suas alterações.



4.3 JUVENTUDE

4.3.1 Diagnóstico

A juventude vem ganhando atenção em relação ao desenvolvimento de políticas públicas, principalmente com a inserção dessa pauta na Constituição Federal, através da Emenda 65/2010 que concretiza a política nacional da juventude e a cria órgãos e conselhos específicos nos estados e municípios, colocando na pauta do Congresso Nacional os marcos legais, com a aprovação do Estatuto da Juventude e a discussão do Plano Nacional de Juventude.

Esses políticas para juventude possibilitam a continuidade de ações espaciais e permitem avanços que perpassam desde a proteção social, o combate a práticas violentas, a melhoria educacional, a inserção no mercado de trabalho, ou seja, uma integração cidadã.

É sabido que mais que uma fase de transição da infância para a fase adulta propriamente dita, na juventude se define as várias possibilidades ou não de projetos pessoais de vida.

O trabalho coordenado por Martín Hopenhayn, para a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) e para a Organização Ibero-Americana de Juventude (OIJ), denominado “La Juventud en Iberoamérica. Tendencias y urgencias”, principal referência mundial sobre o assunto, levanta dez paradoxos da atual condição juvenil no mundo (IPEA (2014)¹² :

- ✚ Mais acesso à Educação e menos acesso ao trabalho decente;
- ✚ Muito acesso à informação e pouco acesso ao poder;
- ✚ Mais expectativas de autonomia e menos opções para materializá-la;
- ✚ Maior acesso aos equipamentos de saúde;

¹² Disponível em

<https://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/participacao/politicas%20de%20juventude1.pdf>. Acesso em 06/07/2020.

- ✚ Maior mobilidade e mais possibilidade de circulação, mas afetadas por trajetórias incertas e migrações;
- ✚ Maior identificação “para dentro” (entre jovens) e maior impermeabilidade “para fora” (entre jovens e adultos, no interior das instituições escolares);
- ✚ Os jovens parecem ser mais aptos para responder às mudanças do setor produtivo atual, onde se destaca a centralidade do conhecimento como motor do crescimento, mas tem sido os mais excluídos do ingresso no mundo do trabalho;
- ✚ A juventude ocupa um lugar ambíguo entre os receptores de políticas e protagonistas da mudança;
- ✚ Os jovens vivem maior expansão do consumo simbólico e grande restrição do consumo material;
- ✚ Os jovens vivem com expectativas de autodeterminação e protagonismo mas experimentam situações de precariedade e de desmobilização.

Assim, segundo o IPEA (2014), neste século, as políticas para juventude estarão inseridas em um contexto de desterritorialização dos processos produtivos, a flexibilização das relações de trabalho e a diluição de mecanismos de ascensão social que dificultam a emancipação juvenil e que perturbam a passagem dessa população para a fase adulta. Ou seja, é uma fase da vida humana que está relacionada a obtenção da condição adulta como uma meta; a emancipação e a autonomia como trajetória; a construção de uma identidade própria como questão central; as relações entre gerações como um marco básico para atingir tais propósitos; e as relações entre jovens para modelar identidades, ou seja, interação entre pares como parte do processo de socialização (IPEA, 2014; UNESCO, 2004).

São essas questões complexas que devem pautar a proposição de políticas públicas para área. É importante perceber que no país há cerca de 50 milhões de jovens entre 15 e 29 anos, segundo a Secretaria de Governo e a Política Nacional da Juventude (2016).



Desde 2005, o diálogo com os gestores locais possibilitou o fortalecimento dessa agenda e a expansão das políticas públicas para juventude que possibilitaram a criação de algumas políticas importantes para a juventude tais como o Plano de Prevenção à Violência contra a Juventude Negra, denominado Juventude Viva, que visa prevenir a violência e combater sua banalização por meio de políticas de inclusão e ampliação de oportunidades para os jovens negros; o Programa Estação Juventude, que tem por objetivo promover a inclusão e emancipação dos jovens, com a ampliação do acesso às políticas públicas por meio de equipamentos públicos; o Participatório que se caracteriza como um espaço de produção do conhecimento e divulgação de conteúdo, focado nos temas ligados às políticas de juventude entre outros.

A Política Nacional de Juventude divide essa faixa etária em 3 grupos: jovens da faixa etária de 15 a 17 anos, denominados jovens-adolescentes; jovens de 18 a 24 anos, como jovens-jovens; e jovens da faixa dos 25 a 29 anos, como jovens-adultos. Considerando essa divisão, pode-se perceber que o primeiro grupo já está incluído na atual política da criança e do adolescente; entretanto, os outros dois não estão (SILVA e SILVA, 2011)¹³. Nesse sentido, o desenvolvimento de ações efetivas, principalmente, ligadas às demandas do mercado de trabalho para esse público dos 18 aos 29 anos é fundamental. Em Teresina, as ações ainda são tímidas e precisam ser potencializadas para atender as demandas dessa população.

4.3.2 Propostas para Juventude

PROGRAMA DE PREVENÇÃO AO SUICÍDIO

Descrição: Utilizar as redes sociais para promover programas de prevenção ao suicídio, especialmente, entre o público jovem.

Principais Beneficiários: População jovem de Teresina.

Responsável pela Execução: Secretaria Municipal da Juventude.

Fonte dos Recursos: Próprios e/ou em parcerias com demais entes federados.

¹³ Política Nacional de Juventude: trajetória e desafios. Disponível em https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792011000300013#:~:text=A%20Pol%C3%ADtica%20Nacional%20de%20Juventude%20divide%20essa%20faixa%20et%C3%A1ria%20em,anos%2C%20como%20jovens%2Dadultos. Acesso em 06/07/2020.



Impactos Esperados: Ampliação da rede de assistência de prevenção ao suicídio entre jovens de Teresina.

Prazo Estimado: Implementação a partir do primeiro ano de mandato.

PROGRAMA DE PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA

Descrição: Utilizar os espaços públicos, especialmente as escolas, para promover, debates, cursos, feiras e outros eventos para discutir a violência e se estabelecer uma cultura de paz.

Principais Beneficiários: Crianças e jovens de Teresina.

Responsável pela Execução: Secretaria Municipal da Juventude.

Fonte dos Recursos: Próprios e/ou em parcerias com demais entes federados.

Impactos Esperados: Ampliação do debate, da educação e conscientização sobre a violência para consolidar uma cultura de paz em Teresina.

Prazo Estimado: Implementação a partir do segundo ano de mandato.

PROGRAMAS DIRIGIDOS AOS JOVENS E ADULTOS

Descrição: Gerar trabalho e renda com programas dirigidos aos jovens e adultos em situação de vulnerabilidade, por meio de parcerias com empresas, universidades e o sistema “S”.

Principais Beneficiários: População jovem de Teresina.

Responsável pela Execução: Secretaria Municipal da Juventude.

Fonte dos Recursos: Próprios e/ou em parcerias com demais entes federados.

Impactos Esperados: Ampliação da rede de assistência ao emprego e geração de renda para a população jovem de Teresina.

Prazo Estimado: Implementação a partir do segundo ano de mandato.

FÓRUM MUNICIPAL DA JUVENTUDE

Descrição: O encontro tem como objetivo incentivar o jovem a contribuir para o desenvolvimento de Teresina, expressando suas opiniões e apresentando suas demandas sociais. Esse também será o momento para o reconhecimento e potencialização das múltiplas formas de expressão juvenil, além do combate a qualquer tipo de preconceito. O encontro contempla também a criação da Agenda da Juventude com o calendário de todas as atividades para a juventude da capital.

Principais Beneficiários: População jovem de Teresina.



Responsável pela Execução: Secretaria Municipal da Juventude.

Fonte dos Recursos: Próprios e/ou em parcerias com demais entes federados.

Impactos Esperados: Ampliação da rede de ouvidoria e discussão de temas importantes para os jovens de Teresina.

Prazo Estimado: Implementação a partir do primeiro ano de mandato.

COMITÊ INTERSETORIAL DA JUVENTUDE

Descrição: Criar o comitê intersetorial da juventude com vista a promover a discussão dos problemas do público jovem, mapeando os pontos críticos para direcionar as políticas públicas voltadas a juventude da capital.

Principais Beneficiários: População jovem de Teresina.

Responsável pela Execução: Secretaria Municipal da Juventude.

Fonte dos Recursos: Próprios e/ou em parcerias com demais entes federados.

Impactos Esperados: Ampliação da discussão de temas importantes para planejamento das políticas públicas aos jovens de Teresina.

Prazo Estimado: Implementação a partir do primeiro ano de mandato.

4.3.3 Amparo Jurídico

As propostas da juventude tem como amparo jurídico, principalmente: Constituição Federal/1988; Guia de Políticas Públicas para Juventude – Governo Federal; Lei Nº 12.852, de 5 de agosto de 2013; Lei Municipal Nº 4418 DE 25/06/2013; Lei Ordinária Nº 4816/2015; Lei complementar Nº 3.617 de 2007; e Decreto Nº 12.785 de 01/10/2007 dentre outros e suas alterações.

5. EIXO MEIO AMBIENTE E GOVERNO

5.1 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

5.1.1 Diagnóstico

A administração pública contempla um cabedal de pastas específicas que gerenciam as grandes áreas de atenção das políticas públicas desenvolvidas pelo ente público.



Em Teresina, a regulação de serviços sob competência municipal é gerida pela Agência Municipal de Regulação de Públicos de Teresina (ARSETE). Ela foi criada através da Lei Municipal Nº 3.600, de 22 de dezembro de 2006, sob a forma de autarquia de regime especial, vinculada ao Gabinete do Prefeito, com a função de entidade reguladora, normatizadora, de controle e fiscalização dos serviços públicos do município de Teresina. Sua missão é regular a atividade econômica dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário, mediante o estabelecimento de tarifas ou parâmetros tarifários que reflitam o mercado e os custos reais de produção, e, de modo concomitante, incentivar os investimentos privados e propiciar a razoabilidade e modicidade das tarifas.

Entretanto, a ARSETE pouco contribui com seu real propósito de controle e fiscalização dos serviços de saneamento básico, abastecimento de água e esgotamento sanitário, tendo em vista que, quanto ao indicador de investimento sobre arrecadação em percentual no ano de 2019 pelos prestadores de serviços, estados e municípios, Teresina investiu 13,57%, enquanto que municípios como São Luís, Belém, Manaus e Porto Velho investiram, respectivamente, 47,4%, 36,97%, 21,58% e 37,87%.

As finanças públicas de Teresina, apesar de os dados contidos nos balanços e nos relatórios exigidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal demonstrarem que a Prefeitura de Teresina tem bom desempenho na gestão de suas contas, quando colocadas em comparação a outras capitais de mesmo porte, os números nos apresentam algumas informações importantes.

Conforme informações do Tesouro Nacional (2020), em 2016, Teresina registrou 2,9 bilhões de reais de receita total, sendo que 411 milhões foram tributárias, 64 milhões da cobrança de IPTU, 199,8 milhões da arrecadação de ISS e 28,7 milhões de ITBI. O restante é advindo de outras fontes de receitas. Ainda em 2016, Teresina arrecadou 419,2 milhões de reais com ICMS, o que representa cerca de 6% mais que no ano anterior. Nesse mesmo período, o município recolheu 75 milhões de IPVA e recebeu 510,7 milhões de transferência do estado do Piauí.



Em relação às despesas como percentual das receitas no ano de 2016, Teresina tinha 81,52% de suas receitas comprometidas com despesas já prevista, percentual esse muito próximo a média nacional que naquele ano era de 84,35%. Do total de 2,3 bilhões de reais, 2,1 bilhões correspondia a despesas correntes e o restante compunha despesas de capital. Dentre as despesas totais, os gastos mais importantes eram, respectivamente, em saúde, educação, administração, urbanismo, previdência e ação legislativa.

Dentre os problemas mais sensíveis nessa pasta na atual gestão estão a necessidade de uma melhor gestão de pessoas; a melhoria da gestão de contratos, em especial, das locações de imóveis para acolher a administração direta; a modernização dos controles internos de compras e obras para proporcionar economicidade, transparência e eficiência administrativa; aumentar a participação popular no orçamento da prefeitura; modernizar e centralizar a estrutura de licitação e fortalecer mecanismos de ouvidoria.

5.1.2 Propostas para Administração Pública

GESTÃO DE PESSOAS

Descrição: Valorizar o servidor público e estabelecer programas de capacitação para o exercício profissional, por meio de uma agenda anual e por categorias, revisando e ampliando a Lei de Cargos e Salários e discutindo com as categorias as melhores formas de atendimento às suas reivindicações. A proposta prevê a criação de um comitê para organizar e intermediar as ações que melhorem a gestão de pessoas na administração municipal.

Principais Beneficiários: Servidores Públicos de Teresina.

Responsável pela Execução: Secretaria de Governo, Planejamento, Administração, Finanças, IMPT.

Fonte dos Recursos: Próprios.

Impactos Esperados: Organização da despesa com pessoal com regras claras e valorização do trabalho do servidor público.

Prazo Estimado: Implementação a partir do primeiro ano de mandato.



AGÊNCIA MUNICIPAL DE REGULAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE TERESINA (ARSETE)

Descrição: Fortalecer institucional e financeiramente a Arsete para que ele consiga cumprir suas competências institucionais. A proposta visa reestruturar a gestão de pessoas da Agência, estabelecendo o preenchimento de cargos técnicos especializados e a aplicação de Taxa de Regulamentação e Fiscalização no patamar de até 2% sobre a receita tarifária bruta da instituição, de acordo com os percentuais fixados nos respectivos contratos firmados com cada delegatária.

Principais Beneficiários: População de Teresina.

Responsável pela Execução: ARSETE.

Fonte dos Recursos: Próprios.

Impactos Esperados: Organização administrativa e aplicação da legislação pertinente.

Prazo Estimado: Implementação a partir do segundo ano de mandato.

GRUPO DE PROJETOS ESTRUTURANTES (GPE)

Descrição: Fortalecer e ampliar a quantidade técnicos do GPE, deslocando técnicos pertencentes ao quadro de servidores efetivos do município, para aumentar as atividades ligadas a captação de recursos dos diversos fundos e programas de outros entes, nacionais e internacionais, disponibilizados para a implementação de políticas públicas em várias pastas do município.

Principais Beneficiários: População de Teresina.

Responsável pela Execução: Secretaria de Administração.

Fonte dos Recursos: Próprios.

Impactos Esperados: Captação de recursos junto ao governo federal para realização de projetos em diversas áreas.

Prazo Estimado: Implementação a partir do primeiro ano de mandato.

OBSERVATÓRIO SOCIAL

Descrição: Implantar o Observatório de Controle Social, formado por representantes da sociedade e instituições não governamentais, com vistas a fiscalizar as ações e obras do Executivo municipal, promovendo assim uma maior transparência na utilização dos recursos públicos. A proposta contempla o cumprimento da Lei



Municipal do Acesso à Informação, para que a transparência seja a principal marca da gestão.

Principais Beneficiários: População de Teresina.

Responsável pela Execução: Secretaria de Processamento de Dados e Secretaria de Comunicação.

Fonte dos Recursos: Próprios.

Impactos Esperados: Transparência nos números e indicadores da gestão pública municipal.

Prazo Estimado: Implementação a partir do primeiro ano de mandato.

GESTÃO DOS IMÓVEIS DE USO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Descrição: Avaliar as condições de gestão dos imóveis alugados pela administração municipal com vistas a adequação de demandas e de condições contratuais que garantam economicidade e eficiência na utilização dos recursos financeiros do município.

Principais Beneficiários: População de Teresina.

Responsável pela Execução: Secretaria de Finanças.

Fonte dos Recursos: Próprios.

Impactos Esperados: Economicidade e otimização no uso dos imóveis alugados ocupados pela administração pública municipal.

Prazo Estimado: Implementação a partir do primeiro ano de mandato.

ORÇAMENTO POPULAR

Descrição: Ampliar a participação da população nas consultas públicas sobre o orçamento popular de Teresina, abrindo espaço para atendimento de um número maior de reivindicações da população por investimentos na cidade.

Principais Beneficiários: População de Teresina.

Responsável pela Execução: Secretaria de Finanças.

Fonte dos Recursos: Próprios.

Impactos Esperados: Atendimento de um número maior de demandas por serviços públicos dos teresinenses.

Prazo Estimado: Implementação a partir do segundo ano de mandato.



OUVIDORIA

Descrição: Fortalecer as ações da Ouvidoria do município com vista a melhorar a comunicação entre a população e a administração municipal, sendo um canal eficiente, rápido e direto para atendimento e gestão das demandas dos teresinenses.

Principais Beneficiários: População de Teresina.

Responsável pela Execução: Secretaria de governo.

Fonte dos Recursos: Próprios.

Impactos Esperados: Melhoria da comunicação entre os teresinenses e a administração pública, assim como, atendimento das demandas da população.

Prazo Estimado: Implementação a partir do primeiro ano de mandato.

5.1.3 Amparo Jurídico

As propostas em administração pública tem como amparo jurídico, principalmente: Constituição Federal/1988; Lei Nº 4.843/2016; Lei Nº 5.410/2019; Lei 7325/2019; Lei Federal Nº 13.060/14; Lei Complementar Nº 3834/08; Lei Complementar Nº 141/12; Lei Municipal Nº 4.133/11; Decreto Nº Lei 200/67; Lei Nº 8.666/93; e Lei Nº 4.320/64 dentre outros e suas alterações.

5.2 MEIO AMBIENTE

5.2.1 Diagnóstico

Teresina é uma cidade que possui características naturais bastante peculiares por se situar em uma faixa de ecótono, a qual consiste em uma área de transição entre biomas: Caatinga, Cerrado, Matas dos Cocais e Amazônico. O reflexo disso está na biodiversidade principalmente observada na flora e na fauna.

O município se encontra em um mosaico de formações vegetais especial, explicado pela existência da transição entre diversos biomas. Por isso encontram-se diversos extratos arbóreos, arbustivos e herbáceos, de grande variedade. Existem desde extensas matas de palmáceas à remanescentes de florestas estacionais semidecíduais. Como exemplares de vegetação tipicamente arbórea nativa de nossa



capital têm-se o pau d'arco (*Tabebuia*), faveira-de-bolota (*Parkia platycephala*), angico (*Anadenanthera colubrina*), babaçu (*Attalea ssp*), caneleiro (*Cenostigma macrophyllum Tul*), jatobá (*Hymenaea courbaril*), cajá (*Spondias combine*) e sapucaia (*Lecythis pisonis*).

No tocante a fauna, nas áreas com ecossistemas ainda preservados e nas margens dos rios e lagoas, é possível verificar, mesmo na zona urbana, diversas espécies de animais silvestres. Não é incomum se observar répteis, como quelônios (ex: cágado de barbicha), cobras (ex: jibóia) e lagartos (ex: iguanas), bem como diversos mamíferos, como capivaras nas margens do rio Poti, ou saguis se deslocando entre as árvores da zona leste. As aves são representadas por grande variedade de passeriformes, como bigodinho, canários, galos de campina e sabiás, bem como psitacídeos, a exemplo das jandaias e periquitos. Nos rios ainda são encontrados peixes como curimatás, mandis, piaus e surubins, que são explorados através de pesca artesanal e tradicional em Teresina.

Quanto à hidrografia, Teresina possui posição privilegiada, pois é cortada por dois rios perenes que dividem a cidade leste-oeste e que formam um encontro de rios bastante raro em outras regiões do país: o rio Parnaíba, com 90 km de margens e o rio Poti, com 59 Km de margens dentro do município. A região é também beneficiada pela disponibilidade abundante de águas subterrâneas. O rio Parnaíba é perene, pois recebe contribuições de vários afluentes e do lençol subterrâneo em todo o seu percurso. No período de chuvas mais frequentes, sua vazão pode chegar a 433 milhões de m³ de água por dia. O rio Poti, um dos grandes afluentes do Parnaíba, mesmo tendo regime intermitente, no trecho que corta o município de Teresina permanece com água durante todo o ano. Apresenta uma vazão média anual de 121 m³/s.

De acordo com a classificação climática de Köppen, o clima de Teresina caracteriza-se por ser do tipo tropical subúmido quente (Aw'). Tendo como característica esse tipo de clima, a precipitação pluviométrica em Teresina apresenta uma média anual de 1.332 mm. Entretanto é frequente a distribuição irregular das chuvas. "O período invernososo" não passa de seis meses, estando as chuvas concentradas nos meses de



janeiro, fevereiro, março e abril, com precipitações mais frequentes em março. Os meses mais secos são agosto, setembro, outubro e novembro. O regime pluviométrico da região concentra 75,6% das chuvas nos primeiros quatro meses do ano e 24,4% restantes nos oito meses subsequentes, o que caracteriza uma distribuição anual de chuvas bastante irregular. Estes níveis pluviométricos têm se mantido estáveis nestes quase 100 anos, apresentando alguns períodos muito chuvosos e outros de baixa precipitação pluviométrica.

A temperatura média mensal sofre pouca oscilação ao longo do ano em Teresina, conforme se constata em toda a região nordeste. Esse fato é marcante devido à localização do Estado do Piauí, próximo da linha do equador. Nos últimos anos, a temperatura média de Teresina ficou em torno de 29°C, com uma grande variação entre o dia e a noite. Durante o dia, as temperaturas são mais altas, acima dos 30°C e durante a noite abaixo de 25°C, com uma variação média próxima de 10°C. Uma análise das temperaturas extremas observadas mostra que elas podem atingir valores que causam certo desconforto (36,7°C). Não é comum se observarem temperaturas inferiores a 20°C na cidade de Teresina.

Os registros de temperaturas no período de 1920 a 2008 evidenciam que a média anual aumentou em torno de 2°C, uma elevação significativa que permite supor que a expansão da cidade, com suas ruas asfaltadas, suas edificações erguidas, com a impermeabilização cada vez maior do seu solo e pelo rigoroso desmatamento, tenha retirado a proteção da radiação solar e a capacidade de absorção do calor por ela produzido, influenciando assim na temperatura do ar e com isto trazendo desconforto climático.

A região tem um grande déficit de vapor d'água, sendo que nos quatro primeiros meses do ano há um excedente de vapor na atmosfera e uma grande seca nos demais meses. Observa-se o marcante comportamento da umidade relativa caracterizando o primeiro semestre como relativamente úmida, sendo a média mais elevada em abril com 84%, e o segundo semestre com uma redução drástica de umidade, com o menor valor de 56% incidindo no mês de setembro. Em alguns casos, observam-se valores abaixo de 20%, o que é considerado crítico por especialistas.



A cidade fica numa planície, sendo boa parte de seu território plano e de baixa altitude. Entre as unidades de solo predominantes no município, destacam-se o Latossolo Vermelho-Amarelo e o Podzólico Vermelho-Amarelo, ambos de textura média. O primeiro ocorre com maior frequência nos trechos planos do município, apresentando-se profundos, bem desenvolvidos, de boa drenagem, com baixa fertilidade natural e acidez elevada. O segundo ocorre em áreas de relevo mais movimentado, apresentando-se mais rasos, com fertilidade natural muito baixa, fortemente ácidos e apresentam alumínio tóxico. Outras unidades de solo de menor expressão podem ser encontradas como os solos litígio (pedregosos), areias quartzosas e solos aluviais.

Diversos problemas ambientais assolam Teresina há décadas. Os ecossistemas vêm sendo bastante alterados pela crescente e desorganizada ocupação, seja em áreas de drenagem de águas das chuvas e margens de rios, seja em áreas com topografia de encostas, colocando em risco comunidades carentes em nossa cidade. Uma intensa extração mineral, tanto nos morros quanto nas margens e leitos dos rios, dado o intenso desenvolvimento do setor da construção civil e extração de areia por meio de dragas, além de falhas na condução do licenciamento ambiental municipal, tem prejudicado não somente os rios, como também suas margens, pois faz aumentar o desmatamento das encostas, forma intensas voçorocas e, conseqüentemente, agrava o assoreamento dos rios Poti e Parnaíba. Ainda com relação aos rios, a poluição provocada pelo insuficiente e precário serviço de saneamento básico que resulta no lançamento de efluentes não tratados diretamente nesses rios, gera a degradação dos ambientes fluviais, com reflexo na redução sensível dos seus recursos pesqueiros e no incremento de matéria orgânica, que resulta no aparecimento dos aguapés.

A cidade também vem sofrendo com aumento de temperaturas e desconforto climático, exponenciados por fatores internos, tais como desmatamentos e incêndios, sobretudo nos meses mais quentes, a diminuição de sua vegetação para dar lugar pavimentação asfáltica e novos empreendimentos imobiliários e o aumento da produção de resíduos sólidos que poderiam ser reciclados gerando emprego e renda na cidade. Considerando esses problemas e o contexto normativo, como o novo Plano Diretor trazido com a Lei Complementar nº 5.481/2029, e consensos já construídos entre comunidades, profissionais, segmento acadêmico e setor produtivo, a exemplo



dos projetos já desenvolvidos pela Agenda 2030 em cumprimento aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da ONU, apontam-se, a seguir, diversas propostas para o meio ambiente de nossa capital.

5.2.2 Propostas para Meio Ambiente

ORÇAMENTO AMBIENTAL

Descrição: Estabelecer com clareza as fontes de recursos e os valores orçados para custeio da gestão pública ambiental no município e projetos ambientais desenvolvidos por empresas, ONG's e OSCIP's, oriundos de recursos próprios, recursos do Fundo Municipal de Meio Ambiente, arrecadação com pagamento de serviços, licenças e autorizações, financiamento através de organismos internacionais e vinculação dos recursos obtidos com o ICMS Ecológico para destinação em matéria ambiental.

Principais Beneficiários: População de Teresina e o meio ambiente.

Responsável pela Execução: SEMF, Secretaria de Meio Ambiente e SDU's.

Fonte dos Recursos: Próprios.

Impactos Esperados: Promoção de políticas públicas e efetivação de ações com previsão real de recursos, que possam de fato ser realizadas, com prazos regidamente cumpridos e total transparência com os gastos públicos na área ambiental.

Prazo Estimado: Implementação a partir do primeiro ano de mandato com efeitos a partir dos orçamentos dos anos seguintes.

PLANO DE CONTROLE DE GASES DE EFEITO ESTUFA, POLUENTES E DEGRADAÇÃO AMBIENTAL

Descrição: Elaborar o inventário de emissão de gases de efeito estufa de Teresina para Identificar a quantidade e qualidade das emissões por tipo de fontes, as matérias-primas e combustíveis envolvidos nas atividades humanas e nos processos produtivos, além do reflexo desse contexto nas mudanças climáticas. Elaborar também o levantamento dos *hotspots* de poluição (efluentes, resíduos sólidos, resíduos de construção civil) e degradação ambiental, para identificar os locais com maior acúmulo de poluentes e as áreas em estágio avançado de degradação ambiental. Com essas informações, construir o Plano Municipal de Controle de Gases, Poluentes e Degradação Ambiental, de forma compartilhada com a sociedade e a



academia (instituições de ensino superior), através de audiências públicas e engajamento dos segmentos sociais e produtivos afetados e corresponsáveis. O plano conterá propostas, objetivos, metas e prazos para cumprimento.

Principais Beneficiários: População de Teresina e o meio ambiente.

Responsável pela Execução: Secretaria de Meio Ambiente e SDU's, instituições de ensino superior, públicas e privadas, da capital, sociedade civil organizada e segmentos produtivos.

Fonte dos Recursos: Próprios.

Impactos Esperados: Promoção de políticas e construção de medidas claras para adaptação e enfrentamento dos impactos decorrentes das alterações no clima, com foco na melhoria da qualidade ambiental e conforto climático, além do combate direto à fontes de poluição e recuperação de áreas degradadas. Serão incentivadas as ocupações sustentáveis e resilientes às mudanças climáticas, com baixa emissão de carbono,

Prazo Estimado: Elaboração do inventário nos primeiros dois anos, construção do plano por um ano e execução pelo prazo de cinco anos com reavaliação e prorrogação posteriores.

SISTEMA MUNICIPAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO (SMUC)

Descrição: Trata-se de um programa de organização, estruturação e gestão das Unidades de Conservação (UC's) de Teresina. Será iniciado com um diagnóstico preliminar que caracterize a situação das UC's municipais (parques, bosques, áreas verdes) e áreas com potencial para proteção. O estudo possibilitará a elaboração de um plano de reestruturação conforme os usos, finalidades e categorias de UC's, com a possibilidade de ampliação de limites, alteração de categorias ou mesmo a criação de novas UC's públicas (em caso de demanda apresentada no diagnóstico), incentivo à criação de Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN's) e estabelecimento de corredores verdes (ligando UC's, áreas residenciais e corredores de transporte). Estabelecidas as UC's na forma do plano de reestruturação, serão criados os planos de manejo individuais e um plano de manejo geral que vise a integração das áreas protegidas com as zonas urbana e rural, compondo o Sistema Municipal de Unidades de Conservação (SMUC).

Principais Beneficiários: População de Teresina e o meio ambiente.



Responsável pela Execução: Secretaria de Meio Ambiente e convênio com outros entes do SISNAMA.

Fonte dos Recursos: Próprios.

Impactos Esperados: Estabelecer o Sistema Municipal de Unidades de Conservação (SMUC), com espaços territoriais protegidos tanto na zona urbana como na zona rural, em categorias corretas e cumprindo às finalidades para as quais foram estabelecidas: conservação ou preservação da natureza, educacional, pesquisa científica, lazer e atividades físicas, disciplinar processo de ocupação, ampliar e conservar as áreas verdes pré-existentes, em praças, parques e outras áreas públicas, recuperar as margens (matas ciliares) do Rio Poti e Parnaíba no meio urbano e rural de Teresina, dentre outros.

Prazo Estimado: Implementação a partir do primeiro ano de mandato (principalmente a fase de diagnóstico) até o seu término.

IPTU VERDE

Descrição: Consiste em atribuir ao Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU) já existente a característica de **extrafiscalidade** para, além de arrecadar fundos ao Tesouro Público, incentivar condutas dos cidadãos para que possam cumprir objetivos pré-determinados com impactos positivos na sociedade e no meio ambiente. Através do **IPTU Verde** as residências e edificações que investirem em tecnologias e modelos sustentáveis em seus projetos de construção ou reforma, vão ser certificadas e obterão descontos progressivos no IPTU, de 5% a 20%. Serão estabelecidas regras para o cidadão pontuar em cada ação sustentável, reunidas em segmentos: gestão sustentável das águas; eficiência e alternativas energéticas, projeto sustentável, redução nas emissões de gases de efeito estufa, dentre outras. Tais ações podem assim ser exemplificadas: reaproveitamento de águas servidas, captação e reutilização de águas das chuvas, implementação de teto verde e fachada verde, calçada ecológica, captação de energia solar, separação de resíduos sólidos para coleta seletiva, manutenção de árvores nos quintais, dentre outras. O cidadão dará entrada no pedido de Alvará na SDU correspondente, anexará nele o formulário com cada uma das suas iniciativas e a respectiva pontuação. Na expedição do “habite-se”, o imóvel será fiscalizado e será emitida a certificação junto à SEMAM/SDU, que dará direito ao desconto no IPTU.



Principais Beneficiários: População de Teresina e o meio ambiente.

Responsável pela Execução: Secretaria de Meio Ambiente e SDU's.

Fonte dos Recursos: Não existirão custos de investimento, apenas operação de dedução tributária.

Impactos Esperados: O Município alçará a sociedade teresinense ao protagonismo em soluções sustentáveis individuais, gerando impacto ambiental positivo em escala, sem a dependência de grandes e onerosas obras públicas. Também se espera incentivar o mercado de serviços e construções sustentáveis em Teresina, com geração de emprego e renda e reflexo direto na arrecadação de imposto sobre serviços (ISS).

Prazo Estimado: Implementação a partir do primeiro ano de mandato com efeitos fiscais no segundo ano. O período do desconto ao cidadão será de cinco anos.

SISTEMA DE MONITORAMENTO E PREVENÇÃO DE DESASTRES AMBIENTAIS (SISDA)

Descrição: Através do mapeamento das áreas de drenagem de águas, de matas com risco de incêndio e dos locais com acentuado relevo, concatenadas com a localização de habitações, edificações e loteamentos não autorizados, serão estabelecidas as áreas passíveis de desastres ambientais, por enchentes, deslizamento de terra ou incêndios, dentre outras causas prováveis. A partir desses dados, o sistema de monitoramento acompanhará as áreas de risco com a implementação de mecanismos de alerta e naquelas regiões em situação mais grave envidará medidas preventivas, seja através de ações e obras corretivas, como recuperação de canais naturais de drenagem e manejo de águas pluviais urbanas, ou mesmo através da realocação de habitações e controle da ocupação nessas áreas não edificáveis.

Principais Beneficiários: População de Teresina e o meio ambiente.

Responsável pela Execução: Secretaria de Meio Ambiente, SDU's e SEMCASPI.

Fonte dos Recursos: Próprios.

Impactos Esperados: Possibilidade concreta de se evitar desastres ambientais como o ocorrido em 2019, no Parque Rodoviário, e na enchente de 2020, no residencial "Terra Prometida". Nas áreas com severo risco de acidentes será controlada a ocupação territorial, com zoneamento e destinação para outros usos que não impliquem em edificação ou construção de áreas residenciais.



Prazo Estimado: Implementação já no primeiro ano de mandato.

PROGRAMA DE PROTEÇÃO ANIMAL

Descrição: Iniciar o registro geral de animais que propicie o levantamento da população animal de cães, gatos, passeriformes, equinos, asininos e outros animais nas áreas urbanas. Após a coleta de dados, serão iniciadas ações educativas junto às escolas e nas comunidades com maior incidência de animais abandonados, de modo sistêmico e continuado. As ações educativas terão o foco na implantação de uma política pública de controle ético de populações de animais urbanos, por meio de programas permanentes e massivos de castração (esterilização cirúrgica) de cães e gatos (por exemplo), incentivo à guarda/posse responsável e aplicação de medidas de controle e prevenção de zoonoses, também em conjunto com os órgãos de assistência social para auxiliar na orientação das famílias com animais.

Principais Beneficiários: População de Teresina e o meio ambiente.

Responsável pela Execução: Centro de Zoonoses, SEMCASPI, SEMEC, Secretaria de Meio Ambiente e SDU's.

Fonte dos Recursos: Próprios.

Impactos Esperados: Redução da quantidade de animais abandonados nas ruas, prevenção e controle de zoonoses, pessoas e animais mais felizes e com qualidade de vida.

Prazo Estimado: Implementação já no primeiro ano de mandato.

DESBUROCRATIZAÇÃO DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL

Descrição: Em consonância com a aprovação da Lei Geral do Licenciamento, que propiciará um novo marco do licenciamento brasileiro, através de lei municipal serão estabelecidas medidas de otimização do licenciamento ambiental, com a revisão geral de valores e prazos das licenças ambientais, com a simplificação de etapas do processo e uso de cadastros autodeclaratórios do cidadão, naquelas atividades com potencial poluidor e degradador reconhecido e de maior demanda, e com a digitalização dos processos administrativos no sistema SEI.

Principais Beneficiários: População de Teresina e o meio ambiente.

Responsável pela Execução: Secretaria de Meio Ambiente e SDU's.

Fonte dos Recursos: Próprios.



Impactos Esperados: Celeridade na apreciação e deliberação sobre a expedição de licenças, autorizações e certidões, com promoção do efetivo desenvolvimento sustentável, considerando o viés ambiental sem deixar de assegurar o empreendedorismo e a economia.

Prazo Estimado: Implementação já no primeiro ano de mandato.

EFETIVAÇÃO DO DEVIDO PROCESSO SANCIONADOR AMBIENTAL

Descrição: Através de diploma normativo do executivo/secretaria de meio ambiente, serão estabelecidas as regras processuais claras e objetivas para o sancionamento das infrações administrativas ambientais, a partir da lavratura dos autos de infração pelos servidores da SEMAM e SDU's, com prazos para ampla defesa e contraditório, momento de instrução processual, oportunidade de produção de provas, decisão administrativa fundamentada, com prazo para recurso ou cumprimento das sanções e duplo grau de decisão, bem como as providências em caso de condenação e inexecução de medidas reparatórias e ausência de pagamento de multas. O processo gerado a partir do Auto de Infração terá tramitação no sistema SEI, com amplo acesso do cidadão para elaboração e acompanhamento de sua defesa e pedidos interlocutórios.

Principais Beneficiários: População de Teresina e o meio ambiente.

Responsável pela Execução: Secretaria de Meio Ambiente e SDU's.

Fonte dos Recursos: Próprios.

Impactos Esperados: Efetivação do princípio constitucional da razoável duração do processo com a responsabilização eficaz dos infratores ambientais e reflexos diretos para a boa gestão pública ambiental, através do repasse do valor de multas para o fundo municipal de meio ambiente e aplicação rápida de Termos de Compromisso para reparação e mitigação de impactos ambientais.

Prazo Estimado: Implementação já no primeiro ano de mandato.

ENERGIA LIMPA

Descrição: Incentivar a ampliação da oferta de fontes de energia pouco poluente em Teresina.

Principais Beneficiários: População de Teresina.

Responsável pela Execução: Secretaria de Meio Ambiente, SDU's.



Fonte dos Recursos: Próprio e/ou em parcerias com demais entes federados.

Impactos Esperados: Melhoria das condições climáticas e ambientais, bem como, geração de emprego e renda.

Prazo Estimado: Implementação a partir do segundo ano de mandato.

5.2.3 Amparo Jurídico

As propostas na área de meio ambiente tem como amparo jurídico, principalmente: Constituição Federal/1988; Lei nº 6.938/81; Lei Federal nº 7.797/1989; Lei nº 9.433/97; Lei nº 9.605/98; Lei nº 9.795/99; Lei nº 9.985/00; Lei nº 10.257/2001; Lei nº 11.428/06; Decreto Federal nº 6.514/08; Lei nº 12.305/10; Lei Complementar nº 140/2011; Lei nº 12.651/12; Lei nº 14.026/20; Lei Complementar Municipal nº 5.481/2019 (novo Plano Diretor de Teresina), Lei nº 2.475/96 (Política Municipal de Meio Ambiente); Lei Municipal nº 3.508/06; Lei Municipal nº 3.579/06; Lei Municipal nº 3.903/09; Lei Municipal nº 3.923/09; Lei Municipal nº 3.924/09; Lei Municipal nº 4.041/10; Lei Municipal nº 4476/13; Lei Municipal nº 4555/14; e Lei Municipal nº 4632/14, dentre outras e suas alterações.



REFERÊNCIAS

- ✚ Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - <http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>
- ✚ QEdu - <http://www.qedu.org.br/>
- ✚ Secretaria Municipal de Educação - <http://www.semec.pi.gov.br/Sem-Categoria/estatisticas.html>
- ✚ Fundo Nacional de Saúde - <http://www.fns.saude.gov.br/indexExterno.jsf>
- ✚ Ministério da Saúde- Portal da Saúde - <http://datasus.saude.gov.br/>
- ✚ Saúde com Transparência - <http://aplicacao.saude.gov.br/portaltransparencia/index.jsf>
- ✚ Sala de Apoio à Gestão Estratégica / Ministério da Saúde - <http://sage.saude.gov.br/>
- ✚ Plataforma de Indicadores do Governo Federal - <http://dados.gov.br/>
- ✚ Secretaria Municipal de Saúde de Teresina - <http://saude.teresina.pi.gov.br/>
- ✚ Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, Relatórios de Informações Sociais <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/Rlv3/geral/index.php?relatorio=153&file=entrada>
- ✚ *Data Social* - http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi-data/METRO/metro.php?p_id=4
- ✚ Ministério da Cultura - <http://www.brasil.gov.br/cultura>
- ✚ Portal Brasileiro de Dados Abertos - dados.gov.br
- ✚ Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - <http://www.ipeadata.gov.br/>
- ✚ *Data Social* - http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi-data/METRO/metro.php?p_id=4
- ✚ Sistema de Informação da Atenção Básica - <http://www2.datasus.gov.br/SIAB/index.php?area=04>
- ✚ IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – <http://www.ibge.gov.br>
- ✚ Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - <http://www.ipeadata.gov.br/>
- ✚ Sistema de Informação da Atenção Básica - <http://www2.datasus.gov.br/SIAB/index.php?area=04>
- ✚ Denatran, Departamento Nacional de Trânsito - <http://www.denatran.gov.br/>

- ✚ Plano diretor de Mobilidade Urbana -
<http://www.teresina.pi.gov.br/sistemas/portalpmt/admin/upload/documentos/f77f8cb7ca.pdf>
- ✚ Prefeitura de Teresina, Secretaria de Trânsito de Teresina (STRANS) -
<http://strans.teresina.pi.gov.br/>
- ✚ Sistema de Informação da Atenção Básica -
<http://www2.datasus.gov.br/SIAB/index.php?area=04>
- ✚ Secretaria de Segurança Pública, Estado do Piauí
- ✚ Sistema de Informação da Atenção Básica -
<http://www2.datasus.gov.br/SIAB/index.php?area=04>
- ✚ Secretaria de Governo da Presidência da República -
<http://www.secretariadegoverno.gov.br/iniciativas/juventude>
- ✚ Ministério do Esporte - <http://www.esporte.gov.br/index.php/estadosmunicipios>
- ✚ Prefeitura de Teresina - <http://www.teresina.pi.gov.br/>
- ✚ Prefeitura de Teresina, Diagnóstico -
<http://semplan.teresina.pi.gov.br/diagnostico-teresina-2000-2010-agenda-2030/>
- ✚ Instituto Trata Brasil - <http://www.tratabrasil.org.br/>
- ✚ Sistema de Informação da Atenção Básica -
<http://www2.datasus.gov.br/SIAB/index.php?area=04>
- ✚ Plano de Transporte Operacional de passageiros por ônibus no ambiente rural do município de Teresina/PI-PTOR. <https://semplan.teresina.pi.gov.br/wp-content/uploads/sites/39/2018/09/THE-Plano-Diretor-de-Transporte-Rural-Minuta.pdf>